

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

JACQUELINE TATIANE DA SILVA GUIMARÃES

**POR UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL PARA AS CIDADES
AMAZÔNICAS: UMA REFLEXÃO PARA O
SERVIÇO SOCIAL**

BELÉM-PA

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

JACQUELINE TATIANE DA SILVA GUIMARÃES

**POR UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL PARA AS CIDADES
AMAZÔNICAS: UMA REFLEXÃO PARA O
SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Olinda Rodrigues

BELÉM-PA

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

G963p

Guimarães, Jacqueline Tatiane da Silva.

Por uma política de Educação Ambiental para as cidades amazônicas: uma reflexão para o Serviço Social / Jacqueline Tatiane da Silva – Belém: [s.n], 2011.

145p. : il.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2011.

JACQUELINE TATIANE DA SILVA GUIMARÃES

**POR UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS CIDADES
AMAZÔNICAS: UMA REFLEXÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Olinda Rodrigues (PPGSS/ UFPA)
Orientadora

Prof. Dr. Carlos Alberto Batista Maciel (PPGSS/UFPA)
Examinador Interno

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha (NUMA/UFPA)
Examinador Externo

Apresentado em: 26/04/ 2011

Conceito: _____

BELÉM-PA

2011

Até que ponto a classe (...) realiza “conscientemente”, até que ponto “inconscientemente”, até que ponto uma consciência “falsa” as tarefas que lhe são impostas pela história?

Georg Lukács

Toda emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem.

Karl Marx

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais [...] os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado e partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único.

Milton Santos

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelos momentos de realizações, vitórias e de dificuldades, que me ensinaram a valorizar cada aprendizado. Pela Sua eterna bondade em ter me mostrado pessoas tão especiais durante a minha jornada acadêmica e na minha vida particular, possibilitando-me a compreensão de que tudo já foi planejado por Ele e que as pessoas que nos são apresentadas nesta vida têm uma missão e um propósito: o de nos tornar melhores enquanto seres, seja nos alegrando ou nos magoando.

Agradeço aos meus pais amados, João Francisco e Maria Gregória, pela compreensão, entendimento, paciência e pelo apoio.

Às minhas queridas irmãs Gisele Joicy e Geovanna Marcela, que tanto me orgulham e que me ajudaram no processo de finalização deste trabalho, a primeira com a elaboração dos mapas e a segunda na revisão do presente texto.

À minha grande amiga Marcella Miranda pelos momentos de convivência em São Luís do Maranhão, que me ensinaram novos valores. Muito obrigada mesmo amiga por ter aceitado este desafio juntamente comigo.

À nova amiga Andréa Moura, que me acolheu em sua casa durante a minha estadia em São Luís, mostrando total desprendimento e bondade com duas pessoas até então desconhecidas.

À também nova amiga Elizabeth Castro, na qual tive a oportunidade de conhecer melhor durante estes dois anos do mestrado, que sempre se mostrou aberta e solícita, tanto para escutar quanto para aconselhar e apoiar.

Às minhas amigas queridíssimas: Sâmia Carolina (amiga de infância, adolescência, vida adulta e para a vida toda), Ellen Melo (amiga de coração), Keila, Dayriane, Luciana Teixeira (antes de prima é amiga), Natalia Prazeres (que mesmo distante, mantenho o mesmo carinho), Nara Soares (minha amiga maranhense, que me acolheu com tanta sinceridade).

Ao companheiro, que a Vida me apresentou, no final desta jornada acadêmica do Mestrado e início de tantas outras caminhadas: Márcio Frota, pelos momentos de apoio, alegrias e tranquilidade.

Aos professores e discentes do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), especialmente às professoras Marina Maciel Abreu e Josefa Batista.

Ao Prof. Dr. Carlos Batista Maciel, que me possibilitou a experiência do Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD) no PPGPP da UFMA.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Olinda Rodrigues, que orientou a minha monografia de conclusão do curso de graduação em Serviço Social da UFPA e que mais uma vez confiou em mim

e no meu trabalho. Pessoa com qual nestes dois anos de mestrado tive a oportunidade de conhecer melhor. Muito obrigada professora!

E por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, que me possibilitou concluir este trabalho.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a compreensão da dimensão ambiental no espaço urbano da Amazônia pelos assistentes sociais, inseridos nas principais intervenções urbanísticas do município de Belém, nas quais dentre elas há o Projeto Portal da Amazônia, Macro drenagem da Estrada Nova e o Projeto de Urbanização da Vila da Barca. Para tanto, focamos nossas análises sobre o trabalho social dos projetos habitacionais e de urbanização, citados, que tem a educação ambiental como uma de suas ações de caráter socioeducativo, indicando qual seria a centralidade da discussão ambiental em tais iniciativas fomentadas pelo poder público, assim como a importância e compreensão do assistente social sobre esta demanda na região amazônica. Ao nos debruçarmos sobre este debate, realizamos uma pesquisa de caráter exploratório a partir de pesquisa bibliográfica e documental, observação de campo e entrevista semiestruturada com os assistentes sociais de instituições responsáveis pela promoção da política urbana no município de Belém-PA, no momento: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), instituição responsável pela política urbana do município; Construtora UNI Engenharia, atualmente empresa responsável pela execução do trabalho técnico físico dos projetos de urbanização do município e a Construtora EFECCE, atual responsável pelos projetos técnicos sociais. Durante a pesquisa, constatamos que a educação ambiental é relegada ao segundo plano dentro de outras ações do trabalho social, em que a sua dimensão educativa se subsume e se espraia nos eixos de geração de renda e de educação patrimonial e sanitária, sendo a sua realização pontual, devido não só à lógica institucional de trabalho, mas também à insegurança de alguns profissionais do Serviço Social em lidar com a demanda ambiental, principalmente sobre Amazônia, em que os conteúdos da educação ambiental estão restritos às problemáticas do lixo, água e desmatamento, não ampliando a discussão aos direitos urbano-ambientais, estando a discussão ambiental esvaziada de seus conteúdos sociais, políticos e econômicos, sendo mais um espaço de controle, *domesticação* e inculcação dos valores hegemônicos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Amazônia. Assistente Social.

RÉSUMÉ

Cette étude vise à analyser la compréhension de la dimension environnementale dans les zones urbaines de l'Amazonie, placés par des travailleurs sociaux dans les grandes interventions urbaines dans la ville de Belém. Parmi ceux-ci sont les projets Portal da Amazônia, Macrodrainage Estrada Nova et urbanisation da la Vila da Barca. Pour cela, l'analyse s'est concentrée sur les travaux sociaux des projets logement et de l'urbanisation susmentionnés, qui ont l'éducation environnementale comme l'un de leurs fronts socio-éducatif, indiquant ce que serait le rôle central de la discussion de l'environnement dans de telles initiatives promues par le gouvernement, ainsi que l'importance et la compréhension du travailleur sociale à propos de cette demande dans la région amazonienne. En examinant ce débat, nous avons mené une recherche exploratoire bibliographique et documentaire, observation sur le terrain et des entretiens semi-structurés avec les travailleurs sociaux des institutions chargées de la promotion de la politique urbaine dans la ville de Belém-PA : Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), l'institution chargée de la politique urbaine de la municipalité ; Construtora UNI Engenharia, l'entreprise responsable des travaux techniques des projets d'urbanisation physique dans la ville et Construtora EFECCE, responsable pour les projets techniques et sociaux. Au cours de la recherche, nous avons constaté que l'éducation environnementale est reléguée au second plan dans les autres actions du travail social, où leur dimension éducative qui subsume et se répand pour les axes de génération des revenus et de l'éducation et l'équité en santé. Son point d'achèvement n'est pas seulement due à la logique institutionnelle du travail, mais aussi l'incertitude de certains professionnels des services sociaux dans le traitement des demandes de l'environnement, en particulier sur l'Amazonie, où le contenu de l'éducation environnementale é limitée aux questions de déchets, l'eau et la déforestation. Ces-la ne pas prolongent la discussion aux droits de l'urbain et l'environnement, la discussion environnementalle vidée de son contenu social, politique et économique, et étant un autre domaine du contrôle, de domestication et l'inculcation de valeurs hégémoniques.

MOTS CLÉS: Amazon; L'éducation Environnemental; Travailleur Social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Projeto Portal da Amazônia – Belém/PA.....	54
Figura 2	Forte do Presépio – Belém/PA.....	75
Figura 3	Mercado do Peixe – Belém/PA.....	75
Figura 4	Ver-o-Peso – Belém/PA.....	75
Figura 5	Vila da Barca – Belém/PA.....	75
Figura 6	Os limites da 1ª Léguas Patrimonial.....	82
Figura 7	A Região Metropolitana de Belém.....	87

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF	Caixa Econômica Federal
CNUMAD	Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COTS	Caderno de Orientações do Trabalho Técnico Social
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
DDT	Dicloro-Difenil-Tricloroetano
DESO	Departamento Social
DNOS	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
MCIDADES	Ministério das Cidades
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPC	Modo de Produção Capitalista
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PNDs	Planos Nacionais de Desenvolvimento
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PROEX	Programa de Extensão
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PTTF	Projeto de Trabalho Técnico Físico
PTTS	Projeto de Trabalho Técnico Social
PUPDH	Programa Universidade Popular em Direitos Humanos
RIMA	Relatórios de Impacto Ambiental
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SIGIEP	Sistemas de Informações Geográficas e Epistemológicas
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento de Pesca
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	16
1 IDENTIFICANDO CONTEXTOS: A POLÍTICA AMBIENTAL DO BRASIL E DA AMAZÔNIA	26
1.1 O HISTÓRICO DOS DEBATES SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	26
1.2 CONTEXTUALIZANDO AS INFLUÊNCIAS DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS.....	32
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA?	42
2 POR UMA ANÁLISE MARXISTA SOBRE O PROCESSO DE EXPLORAÇÃO DO HOMEM E DA NATUREZA NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS	55
2.1 A RETÓRICA DA SUSTENTABILIDADE E DAS CIDADES SUSTENTÁVEIS – CONFORMAÇÃO DOS INTERESSES DO MERCADO COM A NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E URBANA.....	65
3 A CONSTITUIÇÃO DAS CIDADES AMAZÔNICAS – ENFOQUE EM BELÉM/PA	76
3.1 A FORMAÇÃO DA CIDADE DE BELÉM.....	76
4 A DIMENSÃO EDUCATIVA DO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL – TRABALHO SOCIAL EM PROJETOS HABITACIONAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	92
4.1 TRABALHO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PROJETOS HABITACIONAIS.....	96
4.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE	144

APRESENTAÇÃO

No período do mês de março de 2007 a fevereiro de 2008, fui estagiária de Serviço Social do Departamento Social (DESO) da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), agente promotor da urbanização e habitação do município de Belém/PA. Neste período, a referida instituição tinha como principais frentes de trabalho: Vila da Barca, Malvinas e Estrada Nova.

Como estagiária acompanhei as palestras e os cursos destinados às comunidades inseridas no projeto de urbanização e habitação da Vila da Barca e das Malvinas, ocasião na qual observei nas palestras e relatórios, que as ações de Educação Ambiental já tinham um roteiro de atuação preparado antes mesmo de conhecer a realidade, sendo temas escolhidos de maneira unilateral.

Além destas observações enquanto estagiária de Serviço Social do DESO/SEHAB, ainda neste mesmo período, como aluna das disciplinas “Estágio I e II” do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará/UFPA, realizei estágio curricular na Comunidade das Malvinas, o que me possibilitou a articulação desta experiência com as discussões realizadas nas aulas sobre as contradições presentes no espaço urbano.

Somadas a estas experiências, no período de fevereiro de 2008 a fevereiro de 2009, tive a oportunidade de ser bolsista PROEX (Programa de Extensão da UFPA) do Programa Universidade Popular em Direitos Humanos (PUPDH), que tinha como objetivo capacitar politicamente lideranças dos movimentos sociais do município de Belém. Momento em que ampliei a minha percepção quanto à importância da discussão política com os sujeitos atingidos diretamente pelo crescimento desigual das cidades, pois neste espaço pude presenciar calorosas discussões, bem como presenciar importantes relatos de experiências dos mesmos.

Desta trajetória acadêmica, resultou a monografia de conclusão de curso sob o título “Refletindo a Educação Ambiental desenvolvida nos Projetos de Urbanização – Um enfoque no Projeto de Urbanização das Malvinas”, realizada a partir de pesquisa documental dos projetos técnico físico e social, e relatórios elaborados pela SEHAB e pela Caixa Econômica Federal, pesquisa de campo, observação participante de reuniões da Associação de Moradores das Malvinas e entrevista informal com as atuais e antigas lideranças da área.

Este projeto, no período de 2007, encontrava-se paralisado por não ter sido contemplado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) devido a área não possuir regularização fundiária, o que impossibilitava o repasse de recursos. Constatou-se que as ações de Educação Ambiental não fomentaram a articulação política da comunidade, não possibilitando a formulação de ações mais efetivas sobre como a população poderia atuar em favor da proteção ao meio ambiente e nem abordando sobre a regularização fundiária, uma das principais problemáticas da área.

Este período de experiência na SEHAB e a pesquisa realizada sobre o Projeto de Urbanização das Malvinas me instigaram a aprofundar os meus estudos sobre Educação Ambiental no sentido de percebê-la como Política Pública - e não mero critério que deve ser seguido pelos projetos do trabalho social – que, assim como as outras políticas, deve estar de acordo com os parâmetros internacionais e nacionais, mas também articulada com as especificidades de cada região e área, ou seja, de acordo com a vivência dos sujeitos.

A fim de responder a estas inquietações, submeti-me à seleção do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, com o seguinte pré-projeto de pesquisa: “A Política de Educação Ambiental na Política Urbana do Município de Belém/PA – Estudo de Caso do Projeto de Macrodrenagem da Estrada Nova”. A escolha pelo Projeto de Macrodrenagem da Estrada Nova se deu pelo breve período de pesquisa que realizei na área, enquanto estagiária da SEHAB, e pela percepção da grande proporção deste projeto dentro das ações municipais, sendo uma das principais frentes do governo municipal em parceria com o governo federal através do PAC.

Entretanto, como a maioria dos projetos habitacionais, este vem enfrentando fortes impasses para a sua conclusão, impossibilitando a realização de alguns objetivos iniciais da minha pesquisa. Com o decorrer do estudo, fui percebendo um novo objetivo (porém sempre presente e latente desde a graduação): refletir sobre a prática e o discurso do assistente social nestes espaços de trabalho, principalmente quando este é requisitado a elaborar projetos sociais que exigem a educação ambiental, portanto devendo visionar discussões sobre a problemática ambiental. Haja vista a longa trajetória deste profissional na luta por direitos sociais e na capacitação e fomentação dos movimentos sociais, mostrando-se como ideal na discussão sobre a participação popular e controle social nas políticas que envolvem os direitos urbano-ambientais.

Enquanto discente do Curso de Mestrado em Serviço Social da UFPA, vinculada ao Grupo de Pesquisa “Análise de Políticas Públicas e Políticas Sociais na Amazônia” – GAPSA, fui apresentada a uma temática, que contraditoriamente, até então era pouco conhecida e explorada: Amazônia. Situação que me mostrou a necessidade de refletirmos sobre o modo como se realiza esta discussão ambiental nas cidades da Amazônia para o profissional do Serviço Social.

Deste modo, ao ter me proposto a refletir sobre a atuação deste profissional nas políticas urbanas, também sinalizo para a necessidade de um maior embasamento teórico sobre as discussões ambientais e sobre a Amazônia que garantem certas particularidades e especificidades ao seu espaço urbano, as quais necessitam ser consideradas nas políticas públicas, especialmente, na Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre a questão ambiental não são recentes, sendo possível demarcarmos a década de 60 como o período de realização dos principais eventos sobre este tema, apresentando ainda um caráter exclusivamente naturalista e malthusiano, e que com o passar do tempo foi incorporando outras discussões, tais como pobreza e desenvolvimento econômico. Atualmente, percebemos a emergência de uma maior preocupação com esta problemática, no entanto, estando restrita às discussões sobre animais em extinção, reflorestamento, água, poluição sonora, efeito estufa, desmatamento, aquecimento global, etc.

Nos eventos que abordavam sobre meio ambiente e os riscos da degradação ambiental, paulatinamente, foi construída a noção de “*Desenvolvimento Sustentável*”. Na Conferência de Estocolmo de 1972, houve a elaboração do “Relatório de Brundtland” (“O nosso futuro comum”), publicado em 1987, que reunia as reflexões de especialistas de diversas áreas de conhecimento, divulgando e trazendo de maneira mais elaborada o termo *Desenvolvimento Sustentável*.

A discussão ambientalista, ao ser estimulada em vários setores, começa a ser interiorizada por diversos atores sociais que possuem objetivos e interesses diferenciados, ganhando reforço nas legislações e nas políticas públicas que assimilaram a palavra “*sustentabilidade*” em seus textos, no tratamento de demandas voltadas para o meio ambiente. Porém, apesar da trajetória e avanços do debate, ainda é possível percebermos análises limitadas sobre a questão, havendo a necessidade de ressaltarmos que a degradação ambiental não se restringe às regiões de vastas florestas, mas também abrange as grandes cidades, espaço de concentração populacional e de produção de bens renováveis e não renováveis.

É importante ressaltarmos sobre a fragilidade quanto ao entendimento sobre natureza, recursos naturais, ambiente e meio ambiente, que comumente são termos utilizados de maneira aleatória, independente da corrente de pensamento, sejam de caráter biocêntrico ou antropocêntrico¹. Deste modo, consideramos relevante demarcarmos o nosso entendimento de meio ambiente como:

¹ Sobre esta discussão, indicamos os textos dos autores Dullely (2004); Brandão, Souza e Fernandes (2009).

[...] um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade (REIGOTA, 2006, p.21)

Moreira (2007) conceitua ambiente como relações dos homens com a natureza para a preservação dos recursos naturais em processos de desenvolvimento sustentável, trazendo também a conceituação de ambiente urbano como relações dos homens com o espaço construído e a natureza nas aglomerações de população e de atividades humanas, em que este espaço (construído) seria o resultado de constantes transformações do ambiente para adequá-lo às necessidades desta aglomeração.

O entendimento do espaço urbano enquanto meio ambiente construído, acarretará em influências do debate ambiental nas políticas públicas urbanas. Quanto a isto, podemos observar a emergência da concepção de “*Cidades Sustentáveis*”, baseada na noção de desenvolvimento sustentável, presente na Lei nº. 10.257, intitulada de Estatuto da Cidade, que dentre as suas diretrizes visa a “*garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações*” (art. 2º; inciso I, lei nº. 10.257/2001).

A Lei nº. 10.257 foi apresentada em 1989 e aprovada em 10 de janeiro de 2001, momento em que 81,2% dos brasileiros habitavam as cidades. (BASSUL, 2007). Portanto, surgiu com o objetivo de regular o crescimento e o uso do solo urbano, orientando a execução da política urbana, mencionada nos art. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com Araújo (2003), a lei 10.257 não veio com o objetivo de definir o modo como as cidades devem viver e crescer, mas sim assegurar o “equilíbrio” na distribuição dos ônus e benefícios provenientes do processo de urbanização, estando mais ligada ao campo do direito urbanístico. Porém, ao vislumbrar a construção das “cidades sustentáveis” - sendo esta a sua diretriz primeira, determinando a execução da política urbana -, é também orientada pelos principais objetivos do direito ambiental constitucional (OLIVEIRA, 2007), apresentando algumas repercussões na proteção do meio ambiente construído e no meio ambiente natural. (ARAÚJO, 2003).

O Estatuto da Cidade traz como uma de suas principais diretrizes a participação popular no planejamento e gestão das cidades, incluindo as ações direcionadas ao meio ambiente. Dentre outras políticas que tratam do meio ambiente e a participação popular – que também dão bases para o Estatuto da Cidade – destacam-se a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que apontam a comunidade enquanto autogestora para a proposição de soluções para as problemáticas que lhe são específicas.

Como resultado desse quadro, os projetos de desenvolvimento urbano e ambiental, ao exigirem a participação popular, darão destaques às ações educativas. A fim de articular a população em torno da problemática ambiental, perceberemos o enfoque dado pelas discussões nacionais e internacionais – que se efetivarão nos projetos ambientais e de desenvolvimento urbano – à Educação Ambiental, que será apontada como ferramenta de “conscientização”, tornando-a obrigatória nos projetos de desenvolvimento.

A PNEA, ao ser instituída pela Lei 9.795/99, representou o auge do reconhecimento político da luta ambientalista no Brasil que se deu na década de 90, tendo com um dos seus principais objetivos (além da priorização da participação popular) combater a visão unilateral e unidisciplinar do ambiente, podendo ser constatado no art.5º, inciso I; portanto, a educação ambiental é uma política e não um simples critério a ser seguido nos projetos de habitação e urbanização.

É um processo educacional que deve ser fomentado nacionalmente nos âmbitos formais e não-formais, devendo o Poder Público definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promovendo-a em todos os níveis de ensino (ou seja, os currículos escolares) e nos processos educacionais em geral, tais como, em projetos que visem a conservação e em ações que pretendem possibilitar melhorias ao meio ambiente. Nos quais também situamos os projetos de urbanização e habitação, que de acordo com a PNEA são os âmbitos informais.

Devemos ir além de determinações dos marcos jurídicos, a fim de compreendermos a lógica de reprodução e produção do espaço urbano, para assim localizarmos coerentemente o debate acerca dos problemas ambientais das cidades no Capitalismo. Situação que faz emergir vários questionamentos: seria o *Desenvolvimento Sustentável* realmente uma forma alternativa de desenvolvimento ou mais uma estratégia de desenvolvimento? Quais os objetivos e finalidades deste

tipo de desenvolvimento dentro do modo de produção vigente? E como se verifica a sua aplicação às cidades capitalistas?

Atualmente, o discurso sobre a *sustentabilidade*, aplicada às cidades, relaciona-se ao objetivo da busca de estratégias para torná-las duráveis e socialmente justas aos diversos atores que a compõem, portanto, exigindo maior participação popular nas decisões e ações das políticas ambientais e urbanas. No entanto, surge outra questão: como a população vai ter autonomia e discernimento nas decisões sobre a cidade e o meio ambiente, se não conhece seus direitos e deveres (no que diz respeito ao direito ambiental das cidades)?

Ao nos embasarmos nestes processos amplos que são de ordem não só teórica, mas também política e econômica, situamos neste cenário complexo a atuação do profissional do Serviço Social, a fim de apreendermos o entendimento e a compreensão deste sujeito quanto a esta demanda, pois, enquanto profissional envolvido na elaboração dos projetos técnicos sociais - que incluem a Educação Ambiental -, o assistente social deve vislumbrar como demanda a questão do meio ambiente, viabilizando a inter e a multidisciplinaridade prevista na lei 9.795/99.

Esta experiência mostra-se muito rica para o profissional do Serviço Social que possui uma longa trajetória na luta por direitos sociais, e na capacitação e fomentação dos movimentos sociais, mostrando-se como ideal na discussão sobre a participação popular e controle social nas políticas que envolvem os direitos urbano-ambientais. A importância toma maiores proporções quando este profissional é da região amazônica, necessitando de um posicionamento mais direto sobre a questão da degradação ambiental, sendo este mais um dos desafios postos pelo modo de produção capitalista, devendo ser enfrentado e conquistado por todos os profissionais.

Então, como pensar em políticas ambientais e, em especial, a Política Pública de Educação Ambiental, para uma região que ainda se confrontam os ideais de conservação e de desenvolvimento, com expansão de projetos voltados para a infraestrutura que apelam ou resgatam as características regionais? Como pensar um espaço que vive em constantes transformações e expansões, sendo um local de contradições e dubiedades, no qual apresenta enormes ostentações quanto a estruturas físicas e econômicas, bem como compartilhadas com quadros expressos de pobreza e misérias, resultantes de um modo de produção que se pretende ilimitado economicamente?

Ao nos debruçarmos sobre este debate, realizamos uma pesquisa de caráter exploratório a partir de pesquisa bibliográfica e documental, observação de campo e entrevista semiestruturada com os assistentes sociais de instituições responsáveis pela promoção da política urbana no município de Belém-PA, no momento: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), instituição responsável pela política urbana do município; Construtora UNI Engenharia, atualmente empresa responsável pela execução do trabalho técnico físico dos projetos de urbanização do município, e a Construtora EFECCE, atual responsável pelos projetos técnicos sociais do município. Dividimos este trabalho em quatro capítulos.

Partimos do mesmo pressuposto de Henri Acserald: para falarmos sobre a entrada do meio ambiente no discurso sobre políticas públicas, antes se faz necessário resgatar a entrada do meio ambiente na esfera política. Então, para termos uma compreensão global deste processo de “ambientalização”, em nosso primeiro capítulo, apresentamos um resgate histórico da discussão ambiental, apontando os principais momentos, e identificando o contexto e os interesses envolvidos nas decisões e posturas tomadas pelos agentes internacionais nas decisões econômicas e políticas que atingiam diretamente a chamada “problemática ambiental”.

Num segundo momento, apontamos as influências e repercussões das decisões e resoluções dos eventos internacionais nas políticas públicas ambientais brasileiras, articulando o histórico das políticas públicas ambientais do Brasil, com as principais políticas realizadas na região amazônica. Em que identificamos o caráter imediatista de tais políticas que visavam atender às pressões externas dos países desenvolvidos diante da percepção da “crise ambiental”, havendo a predominância de políticas ambientais conservacionistas e protecionistas.

No entanto, as principais intervenções na região tinham como objetivo o desenvolvimento e integração da Amazônia territorial e economicamente ao restante do país, conseqüentemente, verificamos que esta região surge como meio de desenvolvimento econômico e social, sendo espaço-alvo de constantes conflitos e discussões no âmbito nacional e internacional, e em níveis sociais, políticos e teóricos.

No segundo capítulo, temos como objetivo evidenciar que a problemática ambiental tem o seu cerne na contradição capital e trabalho, e que para compreendê-la e buscar alternativas de ruptura, devemos visionar a superação da

contradição de classes. Para tanto, utilizamos como referencial as análises realizadas por Karl Marx em *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* e em *O Capital*.

Em *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, de Karl Marx*, demonstra a dimensão ontológica do trabalho, que segundo o mesmo, é o mediador da relação entre o homem e a natureza. Posteriormente, debruçamo-nos sobre a obra *O Capital*, que nos mostra o modo como se dá a diminuição desta dimensão ontológica do trabalho, apontando como marco desta separação a ultrapassagem do sistema feudal para o Modo de Produção Capitalista (MPC), havendo a expropriação dos meios de produção do trabalhador e a constante busca pela acumulação de capital.

Esta escolha teórica se deu a partir do entendimento de que a discussão sobre o meio ambiente e população compreende três tipos de abordagem: a malthusiana; a cornucopiana e a marxista (RODRIGUES, 2009). A primeira argumenta que o aumento da população provocará a escassez dos alimentos e dos recursos naturais, deste modo, propõe como solução para a crise ambiental o crescimento populacional “adequado”. Enquanto que a abordagem cornucopiana, fundada no “tecnocentrismo”, acredita no desenvolvimento tecnológico para a amenização dos problemas ambientais, e não percebe o crescimento populacional como algo negativo, pelo contrário, argumenta que isso contribuiria para os avanços tecnológicos, logo, dando bases para a solução da problemática ambiental.

Apesar desses dois tipos de abordagens terem algumas divergências, ambos não questionam a gênese da problemática ambiental: o modelo econômico de produção. Já, a abordagem fundada na corrente marxista, apreende a crise ambiental como resultado do modo de produção capitalista, portanto, não entende que a problemática ambiental esteja tão e simplesmente relacionada ao crescimento populacional, e muito menos acredita que o avanço tecnológico seria a solução para esse quadro.

Neste estudo, assumimos a terceira abordagem², no qual percebemos que há uma estreita relação entre a exploração do homem e a exploração da natureza, compreendendo que a problemática ambiental constitui-se em uma das várias expressões da “questão social”. Trazer para o debate as reflexões de Marx sobre o

² Haja vista que o nosso objeto está localizado na sociedade capitalista. No entanto, não ignoramos o fato de que não só as sociedades sob o Capitalismo degradam a natureza, porém este o faz de maneira mais feroz e intensa. (COUTINHO, 2004).

trabalho na sociedade burguesa e o modo como se dá a exploração do homem e da natureza, pressupõe a compreensão de que ao explorar um, conseqüentemente, o outro também será explorado, transformando os dois em mercadoria.

Além do que, para podermos entrar na análise dos campos de disputa da noção de sustentabilidade, precisamos refletir sobre os paradigmas que consolidaram e consolidam a sociedade capitalista atual, que é urbana, financeira, industrial e globalizada; fundada em um projeto de mundo baseado num modelo desenvolvimentista. Ou seja, uma discussão sobre os contra-discursos da sustentabilidade nos obriga abordar sobre as principais bases teóricas que se pautam estas concepções que vão contra a corrente, pensando o que seria a natureza, meio ambiente e recursos naturais para o modo de produção vigente, bem como o próprio homem. (GUIMARÃES, 2008, p.87)

Posteriormente, neste mesmo capítulo, situamos a discussão sobre a problemática ambiental nas cidades capitalistas, que empreendem aspectos diferenciados aos sujeitos presentes em tal espaço, demonstrando que os ônus e os bônus não atingirão da mesma forma a todos, revelando de maneira mais evidente o caráter de classe da questão ambiental. Do mesmo modo que a discussão ambiental, referente aos limites dos recursos naturais, demonstra a percepção e o consenso quanto ao reconhecimento de uma crise ambiental presente e iminente, a discussão sobre o meio ambiente urbano revela o mesmo, pois demonstra a preocupação quanto à durabilidade do mesmo. Sendo este o contexto da emergência das “cidades sustentáveis”, baseadas na noção de “desenvolvimento sustentável”, que assim como a sua matriz, também terá aspectos contraditórios e falaciosos.

No terceiro capítulo, resgatamos o histórico de formação e constituição das cidades amazônicas, realizando um enfoque no histórico dos aspectos sociais, culturais e ambientais da cidade de Belém, e, deste modo, percebendo as suas particularidades, tanto de ordem espacial quanto social e cultural.

Belém é uma cidade localizada na embocadura de um braço do delta amazônico, na baía do Guajará, cercada por ilhas pertencentes à parte insular do município, e recortada por canais, igarapés e rios; de relevo plano ou levemente ondulado, formado por terras de várzea e terra firme; com topografia pouco variada, muito baixa em diversas áreas da cidade e de significativa parte da porção continental em áreas de cota inferior a 4 metros, permanentemente alagadas ou

sujeitas às periódicas inundações, conhecidas como baixadas (TRINDADE JR., SILVA E MALHEIROS, 2005).

Segundo o Instituto Brasileiro de Estatísticas (IBGE), a partir da década de 70, na capital paraense, intensificou-se os assentamentos sub-humanos. Belém é o município que possui a maior concentração populacional, totalizando o dobro da somatória populacional dos demais municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB)³, correspondendo a 72,49% (PMB, 2003).

A fim de pensar tais especificidades das cidades amazônicas, Trindade Jr., Silva e Malheiros (Idem) nos dizem que Belém ao reunir, simultaneamente, em sua faixa de Orla a dinâmica resultante das águas turvas do rio e a atual realidade metropolitana, coloca-nos para debate o desafio de refletirmos sobre o potencial dos espaços, indicando-nos os novos padrões urbanísticos, associados aos elementos de preservação do conteúdo ribeirinho da cidade, que devem ser considerados nas políticas públicas.

Percebemos que o município de Belém/PA vem sofrendo intervenções de caráter, diretamente, urbanístico, passando por um processo de reconfiguração territorial que articula estratégias de crescimento econômico (PONTE, 2007). Então, hoje o que se verifica é a predominância de ações da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), voltadas ao atendimento das políticas urbanas na implementação de projetos habitacionais e de urbanização em áreas consideradas com potencial turístico e econômico.

Diante das discussões realizadas em torno da questão ambiental, em meio ao forte processo de urbanização, na qual traz à tona, também, a noção de sustentabilidade e a preocupação em torno da Amazônia, percebemos um novo direcionamento para os profissionais que irão pensar e atuar nos projetos que visam lidar com estas demandas. Como abordamos anteriormente, a noção de “sustentabilidade”, legitimada pelas legislações brasileiras e pelos organismos internacionais, estará fortemente associada ao ideal de “participação popular” e “controle social”, indicando (pelo menos no plano formal) forte valorização das ações socioeducativas, sendo este um campo fértil de atuação profissional do assistente social.

³ Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.

Resgatar esses pontos, neste estudo, objetiva verificar se há ou não este entendimento nas intervenções públicas, ou melhor, os profissionais (em especial os assistentes sociais), que são constantemente requisitados a pensar e atuar em meio à realidade tão diversa, têm esta percepção? Os assistentes sociais compreendem as especificidades da nossa região no momento de elaborar e executar estes projetos? Eles visualizam o debate global sobre meio ambiente? É importante ressaltar isso, uma vez que a Amazônia ainda é percebida como uma área desabitada, argumentação que não corresponde à realidade deste espaço, que vem apresentando um grande crescimento demográfico em suas cidades e passando por intensos processos de urbanização.

Então, a fim de perceber a compreensão da dimensão ambiental no espaço urbano em tais projetos e pelos profissionais do Serviço Social, no quarto capítulo, focamos as nossas análises sobre o trabalho técnico social, especialmente, nas ações de educação ambiental elaborada e executada. Sendo importante destacarmos que não nos detemos em um projeto em especial, mas sim na maneira como os projetos habitacionais são pensados e realizados por esses sujeitos, considerando que os assistentes sociais entrevistados possuem cargos, experiência de trabalho e tempo de formação diferenciada que correspondem aos períodos de 1998 a 2004.

Porém, para tratarmos sobre Serviço Social e as demandas que estão postas para a profissão, é imprescindível situarmos e elencarmos os pontos cruciais do cenário que emolduram o trabalho do assistente social, resgatando alguns momentos de mudança deste modo de produção que acabaram por despertar e exigir certa particularidade deste profissional: o perfil educativo. Deste modo, perceberemos as particularidades que este profissional terá que lidar, especialmente por estar situado em um espaço de contradições e heterogeneidades naturais, social, políticas e econômicas como na Amazônia brasileira.

As agências financiadoras da política habitacional e de urbanização do município - embasadas nas orientações do Ministério das Cidades -, dentre elas citamos a Caixa Econômica Federal (CEF), exigem que as intervenções sejam divididas em duas formas de trabalho: o projeto de trabalho técnico físico (PTTF) e o projeto de trabalho técnico social (PTTS).

O PTTS se subdivide em três eixos: Mobilização e Organização Comunitária e/ou Condominial; Educação Sanitária Ambiental e Patrimonial; Capacitação

Profissional e Geração de Trabalho e Renda. (CEF, 2007). O projeto social tem como norte a mobilização e a organização comunitária; educação sanitária e ambiental; capacitação profissional e geração de renda; participação popular, por meio de atividades que envolvem reuniões, visitas domiciliares, plantão social, oficinas e cursos, palestras e levantamento socioeconômico. (PMB, 2007).

Apesar da proposição de um trabalho unificado nestas intervenções, observamos fragmentações no interior do trabalho social e dicotomias entre o social e o “físico”, no que diz respeito aos projetos e às obras, que resultam no imediatismo e voluntarismo das iniciativas diante das pressões institucionais, a fim de atender às situações emergenciais de ordem social e/ou política. O que constatamos que a educação ambiental realizada acaba por ser prejudicada por tal lógica, ficando relegada a segundo plano dentro de outras ações do trabalho social, em que a sua dimensão educativa se subsume e se espalha nos eixos de geração de renda e de educação patrimonial e sanitária.

Sendo a sua realização pontual, devido não só à lógica institucional de trabalho, mas também à insegurança de alguns profissionais do Serviço Social em lidar com a demanda ambiental, principalmente sobre Amazônia. Resultado: apesar do reconhecimento de que no seu trabalho terá como público-alvo um usuário que necessita ter acesso e conhecimento sobre os seus direitos, a educação ambiental – que dentre os principais eixos do trabalho social é o que mais possibilita a troca de informações, haja vista que os outros são de capacitação e geração de renda – está restrita a conteúdos como o lixo, água e desmatamento, não ampliando a discussão aos direitos urbano-ambientais, estando a discussão ambiental esvaziada de seus conteúdos sociais, políticos e econômicos.

1 IDENTIFICANDO CONTEXTOS: A POLÍTICA AMBIENTAL DO BRASIL E DA AMAZÔNIA

Para realizarmos uma discussão sobre o surgimento das políticas públicas ambientais no Brasil, a fim de perceber o seu contexto, bem como identificar os principais fatores que as impulsionaram, é necessário também ter em mente as discussões internacionais, que deram contorno e impulsionaram estas políticas, resultantes das exigências dos países desenvolvidos.

Ao elencarmos este histórico, iremos situar os processos políticos e econômicos ocorridos na Amazônia durante os períodos que surgiram as principais discussões sobre meio ambiente no mundo e no Brasil, além de verificar quais foram as principais intervenções realizadas na região, demonstrando o caráter das políticas de cunho ambiental neste espaço.

Resgatar esses pontos, tem como objetivo, oferecer bases para uma reflexão sobre políticas públicas sociais e ambientais para a região, instigando-nos a questionar as ferramentas e estratégias de intervenção, destinada a este lugar de complexidades, considerando as possibilidades e limites das políticas públicas e, em especial, as ambientais.

Discutir Amazônia, na atualidade, torna-se um tanto paradigmático, pois fica evidente, num primeiro momento e de maneira simplista, a existência de duas Amazônias: a percebida pelos olhares externos e a percepção dos que lhe são internos. Quanto aos olhares externos há a subdivisão: externo internacional e o externo nacional. No que diz respeito à percepção de outros países quanto à Amazônia, vemos que há certo consenso sobre os seus recursos naturais, alvo dos interesses de proteção e conservação ambiental, enquanto que, no segundo, evidencia-se a importância geopolítica da região, em que as ações de perspectivas desenvolvimentistas acabam por esbarrarem nos interesses ambientalistas.

1.1 O HISTÓRICO DOS DEBATES SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Partimos do entendimento de que não seria possível delimitar precisamente em que período surgiu a discussão ambiental no mundo (CARVALHO, 2006; REIGOTA, 2007), no entanto, percebemos que houve mais destaques aos debates

ocorridos na década de 60 em diante. Nesse primeiro momento, as discussões eram feitas a partir de um viés mais naturalista, que tinham por objetivo buscar a sensibilização da humanidade para as problemáticas ecológicas.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, período de intensificação dos testes nucleares e construção de usinas que utilizavam materiais radioativos, o mundo se mobilizou em torno dos efeitos e do poder de destruição das bombas atômicas. (CUNHA & COELHO, 2008)

Como resultado, anos depois, houve o lançamento dos livros *The Limits of the Earth*, de Osborn, em 1953, e, *Silent Spring*, lançado por Rachel Carson em 1962 (Idem), em que este último se tornou emblema da discussão ecológica na época, porque realizava um alerta sobre as consequências dos pesticidas utilizados para matar insetos, tais como o Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT), representando a revolução ecológica (SAITO, 2002; GRAZIANO, 2004).

Além desses livros, no final da década de 60, houve a produção dos documentos “*The tragedy of Cammos*” e “*The population bomb*” de Hardin e Ehrlich, ambos de orientação neomalthusiana, que também sinalizavam para a formação e surgimento das discussões em torno das problemáticas ambientais, percebendo o crescimento populacional como responsável pela escassez de alimentos e do superpovoamento. (KITAMURA, 1994 apud SOUZA, 1996).

Já, na década de 70, surgem as primeiras entidades ambientalistas internacionais, preocupadas com os impactos da crise do petróleo e com a intensificação dos programas nucleares de vários países europeus. (CARVALHO, 2006, p.80). Sendo que neste mesmo período, foi fundada uma das maiores organizações não-governamentais do setor ambientalista, a ONG *Greenpeace* (CUNHA & COELHO, 2008).

Com o objetivo de discutir sobre os recursos naturais não renováveis e o crescimento populacional, foi fundado na Academia de Lincei, em Roma, no ano de 1968, o “Clube de Roma”. Dentre as resoluções deste grupo, resultou o documento “*Relatório Meadows*” ou “*The Limites of Growth*” (Limites do Crescimento), publicado em 1972, que realizava projeções sobre o futuro da humanidade, caso o modelo de desenvolvimento econômico e a postura das pessoas não mudassem para o alcance de um meio ambiente mais equilibrado, dando especial ênfase à produção de mercadorias e ao crescimento populacional, indo de encontro à crença do

crescimento ilimitado, lançando como proposta o “Crescimento Zero”. (CARVALHO, 2006; REIGOTA, 2007; RODRIGUES, 2000; SOUZA, 1996)

Destacamos, também, como um dos momentos importantes de construção teórica sobre desenvolvimento e meio ambiente, a reunião promovida em 1971, em Founex (Suíça), de iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de apoiar as nações pobres na participação da “Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” em Estocolmo, configurando-se como uma reunião preparatória da mesma.

A reunião de Founex trilhou um caminho intermediário, em que tentava buscar por um meio-termo nas propostas ambientalistas e economicistas, significando a busca por um caminho que atendesse tanto ao pessimismo, ligado à concepção malthusiana no que tange aos limites dos recursos e crescimentos populacional, quanto ao otimismo e fé no desenvolvimento científico e tecnológico dos adeptos da concepção cornucopiana⁴ (SACHS *apud* SOUZA, 1996, p.8).

Podemos afirmar que, nas décadas anteriores, as discussões ambientalistas mantinham um caráter extremamente naturalista e neomalthusiano, no qual somente participavam os países desenvolvidos, abordando temas como água e poluição do ar. Esse quadro só veio a se modificar com a entrada dos países do Terceiro Mundo, dando um novo rumo à discussão, que passou a chamar a atenção para outros problemas ambientais como: desigualdades sociais; subdesenvolvimento; pobreza e miséria, sendo justamente este viés enfatizado na “Declaração de Estocolmo”. (RODRIGUES, 2000).

Em junho de 1972, a ONU promoveu em Estocolmo a “Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, considerada um marco de proporções internacionais, que realizou a discussão da questão ambiental, atrelando-a ao social,

⁴ A abordagem malthusiana acredita que o aumento da população provocaria a escassez dos recursos naturais, havendo uma interligação entre o crescimento populacional e a produção de alimentos, em que um determinaria o outro, portanto, este pensamento acredita que há a necessidade de um crescimento adequado da população de acordo com os limites dos recursos naturais. Já a abordagem cornucopiana partiu da teoria do “tecnocentrismo”, que se sustenta na racionalidade econômica e na eficiência tecnológica, em que os meios tecnológicos possibilitariam a amenização dos problemas ambientais e assim promovendo o bem-estar humano, logo esta abordagem não percebe o crescimento populacional como algo negativo, pelo contrário, serviria como incentivo às inovações tecnológicas na agricultura, na escassez de água potável e na infertilidade dos solos, conseqüentemente, o uso das tecnologias pode amenizar e até resolver alguns problemas ambientais. (RODRIGUES, 2009).

à política e à economia, reunindo vários participantes, incluindo entre estes as Organizações Não-Governamentais (ONGs).

É importante destacar que enquanto a conferência de Paris (1968)⁵ esboçava como deveria ser a educação ambiental, na Conferência de Estocolmo, esta toma forma, fundamentando o caráter interdisciplinar. De acordo com Reigota (2007, p.80), nesta conferência, houve uma importante resolução: a compreensão “de que se deve educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais. Podemos então dizer que aí surge o que se convencionou de educação ambiental”, mostrando a necessidade de criarmos um vínculo entre a educação e o meio ambiente, com o objetivo de responder satisfatoriamente a uma preocupação que é contemporânea, nos seus níveis individuais e político. (CARVALHO, 2006, p.80).

Da Conferência de Estocolmo, resultaram os documentos que ofereceram os princípios norteadores das políticas ambientais das nações envolvidas no debate. Foram produzidos três documentos que tinham como objetivo denunciar as incoerências da proposta de “Desenvolvimento Sustentável” com o modelo de produção vigente, que são os seguintes: a Declaração sobre o Ambiente Humano; o “Plano de Ação Mundial”; e o “*Relatório de Brundtland*”.

O primeiro documento foi inspirado no documento “*The Limits of Growth*”, contendo 26 princípios de diferentes abordagens, com o objetivo de orientar os governantes num agir “ecologicamente correto” para com o meio ambiente, salientando a importância estratégica das Tecnologias, Educação, Ciência e Pesquisa na preservação ambiental. (CARVALHO, 2006).

O documento “Plano de Ação Mundial” ou “Plano de ação de Estocolmo” contém 109 recomendações voltadas à avaliação e à administração ambiental, além de questões ligadas ao desenvolvimento em geral, colocando a importância da criação de um *Programa Internacional de Educação Ambiental*, e dando bases para a constituição de uma agenda global de ação ambiental (Idem).

⁵ A “Conferência da Biosfera” (ou Conferência de Paris) promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada em Paris no ano 1968, teve grande parte dos seus princípios retomados nos eventos posteriores, tais como a necessidade de outros enfoques na Política de Educação Ambiental (fazendo um esboço desta), mostrando a importância de se considerar os impactos ambientais causados por projetos de larga escala e a elaboração e a aplicação de programas de Educação Ambiental. Contudo, este evento, em que a preocupação ambiental surgiu pela primeira vez como interesse internacional, foi ofuscado pela Conferência de Estocolmo devido a sua ênfase limitada às questões ambientais. (CARVALHO, 2006).

Dentre os eventos que apontavam para a reflexão e elaboração de uma educação que tivesse como perspectiva a mudança do comportamento, citamos a “Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental” em 1977, ocorrida em Tbisili - na Geórgia - em que foi elaborado o documento técnico “*A Declaração do Meio Ambiente*”, reiterando a necessidade da urgência de investigações para a elaboração de novos métodos para o desenvolvimento da Educação Ambiental, havendo o consenso sobre a necessidade da interdisciplinaridade neste processo educativo. (DUVOISIN, 2002, p.92).

No entanto, para Carvalho (2006, p. 58), os ideais de Tbisili careciam de embasamento metodológico, pois apesar de lançarem propostas para a educação ambiental, estes ainda reproduziam e reforçavam o discurso da “Nova Ordem Mundial” de que o aumento da produtividade seria sinônimo de melhoria da qualidade de vida, não questionando o atual modo de produção e não tratando no “como fazer” e efetivar tais ideais.

Resultante da Conferência de Estocolmo (1972), o “Relatório de Brundtland” (“O nosso futuro comum”) foi publicado em 1987, elaborado por uma equipe criada pela ONU, reunindo especialistas de diversas áreas de conhecimento, popularizou o termo Desenvolvimento Sustentável, que de acordo com o mesmo, é o que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias (RODRIGUES, 2000).

Para Fernandes (2006), a formulação do conceito de Desenvolvimento Sustentável apresentada em “*O nosso futuro comum*”, opera-se a lógica do pragmatismo utilizada em tantos outros processos gerenciais, portanto representando um conjunto de propostas políticas que levariam ao gerenciamento e à racionalização dos ecossistemas. Objetivando também

[...] contribuir para retornar o crescimento como condição necessária para: erradicar a pobreza; mudar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, eqüitativo e menos intensivo no uso de matérias-primas e de energia; atender as necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água, e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos; **e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório** (FERNANDES, 2006, p. 133, grifo nosso).

Este relatório tinha como finalidade realizar uma avaliação do desenvolvimento econômico mundial e suas implicações socioambientais. Segundo

Coutinho (2004, p.22), este documento, através do termo Desenvolvimento Sustentável, representou a institucionalização da problemática ambiental, em que o seu modelo de análise e diagnóstico forneceu parâmetros à discussão ambiental dentro dos movimentos ambientalistas para os formuladores das políticas governamentais e para a academia.

Em 1992, ocorre no Rio de Janeiro a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que resultou no Plano de Ação “Agenda 21” e no documento “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, estabelecendo recomendações sobre a importância do comprometimento dos países na busca da formação de valores como:

[...] a responsabilidade individual e coletiva; pensamento crítico e inovador; uma **Educação Ambiental** caracterizada pela visão **interdisciplinar** e capaz de suscitar consciência ética, **que não seja neutra, mas um ato político baseado em valores para a transformação social** (DUVOISIN, 2002, p.93, grifo nosso).

De acordo com a CNUMAD 92, a Educação Ambiental deve:

[...] tratar [sobre] as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em um contexto social e histórico. Aspectos primordiais para seu desenvolvimento e seu meio ambiente tais como população, paz, direitos humanos, democracia, saúde, fome, degradação da flora e fauna, devem ser abordados ... Deve capacitar as pessoas a trabalhar conflitos e integrar conhecimento, valores, atitudes e ações, buscando a **transformação de hábitos consumistas** e condutas ambientais inadequadas. É uma educação para a mudança (CNUMAD, 1997 *apud* DUVOISIN, 2002, p.93, grifo nosso).

Como resultado da CNUMAD 92, temos o plano de ação “Agenda 21 Global”, que firma o compromisso dos diversos países envolvidos no debate sobre a mudança do padrão de desenvolvimento global, tendo como prioridade o equilíbrio ambiental e a justiça social. Dentre os envolvidos na discussão e na oficialização do conceito de desenvolvimento sustentável, além dos intelectuais, religiosos e ONGs, destacamos os seguintes: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e o Banco Mundial (TEIXEIRA, 2008), mostrando a Educação Ambiental como meio de formação das sociedades sustentáveis.

Também, como resultado do Eco-92 e de discussões que giravam em torno das mudanças climáticas, apontadas como sérios problemas ambientais, houve a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que envolveu

mais de 150 países, dando origem ao o Protocolo de Kyoto⁶, destinada a todos os países, porém, particularmente aos países desenvolvidos. (MORAES & TUROLLA, 2004). Este documento foi criado em 1997, em cidade homônima no Japão, estabelecendo metas de redução da emissão de gases poluentes, com vigência do acordo até 2012.

Esses acontecimentos deram forma às políticas ambientais brasileiras, que em momentos diferenciados tiveram posturas também diferenciadas, ora no sentido das discussões internacionais, ora divergindo de tais decisões, em que irão conformar em ações de intervenções específicas. Sendo importante destacar que apesar dessas políticas terem discussões e propostas homogeneizadoras, houve intervenções voltadas mais para algumas áreas do que a outras, predominando dois tipos de modelo de política ambiental: proteção e conservação.

I. 2 CONTEXTUALIZANDO AS INFLUÊNCIAS DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS.

De acordo com Cunha e Coelho (2008, p.46), podemos identificar três grandes momentos na história das políticas ambientais no país: o **primeiro** vai do período de **1930 a 1971**, apresentando políticas voltadas para a regulação dos usos dos recursos naturais; o **segundo** é marcado pela intensa ação intervencionista do Estado, indo do período de **1972 a 1987**, momento em que se dá também a percepção da crise ecológica global; por fim, o **terceiro**, que corresponde ao período de **1988 até os dias atuais**, marcado pela democratização e descentralização decisória das políticas e disseminação dos ideais de “*Desenvolvimento Sustentável*”.

Na década de 70, o avanço da preocupação ambiental nos países do Norte faz com que estes tivessem mais cautela na instalação de indústrias poluentes em

⁶ No entanto, este protocolo ainda é alvo de discussão haja vista que nem todos os países estão interessados na redução de gases causadores do efeito estufa, dentre eles mencionamos os EUA, pois isto envolve o seu modelo de desenvolvimento econômico. No final do ano de 2009, este Protocolo entrou novamente em debate mundial, no encontro realizado em Copenhague, porém, mais uma vez, saiu sem uma resolução, o que para muitos ambientalistas e ONGs internacionais prejudicaria ainda mais o quadro ambiental mundial. Mas há os que se contrapõem a esta concepção, pois percebem que este protocolo seria mais uma forma de *capitalizar* e *mercadorizar* os recursos naturais. Becker (2005; p. 77) nos diz: “O que é o protocolo de Kyoto se não o mercado do ar? É a tentativa de estabelecer cotas de emissão de carbono nos países fortemente industrializados e poluidores em troca de manutenção de florestas em países com elas dotadas. O mercado do ar é o mais avançado. Em outras palavras, esses mercados reais tentam se institucionalizar em fóruns globais, o que também é uma vertente nova dentro do Direito Internacional”.

seus territórios, para tanto repassavam suas indústrias para os países periféricos, e entre eles o Brasil, que estava sob a égide de um governo autoritário (FERREIRA, 2003), com fortes objetivos de desenvolvimento econômico e de proteção das fronteiras do país.

De acordo com Monosowski (1989, p.18), para o governo brasileiro, naquele momento, o objetivo de proteger o meio ambiente seria secundário para um país em vias de desenvolvimento, gerando conflitos com o objetivo central e imediato de crescimento econômico. Assim:

Os anos 70 foram caracterizados por uma estratégia de desenvolvimento baseada na implantação de grandes projetos de infra-estrutura ou de exploração de recursos naturais. Ao lado das multinacionais, o Estado mostra-se o único parceiro nacional que dispõe de capacidade econômica para a implantação de projetos. A prioridade é dada à unificação do espaço nacional, da qual os símbolos mais tocantes são os esforços de ocupação do cerrado e da Amazônia. Por outro lado, esse período conheceu uma urbanização intensiva e um crescimento muito acentuado das regiões metropolitanas, onde as condições de vida atingem níveis críticos. (Monosowski, 1989, p.20).

Quanto às fronteiras do país, Sousa (2009) aponta que nas argumentações dos delegados brasileiros na Conferência de Estocolmo havia o discurso de que a soberania nacional - entendida como o direito de uma nação explorar os seus recursos naturais de acordo com as suas prioridades - não deveria ser ameaçada por "interesses mal-definidos".

Saito (2002), ao mencionar a década de 1970 como momento de avanço para a discussão ambiental, argumenta que, no Brasil, a restrição a discursos naturalistas encontrou lugar no governo autoritário da Ditadura Militar, que restringia o debate político e as ações coletivas que não entravam nos âmbitos educacionais, culturais e muitos menos ambientais, além de representar uma ameaça ao desenvolvimento econômico, principal bandeira do regime militar.

Portanto, os governantes do período militar compreendiam que o crescimento econômico não deveria ser sacrificado pela prioridade de um ambiente puro, apesar de reconhecerem o perigo iminente da poluição ambiental, no entanto, sugeriram que o esforço da purificação deveria ser "pago" pelos países desenvolvidos; somado a esta posição, os delegados brasileiros também se opuseram ao controle de natalidade (TEIXEIRA, 2008; MONOSOVSKI, 1989; SAITO, 2002).

O primeiro momento, que vai de 1930 a 1971, as políticas ambientais no país privilegiou a abordagem nacional em detrimento ao caráter regional, conseqüentemente, as ações públicas direcionaram-se especificamente às regiões Sul e Sudeste, haja vista a grande concentração de processos de industrialização e urbanização, até porque as discussões ambientais no mundo voltavam-se mais para esta lógica da poluição e crescimento populacional (CUNHA & COELHO, 2008, p.47).

O período que vai de 1972 a 1987 - caracterizado como segundo momento -, as políticas ambientais brasileiras foram fortemente influenciadas pelos informes do “*Clube de Roma*”; a Conferência realizada em Estocolmo; a crise do petróleo do início da década de 70, possibilitando a ampliação do debate sobre os limites dos recursos naturais. Foi intensificada a criação de unidades de conservação em todo o país, tendo o surgimento não só de parques nacionais e florestas nacionais, mas também houve o surgimento de reservas biológicas, área de proteção ambiental, estações ecológicas, ou seja, locais de relevância ecológica (Idem).

Apesar da resistência do governo brasileiro na conferência em 1973, por necessidades diplomáticas, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) - pelo Decreto n.º 73.030 de 30 de outubro -, responsável pelos assuntos ambientais, sob a coordenação do Ministério do Interior, estando à frente das negociações em nível nacional, como a produção de detergentes biodegradáveis, a poluição por veículos, a demarcação de áreas críticas de poluição e a criação de unidades nacionais de conservação, (MONOSOWSKI, 1989; SOUSA, 2004).

No entanto, inicialmente, a SEMA, por estar subordinada ao Ministério dos Interiores - um dos principais responsáveis pela implantação das estratégias de crescimento econômico - assume uma secundária prioridade em relação às outras ações do Ministério (MONOSOWSKI, 1989, p.19).

A partir destas estratégias tomadas pelo governo brasileiro na busca de pontuar superficialmente as ações voltadas para a demanda da problemática ambiental, permite-nos concluir:

O modelo da política ambiental brasileira elaborada a partir da Conferência de Estocolmo tinha assim como pilares: o controle da poluição e a criação de unidades de conservação da natureza. O crescimento populacional e o saneamento básico – componentes de políticas setoriais de impacto sobre o meio ambiente – ficaram excluídos desse modelo, constituindo, cada um, objeto de política própria, não articuladas à questão ambiental, o que evidenciou o desenvolvimento isolado deste setor (SOUSA, 2009).

Moraes e Turolla (2004, p.9) e Carvalho (2006) indicam que, apesar de tais restrições políticas, é com a SEMA que se inicia a criação da estrutura pública para regulação do meio ambiente; e posteriormente, em 1981, foi criado o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), mediante a adição da Lei 6.938/81, que também instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

Para Carvalho (2006, p.68), o SISNAMA e a PNMA representaram a primeira grande conquista do movimento ambientalista, pois tinham como objetivo consolidar a democracia participativa paralela à democracia institucional, a Lei 6.938/81, regulamentada pelo decreto nº. 88.351 de 1983, conferiu competência ao poder público (Idem, p.83), resultado da parceria da sociedade com o Conselho Nacional de Meio Ambiente, declarando ao cidadão comum o poder e direito de intervir nas questões do meio ambiente, bem como de interesse da coletividade⁷.

A PNMA, que utiliza como principal instrumento de planejamento para o desenvolvimento do território o Zoneamento Ecológico (MORAES & TUROLLA, 2004, p.9), tem como objetivo estabelecer padrões que tornem possível o desenvolvimento sustentável a partir de mecanismos e instrumentos capazes de conferir maior proteção ao meio ambiente. Através de normas e planos, que estão destinados a orientar os entes públicos da federação, que devem estar em conformidade com os princípios elencados no art.2º da Lei 6938/81, são elaboradas as diretrizes desta política.⁸

A lei 6.938 de 1981 foi uma das primeiras leis que cita a educação ambiental, apontando a necessidade de que esta fosse oferecida “a todos os níveis de ensino, inclusive, a *educação da comunidade*, objetivando *capacitá-la para uma participação ativa na defesa do meio ambiente*” (CARVALHO, 2006, p.83). Além de definir meio ambiente como “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, obriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Dentre as várias atribuições deste órgão, destacamos: acompanhamento das transformações do meio ambiente, identificando as mudanças adversas e agindo para a sua correção; estabelecer normas e parâmetros para preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos; controle e fiscalização dessas normas e

⁷ Disponível em http://www.jurisway.org.com.br/v2/cursos.asp#Direito_Ambiental

⁸ Informações disponíveis em <http://www.jurisambiente.com.br/ambiente/politicameioambiente.shtm>.

parâmetros; preservação de espécies animais e vegetais em perigo de extinção, e a manutenção e estocagem de material genético; formação de quadros técnicos especializados no campo da proteção ambiental; e a educação pública para o uso adequado dos recursos naturais e a conservação do meio ambiente (MONOSOWSKI, 1989, p.18).

Porém, mais uma dentre as várias incoerências, apontamos o modelo de desenvolvimento adotado pelo país, que era de industrialização rápida e concentrada, fato que agravou os problemas urbanos, tais como poluição industrial intensa, ausência de saneamento e problemas de abastecimento de água, no qual estas problemáticas não foram incorporadas como problemas ambientais (MONOSOWSKI, 1989, p.19).

Adendo ao fato de que as políticas ambientais entram em contradição com as políticas modernizantes e de integração desenvolvidas no regime militar, através da construção de estradas, barragens e linhas de transmissão de energia elétrica, como os projetos de mineração industrial, implementados pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) nos anos de 1975 a 1985, atingindo particularmente a Bacia Amazônica (CUNHA & COELHO, 2008, p. 51).

Para Moraes e Turolla (2004), este período em que há um forte movimento de industrialização e urbanização no país, acelerado nos períodos de 1930 e 1970, especialmente com a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974), foi o que mais contribuiu para o quadro atual de degradação do país, pois não compatibilizou a política econômica com a proteção do meio ambiente.

Entretanto, no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 1975/79, encontramos no capítulo sobre desenvolvimento urbano (controle da poluição e preservação do meio ambiente) a definição de prioridade para o controle da poluição industrial, a partir de normas anti-poluição e de políticas voltadas para regiões críticas em poluição e de densa urbanização, como as regiões de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre; e as regiões industriais: Cubatão e Volta Redonda, as bacias hidrográficas do Tietê, do Paraíba do Sul e do Jacuí, o estuário de Guaíba e ainda as bacias hidrográficas de Pernambuco. (MONOSOWSKI, 1989, p. 19).

De acordo com Cunha e Coelho (2008, p. 52, grifo nosso):

Chama a atenção nesse período a ênfase dada aos problemas de reestruturação regional identificados, especificamente na Região Nordeste, superpovoada, e na Região Amazônica, para onde se redirecionava o povoamento. **A região da Floresta Amazônica foi particularmente incluída no quadro das preocupações ambientalistas, nacionais e internacionais.** O surgimento, no final do período, em 1986, dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) foram respostas à crescente visibilidade das populações locais, nativas ou não, ameaçadas pelos projetos infra-estruturais que proliferam em todo o país.

No entanto, é importante destacarmos o que Ferreira (2003) nos apresenta sobre a relação entre as políticas públicas e a questão ambiental no Brasil, focando as suas análises sobre São Paulo, apontando como momento também decisivo para as políticas ambientais brasileiras, a crise da década de 80, resultado de um modelo voltado para desenvolvimento indiscriminado que

Com o novo paradigma tecnológico (informação intensiva) que vai se implantando no mundo a partir de fins dos anos 70, as vantagens comparativas internacionais do Brasil declinam: os recursos naturais clássicos perdem valor comparativo, a tolerância para com a poluição torna-se estigma e uma força de trabalho desqualificada é incapaz de operar os novos sistemas produtivos. Essas são algumas das causas da crise e do conseqüente declínio brasileiro na década de 80, ainda que também se devam assinalar variáveis de natureza estritamente política, vinculada ao caráter de transição democrática e à falta de renovação das elites políticas (FERREIRA, 2003, p. 14).

Para a autora este ponto é positivo, e destaca que apesar do custo social decorrente deste modelo de desenvolvimento, tivemos aspectos positivos para o debate ambiental no país, pois foi neste momento que houve a aceleração do reconhecimento da problemática ambiental pela opinião pública brasileira (Idem). Até meados da década de 80, a política ambiental no Brasil era espaço controlado especificamente pelo Estado, em que posterior a este período, houve uma mudança na concepção de estratégias e planejamento das políticas, passando a incluir os diversos atores sociais, no entanto, a esfera estatal continua sendo a instância no qual ocorrem as negociações de decisões e instrumentalização de conceitos em políticas públicas para a área ambiental (CUNHA & COELHO, 2008).

Sendo importante ressaltar que, em 1985, foi criada a Lei 7.347, que regulamenta a ação civil pública por danos contra o meio ambiente e aos bens e direitos de valor artísticos, paisagísticos, estético e histórico, em que qualquer cidadão que testemunhar algum crime ambiental, poderá mover uma ação de denúncia contra o responsável pelo ocorrido. (CARVALHO, 2006, p.83).

Saito (2002) e Carvalho (2006) nos mostram que a década de 80 foi bastante significativa para as políticas ambientais brasileiras, sendo o período de início do processo de redemocratização no país, trazendo mudanças no cenário sociopolítico. E a década de 90, há a crescente preocupação com a destruição da camada de ozônio e com a proteção da biodiversidade e dos recursos hídricos, já o final desta década é marcado pelos debates sobre os transgênicos (CUNHA & COELHO, 2008).

De acordo com Cunha e Coelho (2008, p. 54)

No quadro geral da crise financeira das décadas de 1980 e 1990, as mudanças nas estratégias econômicas do Estado brasileiro repercutiram na política tradicional de defesa dos recursos naturais. A privatização dos setores energéticos e minerais resultou na transferência de responsabilidades na condução de gestão ambiental para alguns segmentos do setor empresarial. As políticas ambientais continuaram a se confrontar com políticas desenvolvimentistas, com ênfase em projetos de infra-estrutura planejados para os eixos de integração e desenvolvimento expressos nos programas Brasil em Ação (1996-1999) e Avança Brasil (2000-2003)

O fato é que o país passa a ser pressionado, tanto por movimentos ambientalistas quanto por organismos financeiros internacionais, para a conservação do seu vasto patrimônio natural (CUNHA & COELHO, 2008, p. 51). O primeiro alerta das opiniões públicas europeia, norte-americana e brasileira sobre o desmatamento na Amazônia foram motivados pela extensão das queimadas em 1987, que somados às preocupações dos norte-americanos com o seu clima seco e quente, proveniente do verão e das declarações alarmistas, geram fortes mobilizações sobre a mudança climática, portanto, em 1988 os picos de queimadas ocorridas na região amazônica ocorrem em um quadro que a população está mais atenta às problemáticas ambientais, associando tais acontecimentos às mudanças climáticas, e assim colocando o Brasil como o grande vilão da situação ambiental do planeta. (FERREIRA, 2003, p. 14).

Nesse período, houve a consolidação de políticas indutoras do desenvolvimento sustentável e da gestão ambiental participativa, materializadas na promulgação da Constituição Federal de 1988, em que a União absorve a problemática ambiental, dedicando o capítulo VI ao meio ambiente, evidentemente, neste momento dá-se a entrada das questões ambientais na agenda da política brasileira.

Diante da promulgação da Constituição Federal, que nos apresenta o princípio de redemocratização, por meio de diretrizes como descentralização, municipalização e participação popular (BATTINI, 1998), estimulando o envolvimento da sociedade local nas questões ambientais, dividindo as responsabilidades entre as esferas federais, estaduais e municipais na reformulação das políticas públicas. (CUNHA & COELHO, 2008, p. 53). No sistema federativo há o prevaletimento da concepção municipalista, garantido autonomia para a gestão das políticas públicas (COUTINHO & ROCCO, 2003, p. 12).

A Constituição Federal de 1988 foi a primeira a abordar as questões ambientais, tendo um capítulo sobre meio ambiente, no qual declara a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica e o Pantanal como patrimônios nacionais; além de instituir novas bases de aplicação de multas, obrigando a recuperação dos ambientes degradados e a criação de lei para compensar a União, os estados e os municípios pela exploração dos recursos naturais. Neste mesmo período a criação de unidades de conservação foi intensificada (RODRIGUES, 1997; MONOSOWSKI, 1989).

Com a CF/1988 o sistema federativo prioriza a concepção municipalista, no qual os municípios passam a ter autonomia na gestão de políticas públicas para o território, distribuindo a competência do Estado Federal, abrangendo a atuação dos municípios nas questões ambientais (GUIMARÃES, 2004; COUTINHO & ROCCO, 2004).

Na Constituição Federal de 1988, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é referenciado como *“bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, com a imposição ao poder público e a toda coletividade do dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, mas também naquelas correspondentes à afirmação de direitos fundamentais da cidadania, de direitos sociais, da função social da propriedade, entre outro.”*. Além de dispor no artigo 225, inciso VI, que se deve *“promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”*.

Para a disposição deste artigo da Constituição Federal, no dia 25 de abril de 1999, foi sancionada a Lei Federal nº. 9.795, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), regulamentada em 25 de junho de 2002, por meio do decreto nº.

4.281 (CARVALHO, 2006, p. 85). Esta lei incube ao poder público o dever de promover a educação ambiental.

Lembrando que, na década de 90, ocorre o debate sobre a importância da ampliação dos espaços institucionais para a Educação Ambiental, havendo a discussão quanto à sua disciplinarização, discutindo se esta deveria ou não ser incluída como disciplina da educação básica de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, sendo reafirmada nesta lei a decisão de não constituí-la como disciplina específica e sim ser tema de caráter transversal. (SAITO, 2002).

O antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1989, foi transformado em Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA). Este órgão passou a ser responsável pelas unidades de conservação e pela formulação, coordenação e execução da política ambiental. Tal órgão é resultado da junção de outros órgãos, como: a SEMA, a Superintendência de Desenvolvimento de Pesca - SUDEPE, e a Superintendência da Borracha - SUDHEVEA; em que pela primeira vez no país ações de proteção ambiental passam a estar associadas às ações de conservação dos recursos naturais⁹ (CARVALHO, 2006, p. 84; CUNHA & COELHO, 2008, p.53).

Somado a este processo de redemocratização, consolidado com a constituição de 1988, houve também a repercussão do conceito de desenvolvimento sustentável, divulgado pelo relatório de Brundtland em 1987, trazendo mudanças significativas nas políticas ambientais do país. Para Monosowski (1989), tais mudanças refletem as diferentes concepções e estratégias do Estado perante a questão ambiental no contexto de desenvolvimento brasileiro, que, desde o período Colonial, apresenta a forte tendência de exploração de determinados recursos naturais por “ciclos” produtivos.

⁹ De acordo com Ferreira (2003, p.14), a criação do IBAMA foi mais uma resposta contraditória e lenta da administração do governo Sarney (na época) às críticas e pressões nacionais e internacionais quanto à gestão ambiental, sendo que neste mesmo ano é lançada uma campanha nacionalista voltada para a Amazônia, no qual enfatizava o “direito exclusivo” dos brasileiros de desenvolverem a Amazônia, no entanto, com a sua imagem desgastada nacional e internacionalmente, na tentativa de reverter tal quadro, é lançado o programa “Nossa Natureza”. Como resultado da preocupação do governo federal com a segurança militar na década de 90 é criado o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), que visavam contribuir com o monitoramento e controle ambiental da região amazônica. (CUNHA & COELHO, 2008, p.53).

Na esteira das ações de caráter descentralizantes, reafirmadas pelas Constituição Brasileira de 1988, a “Agenda 21” - resultado da CNUMAD 92 - determinou aos países signatários a incorporação de seus princípios nas políticas públicas e a garantia da participação da sociedade civil. Neste processo, para elaborar a “Agenda 21 Brasileira”, o governo brasileiro em 1997, por meio do Ministério do Meio Ambiente, designou uma Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) e da Agenda 21 Nacional, os quais realizaram diversos eventos que tiveram como resultado a “Agenda 21 Brasileira – Bases para Discussão”, publicada em 2000, que serviu como referência para a elaboração da agenda 21 brasileira, publicada nos volumes Ações Prioritárias e Resultado da Consulta Nacional em 2004 (TEIXEIRA, 2008).

Neste período, há um avanço das ações não estatais, em que as ONGs reunidas na CNUMAD 92 firmaram o compromisso de elaborarem as Agendas 21 locais e regionais, sendo que, em 1993, é criado o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal (MMA), que eram responsáveis pelas recomendações da Rio-92, das Agendas 21 locais e das agendas ambientais institucionais e comunitárias (CUNHA & COELHO, 2008, p.54). O Programa Agenda 21, instituído pelo Ministério do Meio Ambiente, serviu para dar suporte à implementação da Agenda 21 Brasileira e à implantação das Agendas 21 Locais (TEIXEIRA, 2008).

Sobre tal fato, ressaltado por Carvalho:

Nos anos 90, principalmente após a realização da Eco-92, e ampla cobertura dada pela imprensa ao evento, ser ambientalista virou moda, o que fez com que uma série de grupos e ONGs que trabalhavam exclusivamente com questões sociais diversas, se proclamassem ecologistas. O momento foi considerado bastante propício para a obtenção de fomentos e auxílios políticos dos mais variados, levando a um crescimento súbito do número de grupos que se diziam atuantes na área, embora este não correspondesse a realidade (CARVALHO, 2006, p.82).

Contudo, diante de tais avanços, no que diz respeito à gestão e execução de políticas públicas, que trazem as concepções de participação, municipalização e poder público, o Estado (como principal esfera) continua formulando e implementando políticas antagônicas, ao passo que, concomitante a formulação de normas de proteção ambiental, estabelece incentivos fiscais e creditícios, e cria

áreas de reservas no interior das propriedades rurais, e assim acelerando a exploração e devastação dos recursos naturais (CUNHA & COELHO, 2008).

Nessas ações é possível constatar a percepção limitada sobre o que seria meio ambiente, desarticulando-o de outras dinâmicas, tais como as econômicas, políticas e sociais, que também têm especificidade e particularidades que serão ditadas por cada região, lugar e espaço. Apesar de percebermos na trajetória da discussão ambiental a percepção de outros condicionantes como poluição, industrialização e urbanização que movimenta e é movimentada pela lógica econômica, quando nos voltamos para o Brasil, percebemos que estas políticas são descoladas destes contextos, vendo-as apenas como solução à criação de unidades de conservação e de parques e bosques ambientais.

Diante deste quadro, em que as políticas ambientais emergem como resposta imediata às “exigências externas”, incluindo de maneira automática na agenda política brasileira a temática ambiental, ressaltando o seu caráter setorizado e focado, leva-nos a perceber que as ações educativas são relegadas ao segundo plano.

I. 3 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA?

Diante da reconhecida crise planetária ecológica ¹⁰, a Amazônia apresenta-se como “poço de carbono” ¹¹ capaz de “salvar o mundo”, e assim justificando a preocupação mundial com o gerenciamento ambiental e econômico da região, na busca por uma tutela internacional (PIRO, 2009). Tornando comum discussões abertas e diretas sobre como intervir na região amazônica, tanto de órgãos internos quanto externos, havendo críticas claras ao governo brasileiro.

¹⁰ Partimos do princípio de que a “iminente crise ambiental” tem o reconhecimento não só dos movimentos ecológicos ou ambientalista, que (em alguns casos) se apresentam como contrários a lógica predadora da acumulação capitalistas, mas também pelos próprios capitalistas, como prova disto, vemos o próprio conceito de *sustentabilidade*, que é mais uma estratégia e não uma alternativa de desenvolvimento desatrelado do modo de produção vigente (FERNANDES, 2006).

¹¹ Ver em: PIRO, Patrick. **De qual Amazônia o mundo precisa?** *In*: Revista Democracia Viva-41/Especial Amazônia; jan. 2009.

A fim de pensar o que seria este território dentro do quadro planetário global, Patrick Piro¹² (2009) define da seguinte maneira:

[A Amazônia] é o terreno de megaprojetos 'de desenvolvimento' ecologicamente deploráveis e que desprezam as populações locais. Mas também é o território de alternativas **sustentáveis** bastante diversas, e em número inimagináveis. É uma enorme reserva de biodiversidade e um pólo preponderante de regulação climática do planeta, em vias de pilhagem e de degradação aceleradas. É ainda, um território em grande parte desprovido de governança, mas sede de iniciativas populares de organização (PIRO, 2009, grifo nosso).

E continua

O território amazônico está consideravelmente submetido aos projetos econômicos e estratégicos do governo federal brasileiro, cujo modelo lhe impõe grande pressão. Subjugada, a Amazônia não é vista como um território capaz de conceber projetos próprios, mas sim como uma reserva de recursos a explorar, uma fronteira inteira. (PIRO, 2009, grifo nosso).

Porém, questionamos: seria somente o governo brasileiro o único a pressionar esta região a fim de alcançar o tão propalado “desenvolvimento econômico”, e assim, subjugando-a a pressões externas e indiferentes a realidades de seus sujeitos, que passam a ser percebidos como meros atores de um cenário de complexidade? Evidentemente que não. O que Leal (1991, p.42) afirma:

[...] quanto mais estratégico for um país ou região para os interesses da Acumulação, tanto mais ele será, no estágio atual de evolução do Capital, alvo desse esquema férreo, como função da manutenção dos objetivos da ordem econômica internacional, ação essa que é partilhada pelos que dividem o poder no interior da célula imperialista.

A região amazônica desde o momento que foi incorporada à ordem moderna, fomentada pelo colonialismo, passou a ser vista mais pelos olhos dos seus colonizadores do que de sua própria população, estando submetida e a mercê de olhares e concepções de quem lhe é externo. (GONÇALVES, 2005, p.12). Então, é interessante perceber que não é recente a incessante intervenção direta na região, porém, hoje, tais intervenções são justificadas por um novo discurso (único): a “preservação ambiental”, enquanto que antes eram motivadas por objetivos claros e

¹² Para obter mais informações acesse: http://boutique.terrevivante.org/TPL_CODE/TPL_B_AUTEUR/PAR_TPL_IDENTIFIANT/43/458-livres.htm

tácitos de busca de acumulação e desenvolvimento, justificando a constante exploração não só dos recursos naturais, mas também humana. Realidade que pode ser constatada na própria história de ocupação da Amazônia.

A Amazônia brasileira, desde o ciclo sistêmico de acumulação holandês, do século XVII, vem sendo mobilizada como acumulação primitiva, fato que se traduz nas várias tentativas de desenvolvimento da região, ou seja, de apropriação da Amazônia pelo capital. De acordo com Rodrigues (1996)¹³, a Amazônia veio ganhando relevo estratégico na acumulação capitalista, agora regido pela lógica dos oligopólios e monopólios econômicos, tornando possível verificarmos e identificarmos intervenções na região no sentido de incluí-la na perspectiva econômica para integração da economia nacional e na globalização dos mercados, mais recentemente, percebemos a sua projeção internacional.

Essas tentativas estavam e ainda estão ligadas a uma perspectiva de crescimento industrial num momento em que o capitalismo encontra-se numa fase neointustrial e realiza discussões sobre os limites de seu crescimento, portanto sendo algo contraditório. (DE PAULA, 2008).

Se a discussão em torno da temática meio ambiente/questão ambiental/problemática ambiental é complexa¹⁴, ela se complexifica ainda mais quando tratamos de Amazônia, ou melhor, - como nos diz Gonçalves (2005) - de “Amazônias”, pois diante de debates que tratam sobre recursos naturais em tempos de acirrada procura por mercados, esta região vem atraindo diversos interesses, seja nacional ou internacional, sejam de caráter preservacionista (pelo menos aparentemente) ou desenvolvimentista.

De acordo com Becker (2001), o contínuo processo de ocupação da Amazônia se acelerou com a formação do moderno aparelho de Estado somada à sua constante intervenção na economia e no território, baseado fundamentalmente na “visão externa e privilégio das relações com o centro de poder nacional”. Sendo

¹³ Ver esta discussão realizada por Rodrigues (1996) em SÁ, Maria Elvira Rocha de; SANTOS, Cleidiane de Oliveira Sena dos; CARDOSO, Welson de Souza. **Intervenção Urbanística e Trabalho Social na Bacia Hidrográfica do Tucunduba em Belém/ PA – 1997/2004**. In GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; FERNANDES, Lenise Limas; MAIA, Rosemere Santos. *Interlocações Urbanas: Cenários, Enredos e atores*. Rio de Janeiro: Editora Arco Íris, 2008; p. 281 – p. 302.

¹⁴ Principalmente quando adicionamos o termo e as várias noções de “Desenvolvimento Sustentável”.

possível sintetizar este quadro da mesma maneira que Lisboa (2009), quando nos diz:

Primeiro veio a operação desmonte, com a demolição de estradas de ferro, a construção da Transamazônica e o avanço do desmatamento [...] depois chegaram os megaprojetos de colonização, como o Programa Pólo Noroeste em Rondônia e Mato Grosso [...] Como a redenção poderia vir sob a forma industrializada, surgiram a Zona Franca de Manaus e alguns pólos metalúrgicos, como os de Carajás e de Barcarena. A exploração madeireira foi incentivada e expandida. [...] daí surgirem as hidrelétricas (LISBOA, 2009).

No período da borracha, a economia da região passou por um momento de estagnação econômica, encerrada em 1912 pelo “*Acordos de Washington*”, que consistiu em acordos realizados entre o governo brasileiro e Washington para a demanda bélica da Segunda Guerra Mundial, estendendo-se até os meados da década de 1950. A região torna-se responsável pelo suprimento de borracha que ajudou a aliança imperialista - comandada pelos Estados Unidos - a derrotar a coalizão comandada pela Alemanha, pois o governo americano ficou impossibilitado de comercializar a borracha asiática, fundamental à indústria bélica (LEAL, 1991, p.31; SANTANA, 2006).

Neste mesmo período, o Governo Vargas (1930-1960) tomou iniciativas que pretendiam integrar a Amazônia econômica e espacialmente, a fim de povoar o território e promover a sua ocupação, envolvendo a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Banco de Crédito da Borracha transformado em Banco de Crédito da Amazônia – o atual Banco da Amazônia. (SÁ; SANTOS; CARDOSO, 2008).

Enquanto que o governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1960, dá continuidade às tais ações com sua política desenvolvimentista, objetivando assegurar a ocupação territorial da região com o restante do país, sendo a sua maior expressão a Rodovia Belém – Brasília (RODRIGUES, 1997; BECKER, 2001).

Para Lisboa (2009), com a criação desta rodovia, a Amazônia entra no projeto de modernização, pois tira a região do isolamento terrestre, abrindo espaço para os conceitos de desenvolvimento da região nos anos 60, em que o principal fomentador deste projeto foi o próprio Estado, a fim de integrar as regiões mais distantes ao processo de desenvolvimento (RODRIGUES, 1997).

Becker (2001) percebe que as ações da Era Vargas se deram mais no plano do discurso em contraposição ao governo de Juscelino Kubitschek, sendo muito mais efetivas, com o objetivo de unificar o mercado nacional, somando-o ao avanço da industrialização, levando à abertura da região, com a construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, incorporando a Amazônia ao Sudeste do país, o centro mais dinâmico.

No entanto, somente em 1966-1985, houve um efetivo planejamento regional para a área nos governos militares (1964 a 1985), através dos PNDs, que tinham como uma de suas metas o desenvolvimento e a integração nacional da Amazônia, ativando a sua economia por meio de grandes projetos de caráter industrial até aos de caráter de infraestrutura (BECKER, 2001; SÁ; SANTOS; CARDOSO, 2008).

Logo, o que se verifica na década de 60 é:

[...] uma ótica do planejamento centrado tanto na valorização da região quanto no desenvolvimento global do Estado nacional. Acrescentou-se portanto à ótica de valorização interna, gerada nos períodos anteriores iniciados com a SPVEA, um novo caráter e uma nova função para a Amazônia, isto é, oferecer recursos para o desenvolvimento da economia brasileira como um todo e, para dar esse impulso ao desenvolvimento, o governo federal assumiu para si o que antes era atribuição apenas do regional. (RODRIGUES, 1997, p. 8)

Estas ações de integração também tinham como objetivo possibilitar a ocupação da região, no qual podemos apontar como estratégias adotadas a modernização das instituições; o Banco de crédito da Borracha transforma-se em Banco da Amazônia em 1966; SPVEA é transformada em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e, nesta mesma década, é criada a Zona Franca de Manaus. (BECKER, 2001)

De acordo com Becker

O Estado tomou a si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e do território nacionais. Nesse projeto, a ocupação da Amazônia assumiu prioridade por várias razões. Foi percebido como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura. Sua ocupação também foi percebida como prioritária, em face da possibilidade de nela se desenvolverem focos revolucionários, neste momento havia duas preocupações: uma de nível continental e outra internacional (BECKER, 2001, p. 137).

No governo dos militares (de 1964 a 1975) há a continuação deste tipo de política integracionista assumidas por JK, sob o viés da doutrina de “Segurança Nacional”, em que por meio destas intervenções de expansão territorial, expandiam o capitalismo interno. Rodrigues (1997, p.7) afirma que neste momento:

[...] plano de integração nacional foi elaborado com base na lógica de incorporação das áreas mais distantes ao centro mais dinâmico do país, o sudeste. A intervenção governamental foi assim direcionada para a região amazônica, com vistas a promover o desenvolvimento regional e inserir a Amazônia na dinâmica das economias nacional e internacional. No bojo desta lógica criaram-se ministérios, instituições, programas e planos que modificaram as estruturas econômico-sociais e físicas da região.

Além disto, a autora ressalta que as questões ambientais ainda não eram vistas como problemas pelos governantes brasileiros, somente a problemática da seca do Nordeste era apontada como tal. Na verdade, é possível constatarmos que as estratégias estavam mais voltadas para as políticas de crescimento econômico, associada às ações de conhecimento das regiões e de suas diversas possibilidades de exploração de recursos naturais e potenciais produtivos.

Para Becker (2001), nas políticas voltadas para a Amazônia, há uma coexistência conflitiva de interesses diversos, entre os quais encontramos as políticas ligadas aos projetos ambientalistas, e do outro lado, as fomentadas pelo governo federal, reforçando o modelo exógeno, que estimula as relações externas e, conseqüentemente, incentiva as ações que buscam pelo desenvolvimento econômico.

A exemplo disso, mencionamos o governo de Ernesto Geisel (1975/1985), no qual foi lançado II PND – 1975/1979 – que trazia as bases de continuidade do processo desenvolvimentista do país - em que neste período o governo brasileiro optou por adaptar a economia brasileira à nova conjuntura econômica internacional, por meio de ajustamentos econômicos, com a finalidade de impulsionar as exportações. Para alcançar esta meta, o plano propôs a atuação específica nas regiões, visando a criação de novos polos de integração com atividades diversificadas. Conseqüentemente, resultando em mudanças no caráter das políticas voltadas para a Amazônia. (RODRIGUES, 1997).

Ao operar-se a estratégia de articulação da economia nacional à internacional, resultando na criação de novos polos, e desconcentração industrial atendendo às características próprias de cada região, na Amazônia, verificamos as

atenções voltadas para o potencial mínero-exportador da região, em que o próprio II PND trazia como prioridade a exploração dos recursos minerais da região amazônica. De acordo com Rodrigues, somente na segunda metade da década de 70, é que se dá a entrada de projetos de mineração na região, sendo na década de 80 a operacionalização de outros.

Na política de integração para a Amazônia Brasileira foram consideradas no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA) as estratégias de desenvolvimento a partir das características próprias da região, isto é, de acordo com o quadro de recursos naturais em que se opera a economia regional, orientando-se para a consecução do objetivo maior do II PND, ou seja, a manutenção de altas taxas de crescimento do PIB, através de ampla contribuição em relação ao setor comércio exterior. (*apud* RODRIGUES, 1997, p.12)

Rodrigues (1997, p. 11) nos aponta mais uma das contradições das políticas ambientais brasileiras - principalmente quando se trata da região amazônica - pois enquanto havia crescentes discussões e decisões acerca desta demanda e avanços científicos referentes à Amazônia, ainda neste período, entre as décadas de 60 e 70¹⁵, não houve a introdução das variáveis ambientais nos estudos e nos projetos de desenvolvimentos fomentados para a região.

Do ponto de vista ambiental, embora nos meados da década de 70 já existisse uma crescente preocupação nacional com a questão ecológica - por influência, sobretudo internacional - isso ainda não se refletia nos planos governamentais como prioridade fundamental. Havia apenas uma pequena menção à questão no II PND e também no II PDA, como justificativa para ampliar o Programa dos Trópicos Úmidos, criado em 1971. Esse programa era necessário para avançar nos estudos das áreas onde se implementariam os novos projetos de colonização, neste caso as pesquisas realizadas concentrava-se em áreas específicas e em aspectos também específicos, o que não era suficiente para a preservação ambiental da Amazônia. (RODRIGUES, 1997, p. 16)

Como foi abordado anteriormente no histórico da política ambiental no Brasil, neste mesmo período que se estende ao início dos anos 80, houve avanços na política ambiental no que tange às conquistas tidas pelos movimentos sociais, ao terem atendidas às suas reivindicações quanto à abertura deste espaço para a participação da sociedade civil, tanto que neste momento foram criados o SISNAMA e o CONAMA. Além do que o cenário internacional voltava as suas atenções aos

¹⁵ Como a criação da SEMA e o IBDF.

desmatamentos e às consequências do efeito estufa, resultando em maiores atenções à floresta amazônica.

A Constituição Federal de 1988, ao trazer em seu capítulo sobre o meio ambiente no artigo 225, em que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, *bem de uso comum do povo* e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras geração”, subjaz a compreensão da Amazônia enquanto “patrimônio nacional”, estando o Estado responsável por este espaço, no sentido de promover ações que visassem a proteção e conservação da floresta amazônica, no entanto, verificamos que

Neste espaço de tempo a poluição, desmatamento e desflorestamento continuaram a expandir-se na Amazônia. Assim a proteção ambiental da região amazônica ainda era uma meta a ser alcançada, e a participação dos governos amazônicos, estaduais e municipais de uma gestão ambiental integrada, era um sonho distante. Os governos estaduais na Amazônia ainda não haviam sequer criado seus órgãos estaduais de meio ambiente. (RODRIGUES, 1997, p. 17).

Voltando às categorias pensadas por Becker, observa-se que, anteriormente, as ações de caráter exógeno eram as mais frequentes, enquanto que atualmente observamos também a presença de estratégias endógenas, que tem como proposta ações que visem à conservação e a proteção ambiental, emergindo, assim, novos atores: os agentes locais¹⁶.

Sendo de extrema importância notar em tais ações as influências do projeto de “sustentabilidade”, em que populações locais, a partir de incentivos dos governos tanto locais quanto federal ou mesmo intervenções internacionais, agem por meio de ONGs e, contraditoriamente, grandes empresas - comumente responsáveis pela exploração social e ambiental das regiões em que se instalam. Estes, num discurso de inclusão da população marginalizada ao processo produtivo, criam grupo, como: catadores de babaçu, catadores de açaí, artesões, pescadores e outros¹⁷.

¹⁶ Nestas ações que visam a participação dos atores locais percebemos grande influência das estratégias do “Desenvolvimento Local” quando também propõem que ribeirinhos, por exemplo, se organizem em consórcios formando “Economias Solidárias”.

¹⁷ Como exemplo de tais ações, citamos o Fundo Amazônia, que teve a criação autorizada em 1º de agosto de 2008, sob a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), que visa promover projetos de prevenção e combate ao desmatamento, bem como promover a conservação e o uso sustentável das florestas no bioma amazônico. No final do ano passado, durante a 16ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP16) o BNDS e o banco alemão de desenvolvimento KfW assinaram um contrato de doação no valor de 18 milhões de euros. Para mais informações acessem: http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/

Como bem nos aponta Gonçalves (2005, p. 14):

O que há de novo na construção da imagética do que seja a Amazônia é que, hoje, ela não se restringe aos gabinetes diplomáticos ou aos escritórios das grandes empresas que cobiçam explorar a região. Nela participam hoje, além dos protagonistas de sempre, as lideranças das populações tradicionais da região, como os índios e os seringueiros, lideranças de produtores familiares, lideranças sindicais de trabalhadores, além de outros seguimentos das sociedades do Primeiro Mundo, antes também alheios, entre esses destacando-se os ecologistas e lideranças sindicais da Alemanha, Itália, Espanha, Dinamarca e outros países que procuram apoiar as lutas travadas por essas populações amazônicas. De fato, novos agentes participam desse novo debate sobre os destinos da região

Contudo, esta realidade permite voltarmos ao questionamento: se somente o governo federal brasileiro vem (ou foi) sendo “voraz” com a região, no sentido de realizar projetos e programas que desconsideram não só o espaço natural, mas também os seus sujeitos, fundamentais na composição deste espaço, atribuindo-lhe particularidade?

Mais uma vez, voltamos às reflexões e críticas realizadas por Aluizio Leal (1991, p.41), que é claro ao nos dizer que os países hegemônicos, ao questionarem o modo como o Brasil gere os recursos naturais da Amazônia, argumentando ser ineficiente e explorador, respaldando-se em um discurso de “proteção ambiental”, tem por finalidade justificar as atuais e futuras ações de controle econômico e político da região por eles.

Valendo-se das conseqüências que surgiram do estilo de exploração que elas próprias impuseram à Amazônia através das ações da ditadura militar, as nações imperialistas começaram a usar como argumento a tese da agressão ambiental para alegar a incompetência do Brasil como nação para gerir a Amazônia como espaço econômico [...] os países imperialistas, em conjunto, começam a fazer um cerco sutil à Amazônia, alegando, em relação a ela, uma noção ideológica de **patrimônio universal** [...] (LEAL, 1991, p.41).

Além do que, atualmente, observamos intensas mudanças em todos os países que compõem a região amazônica¹⁸, nas quais as antigas localidades experimentam uma recomposição do seu papel enquanto região de fronteira. Situação resultante do confronto social de modelos globalizados, representado na

¹⁸ A soberania da Amazônia é fracionada com outros países, tais como Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, e não podemos nos esquecer do “enclave colonizado”: Guiana Francesa¹⁸ (PIRO, 2009). Conseqüentemente, esta área é uma grande bacia hidrográfica com dimensões continentais e com a maior reserva florestal e de biodiversidade do mundo (SILVA, 2007, p. 144).

alteração da estrutura da propriedade, dos modos de uso do solo, do papel das importantes estruturas da propriedade e da economia desta região. Prescindindo do entendimento de que o local está fortemente articulado economicamente ao global, no entanto, em processos diferenciados. (CASTRO, 2008).

Deste modo, realizar discussões em torno da Amazônia, consiste em percebê-la dentro do debate global e das mudanças ocorridas no cenário econômico, que dão novos contornos à contradição capital e trabalho; percebendo os processos do global no local, e, visualizando os novos contornos das velhas estratégias de acumulação do capital que, aparentemente, adequa-se às particularidades e especificidade de realidades diferentes e distantes dos grandes centros e monopólios do capitalismo.

É fundamental compreender que a Amazônia não apresenta diversidade somente na sua fauna, flora e minerais, mas também nos seus aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, que influenciam no modo de viver de sua população, formando uma diversidade sociocultural e um complexo universo de relações sociais (PASQUIS, 2003; SILVA, 2007). O que para Silva, faz da Amazônia

[...] um território de fronteira com diversas formas de ocupação produtiva, atravessado por múltiplos conflitos sociais e institucionais, e que dispõe de uma enorme capacidade de mobilização produtiva dos seus recursos.(SILVA, 2007, p.114)

Os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, influenciam no modo de viver de sua população que será atingida por decisões políticas e econômicas de repercussões não só regionais, mas também internacionais e globais, acarretando a esta região uma complexidade dos conflitos internos que se estendem a interesses geopolíticos nacionais e internacionais, onde verificamos neste contexto histórico uma trama de atores e interesses em conflito.

Então, o que seria hoje a Amazônia? De Paula (2008) explica que a Amazônia surge como (aparente) inesgotável reservatório de recursos naturais e de geração de superlucros e espaço, recorrentemente, mobilizado como plataforma da acumulação primitiva de capital, estando no cerne do debate global, por ser tratar de uma área concentradora de biodiversidades em tempos de constantes discussões sobre desenvolvimento e impactos sobre o meio ambiente.

Contudo, ressaltamos que reconhecemos a importância de tais iniciativas, porém, quando estas são pensadas e executadas a partir de ações que tenham por base aspirações da própria comunidade, e não as percebendo como “tábua de salvação” pela gestão local de uma situação já dramática, tendo como principais agentes os sujeitos empresariais. Logo, buscamos pensar em políticas públicas que levem a um desenvolvimento local que tenha por base iniciativas da própria população, ou seja, pensadas e construídas a partir das necessidades da comunidade.

É importante ressaltar que, neste debate, opera-se outro tipo de discurso único: a compreensão de que a Amazônia é um espaço desabitado, livre de urbanização, sem uma “real” malha urbana, conseqüentemente sem cidades. Para Castro (2008, p. 09-10), isto se deve à restrição da percepção do urbano às cidades idealizadas pelos padrões da sociedade moderna, que o olhar homogeneizador definem a cidade como aquela que está em relação direta com o capital e com a sociedade industrial, e conclui que

Talvez justamente por falta de um olhar capaz de captar a diversidade dos tipos de agregados, alguns autores concluíam, erroneamente, que a Amazônia, excetuando as grandes e talvez as médias cidades, não há uma real malha urbana que interligue cidades em escalas diferentes e, conseqüentemente, segundo essa percepção, as demandas por direitos e serviços urbanos que se originam em aglomerados de escalas menores não são contempladas nas agendas de políticas públicas e mesmo de organização que realizam mediação e intervenção” (CASTRO, 2008, p.9).

Todavia, na verdade, há um perceptível crescimento urbano. De acordo com Becker (1997 *apud* BECKER, 2001, p. 139-140), as

[...] cidades, tiveram um papel logístico essencial no processo de ocupação. A Amazônia tornou-se uma floresta urbanizada, com 61% da população em 1996 vivendo em núcleos urbanos, apresentando ritmo de crescimento superior ao das demais regiões do país a partir de 1970, e uma desconcentração urbana, na medida em que cresceu a população não mais apenas nas capitais estaduais, mas nas cidades de menos de 100.000 habitantes. É verdade que as cidades se tornaram um dos maiores problemas ambientais da Amazônia, dadas a velocidade da imigração e a carência de serviços. Mas são também importante mercado regional [...]

A Amazônia tem se tornado cada vez mais urbana, haja vista que 70% de sua população vivem nas cidades, e como a própria Amazônia é espaço de conflitos que possui especificidades, as suas cidades não o deixariam de ser, em que se coloca como desafio a não repetição dos esquemas teóricos que realizavam

análises segmentadas, não compreendendo a sua dinâmica territorial que também é composta por estruturas rurais. (CASTRO, 2008, p. 9).

É importante perceber que este contexto de fortes intervenções, no sentido de desenvolver e povoar a região, com modernização induzida e incompleta, acarretou consequências às nossas cidades, no sentido da sua subjugação às áreas centrais do país e do mundo - em que este espaço aparentemente mostra não ter relação direta com as grandes metrópoles mundiais – e o intenso crescimento populacional e urbano.

Entender estas dinâmicas do território urbano da Amazônia, também é um dos desafios para as políticas públicas locais, pois devemos saber articular “a participação e o envolvimento das vivências e das trocas de experiências presentes na orla fluvial da cidade, a partir de suas sociabilidades espacialmente configuradas” (TRINDADE JR; SILVA; MALHEIRO, 2005, p.10), e ao mesmo tempo percebendo a totalidade da realidade social, econômica e a política global.

Pois, enquanto que as discussões sobre crescimento populacional, poluição e expansão desordenada das cidades estavam sendo feitas a partir de preocupações com o sudeste, que concentravam a maioria das grandes indústrias, na Amazônia, isto estava sendo induzido, numa tentativa do próprio governo de “*aliviar*” as tensões em outras regiões.

Sousa (2009) avalia que as políticas ambientais brasileiras se desenvolveram de forma tardia em comparação às outras políticas setoriais do país, sendo que, em sua maioria, tinham como objetivo responder às exigências dos movimentos ambientalistas internacionais e que estes mesmos agentes internacionais tinham as suas atenções voltadas para as áreas ricas em recursos naturais. Então, perceberemos que as discussões sobre as cidades foram deixadas para o segundo plano, haja vista que as ações e debates tinham o cunho de conservação e não resolução do quadro que estava posto. Este quadro foi agravado para as cidades amazônicas, que tinham que entrar nesta lógica de urbanização e industrialização tão aviltadas nos debates ambientalistas.

Exemplo disso, apresentamos o Projeto Portal da Amazônia, que está em fase de construção, sendo a figura 1 a ilustração da idealização final do projeto.

Figura 1 - Projeto Portal da Amazônia – Belém/PA



Fonte: http://www.belem.pa.gov.br/new/index.php?option=com_content&view=article&id=414&Itemid=293

2 POR UMA ANÁLISE MARXISTA SOBRE O PROCESSO DE EXPLORAÇÃO DO HOMEM E DA NATUREZA NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS

Chesnais e Serfati (2003) argumentam que, atualmente, as palavras “*ecologia*”, “*meio ambiente*” ou as expressões “*questões ecológicas*” e “*questões ambientais*” demonstram a neutralidade diante da situação de maior agravamento das consequências ambientais da acumulação na dominação mundial do capital financeiro, no qual os países de economia avançada tomam uma postura de inércia diante da situação - a fim de não comprometerem o seu “modelo de desenvolvimento” - enquanto que nos países “atrasados” continua sendo perpetuado este mesmo modo de desenvolvimento calcado nas mercadorias e nas formas de vida social dos grandes grupos industriais e financeiros.

Para esses autores, esta realidade necessita ser questionada, em que tais expressões e palavras precisam ser substituídas por outras mais adequadas, contudo, sinalizam que “Isso só poderá ser feito no quadro de uma crítica renovada do capitalismo que *vincularia* de forma indissociável, a *exploração dos dominados* pelos possuidores de riqueza e a *destruição da natureza e da biosfera*” (Idem, p. 40), pois a realidade que está posta não é nova, e os seus mecanismos sempre estiveram presentes desde as origens do capitalismo. Fazendo-se de suma importância retornar às origens e fundamentos sociais desse modo de produção que produz e reproduz relações específicas e próprias à sua lógica¹⁹.

Para realizarmos um debate que se dê dentro destes marcos, é imprescindível nos apropriarmos teoricamente de discussões que nos mostre a estreita relação entre homem e a natureza - que não seja nem naturalista e muito menos antropocêntrica - pois ambos se complementam e se pertencem, demonstrando assim que a problemática ambiental é de caráter social, para tanto resgatando a estreita relação homem e natureza.

A relação entre o homem e a natureza é que possibilitará a sobrevivência e reprodução social do primeiro, que irá moldar a segunda de acordo com as suas necessidades concretas e subjetivas, então debruçar-nos sob o debate realizado por

¹⁹ Neste estudo não nos centramos na busca por novas expressões ou palavras sobre esta realidade, tal como propõem Chesnais e Serfati para os que são movidos a pensar e renovar as reflexões teóricas acerca do modo de produção Capitalista, porém, ainda assim achamos necessário demarcar a compreensão de que esta realidade não é nova, constituindo-se em mais uma das várias expressões da “questão social”, pois é resultado de processos antigos, devendo ser concebida como consequência da contradição capital e trabalho.

Karl Marx sobre o trabalho - enquanto categoria ontológica, que nos mostra a relação íntima entre o homem e a natureza - nos permite perceber que na sociedade capitalista esta relação foi modificada. Bem como, foi reduzida a dimensão ontológica do trabalho, no qual a natureza enquanto bem de uso comum a todos é privatizada e o homem é reduzido à mera força de trabalho, portanto ambos tornam-se mercadorias.

Destacamos que não nos referimos à categoria trabalho como simples “pano de fundo” desta relação, mas como atividade fundamental mediadora das relações estabelecidas entre a natureza e o homem que foram modificadas com a ultrapassagem para a sociedade capitalista - que não foi algo imediato e possível de ser demarcado. Ressaltando que o trabalho assalariado “[...] é apenas uma forma histórica especial do sistema de trabalho não pago que existe desde que existe a separação de classes; uma forma histórica especial que deve ser pesquisada como tal, se quisermos compreender o que é o que significa” (BENJAMIN, 2003, p.19).

Marx (2010), em *“Manuscritos Econômicos e Filosóficos”*, realiza uma crítica à Economia Política Clássica, pois, segundo o mesmo, esta restringia a compreensão de trabalho ao modo de produção burguês, percebendo-o como simples atividade destinada ao lucro; reconhecendo, somente, que o trabalho humano é a fonte de toda riqueza, partindo da propriedade privada como fato, no entanto, não a explica²⁰.

Então, nesta obra de Marx, não encontramos uma abordagem economicista sobre o trabalho, mas sim afirmações de caráter ontológico, que nos possibilita compreender a relação homem/natureza, em que o homem para atender as suas necessidades precisa desenvolver uma atividade que é o trabalho, que irá mediar esta relação, implicando numa *interação no marco da própria sociedade* (NETTO &

²⁰ Segundo Marx (2010; p. 79), “A economia nacional [Economia Política] parte do fato dado e acabado da propriedade privada. Não nos explica o mesmo. Ela percebe o processo *material* da propriedade privada, que passa, na realidade (*Wirklichkeit*), por fórmulas gerais, abstratas, que passam a valer como *leis* para ela. Não *concebe* (*begreift*) estas leis, isto é, não mostra como têm origem na essência da propriedade privada. A economia nacional não nos dá esclarecimento algum a respeito do fundamento (*Grund*) da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra. Quando ela, por exemplo, determina a relação do salário com o lucro de capital, o que lhe vale como razão última é o interesse do capitalista; ou seja, ela supõe o que deve desenvolver. Do mesmo modo, a concorrência entre toda parte. É explicada a partir de circunstâncias exteriores. Até que ponto estas circunstâncias exteriores, aparentemente casuais, são apenas a expressão de um desenvolvimento necessário, sobre isto a economia nacional nada nos ensina [...] a troca parece a ela um fato meramente accidental. As únicas rodas que o economista nacional põe em movimento são a *ganância* e a *guerra entre os gananciosos, a concorrência*”.

BRÁZ, 2008, p. 34), ou seja, não é um simples transformar da natureza, mas também é um processo de constituição do ser social, mas o que seria este ser social?

De acordo com Lukács (1979, p.17), “o ser social - em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares – pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica”. Consequentemente, não podemos pensar o ser social como independente ou separado da natureza, sobre isto, Marx (2010, p.84) nos diz que

A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa (sic): a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.

Portanto, para compreendermos a dimensão ontológica do homem, é imprescindível o entendimento da sua relação com a natureza – relação mediada pelo trabalho. Sendo importante ressaltar que o ser social não é mais importante que o ser natural, em que para a existência do primeiro, as necessidades do segundo devem ser satisfeitas, tais como a fome, por exemplo. Assim, para existir o ser social, antes deve ser satisfeito as necessidades do ser natural.

Em *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, a produção passa a ganhar uma essencial dimensão em Karl Marx, pois esta é determinada não só pelo mero conteúdo econômico, mas pelo seu aspecto filosófico, haja vista que para Marx a produção diz respeito à autoprodução do homem. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p.126).

Porque o homem produz? A produção diz respeito às necessidades humanas, em que o homem para satisfazê-las - diferente do animal que também produz para satisfazer suas necessidades - estabelece outro tipo relação, que é mediata, ultrapassando o caráter físico e imediato da satisfação e de atendimento ao seu aspecto instintivo, em que este além de ter necessidades que são inerentes ao seu caráter animal também cria ou inventa novas necessidades (Idem, p.127).

Pois, como bem nos aponta Sánchez Vázquez (2007, p. 126), pautando-se em Marx:

Produzir é, por um lado, objetivar-se no mundo dos objetos produzidos por seu trabalho; produzir é, do mesmo modo, integrar a natureza no mundo do homem, fazer com que a natureza perca seu estado de pura natureza *em si*, para converter-se em natureza humanizada, ou natureza para o homem. Como a natureza *per se* não tem um caráter antropológico, o homem tem de ajustá-la a seu mundo humano, mediante a transformação a que se submete com seu trabalho.

Quanto à importância dada a este aspecto da produção em Marx, Sánchez Vázquez (Idem) afirma:

O papel da produção, que nos *Manuscritos* começa a esborçar-se sob o conceito econômico-filosófico de trabalho alienado, se revelará já claramente como premissa fundamental de toda a história humana e, desse modo, os *Manuscritos* constituem uma contribuição decisiva à formação do pensamento de Marx. Essa contribuição só pode ser observada se o processo formativo desse pensamento é visto como um processo no qual a descontinuidade entre o Marx dos *Manuscritos* e o Marx posterior não é concebida como uma descontinuidade radical, absoluta, e sim como uma descontinuidade que implica necessariamente certa continuidade ou unidade.

O homem (que também é natureza) não pode viver sem a natureza, pois esta fornece as condições para reprodução material e social dos membros da sociedade, o que significa dizer que “*Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza*” (NETTO & BRÁZ, 2008, p. 35), em que a existência daquela depende desta, e não o contrário. O homem não pode dispensar a natureza no seu processo de produção e criação, que é o seu mundo exterior sensorial, material no qual se concretiza o trabalho humano na produção de coisas, portanto a natureza proporciona os meios de existência do trabalho, quanto a isto, Marx (2010, p.81) conclui:

[...] a natureza oferece os *meios de vida*, no sentido de que o trabalhador não pode *viver* sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os *meios de vida* no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do *trabalhador* mesmo [...] Quanto mais, portanto, o trabalhador *se apropria* do mundo externo, da natureza sensível, por meio de seu trabalho, tanto mais ele se priva dos *meios de vida* segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser objeto pertencente ao seu trabalho, um *meio de vida* do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser *meio de vida* no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador.

O homem ao se apropriar da natureza, transformando-a por meio do seu trabalho (produção), esta passa a ser objeto da ação humana, ao mesmo tempo em que o homem é natureza, ele se supera enquanto ser natural, indo além da sua

própria natureza e da natureza exterior, consistindo nisto a sua autoprodução (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 128).

Eric Hobsbawn, pautando-se em Marx, esclarece que a interação entre o homem e a natureza representa a evolução social, pois o homem ao se apropriar e dominar a mesma é conduzido ao progresso²¹, ganhando relativa emancipação, afetando não só as forças produtivas, mas também as relações de produção²².

No processo de transformar a natureza por meio do trabalho, o homem se exterioriza e se objetiva, em que a natureza na relação com homem será objeto ou matéria de sua atividade, portanto, imprescindível para existência deste, pois o homem é por essência um ser que necessita produzir um mundo humano, e neste ponto que se revela a dimensão filosófica da produção (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 129).

Deste modo, o homem genérico, enquanto parte de um gênero (espécie humana), é pertencente à natureza. Esta relação significa o intercâmbio orgânico²³ do homem com a natureza, em que este apresenta o seu diferencial diante dos outros animais - que também buscam a sua sobrevivência na natureza - , porque neste processo de transformar a matéria (natureza) ele se objetiva, rompendo com a simples satisfação orgânica²⁴.

Sánchez Vázquez (2007, p.120) considera que na obra anteriormente mencionada, Marx apresenta o proletariado como um ser que sofre e que deve libertar-se das condições de vida que lhe são impostas pelo modo de produção, no qual não nos é mostrada as formas de superação e de libertação desta condição; algo que é diferente em "*O Capital*", havendo a percepção de um conceito científico deste mesmo proletariado, que aparece como membro de uma classe social

²¹ "Para Marx, o progresso é algo objetivamente definível, que indica, ao mesmo tempo, o que é desejável. A força da crença marxista no triunfo do livre desenvolvimento de todos os homens não depende do vigor das esperanças de Marx neste sentido, mas da pretendida justeza da análise, segundo a qual é neste rumo que o desenvolvimento histórico, finalmente conduzirá a humanidade" (HOBSBAWN, 1986).

²² Ver na introdução do livro: MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo. 5ª Edição. Paz e Terra, 1986.

²³ ALVES, Giovanni. Verbete Trabalho, **Dicionário Crítico do Trabalho**, In RET - Rede de Estudos do Trabalho. Disponível em www.estudosdotrabalho.org Acesso em: 05/05/2009.

²⁴ O diferencial do homem diante dos outros animais apresenta-se também na sua capacidade ontológica, que é a intencionalidade construída no plano do pensamento, em que o ser social já imagina o produto, idealiza-o na sua consciência, nos mostrando, portanto, que a matéria antecede o pensamento.

desprovido dos meios de produção, forçado a vender a sua força de trabalho como mercadoria, produzindo assim a mais-valia²⁵.

O homem é um ser social, pois na realização do trabalho desenvolve tanto a cooperação quanto a divisão social do trabalho, especializando as funções. Ao ter a sua relação com a natureza mediada pelo trabalho, o homem precisa dos elementos materiais, que são o objeto de trabalho e os instrumentos de trabalho; em que o primeiro diz respeito aos elementos sobre os quais o homem trabalha como a terra e as matérias-primas. O segundo refere-se às ferramentas, máquinas e transportes, ou seja, são os meios utilizados pelos homens para exercerem as suas ações. (FIALHO, 1997).

O objeto e os instrumentos de trabalho são os **meios de produção** que somados à **força de trabalho** formam as **forças produtivas**, que estão de acordo com o desenvolvimento tecnológico e científico de cada época e período histórico (Idem). Inicialmente, a produção e a troca eram destinadas somente para a manutenção da comunidade, ou seja, tinham como finalidade o uso. As produções de excedentes que ultrapassavam as necessidades de sobrevivência do indivíduo e da sua comunidade, possibilitaram a geração de mais excedentes, tornando possível a troca (MARX, 1986, p.16) ²⁶.

A produção e a circulação de mercadorias, bem como o comércio, iniciados de maneira simples, com o tempo se complexificam, possibilitando a formação das condições históricas prévias para o nascimento do capital (BENJAMIN, 2003, p. 20). Portanto, no intercâmbio sociedade e natureza, temos como resultado a produção dos bens que são valores de uso, no qual a própria sociedade é dependente, estes valores de uso são as mercadorias²⁷, que são fundamentais no sistema capitalista, sendo que o seu acúmulo corresponde à riqueza (NETTO & BRAZ, 2008).

²⁵ De acordo com este mesmo autor, o que levaria a Karl Marx a perceber o operário desta maneira, como um ser oprimido, sofredor e sem liberdade, no entanto, como um potente revolucionário ao invés de produtor, é a condição específica pelo qual passava a Alemanha, que estava atrasada em relação aos outros países da Europa e com um baixo desenvolvimento da produção. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 121).

²⁶ MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo, 5ª ed. Paz e Terra, 1986.

²⁷ No entanto, ressaltamos que nem todo produto que tenha valor de uso, produzido no trabalho, é mercadoria. Pois, como bem nos explica Netto e Braz (2008; p. 79 - 80, grifo dos autores), “Em primeiro lugar, porque só constituem mercadorias aqueles valores de uso que podem ser *reproduzidos*, isto é: produzidos mais de uma vez, repetidamente [...] Em segundo lugar, porque *a mercadoria é um valor que se produz para a troca, para a venda*; os valores de uso produzidos para o autoconsumo do produtor (o móvel que um marceneiro fabrica para uso em sua própria casa) não são mercadorias – somente valores de uso que satisfaçam necessidades sociais (humanas) de outrem e, portanto, sejam requisitados por outrem, constituem mercadoria; esta, pois, dispõe de uma dimensão

De acordo com Netto e Braz (Idem, p. 80, grifo dos autores)

Para que haja produção de mercadorias, duas condições são absolutamente necessárias. A primeiramente diz respeito à existência, mesmo que incipiente, de divisão do trabalho: para que se produzam diferentes mercadorias [...] é preciso que o trabalho esteja de algum modo repartido entre diferentes homens (ou diferentes grupos de homens). Mas essa condição, necessária, não é suficiente para a produção de mercadorias: ela deve se articular à propriedade privada dos meios de produção – só pode comprar ou vender uma mercadoria aquele que seja o seu dono e para tanto, é necessário que os meios com os quais a produziu pertençam a ele. Quando a propriedade dos meios de produção é coletiva, mesmo que se registre alguma divisão do trabalho, a compra e a venda não são possíveis, uma vez que o produto do trabalho pertence à coletividade em seu conjunto. Isso significa que **a produção de mercadorias tem como condições indispensáveis a divisão social do trabalho e propriedade privada dos meios de produção** – sem ambas, produzem-se bens, valores de uso, mas não há produção mercantil (produção de mercadorias).

No entanto, devemos perceber estes processos como parte e resultado de um processo maior: a longa trajetória histórica da humanidade. A separação do trabalhador dos meios de produção deu início à Acumulação Primitiva, considerada a pré-história do modo de produção capitalista, que consiste na existência de grande capital e força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadoria. (FIALHO, 1997). Mas como isso ocorreu?

Quanto a este processo de acumulação de capital, Karl Marx (2005, p.827) exemplifica:

[...] dinheiro se transforma em capital, como se produz mais-valia com capital, e mais capital com mais-valia. Mas a acumulação do capital pressupõe mais-valia, a mais-valia, a produção capitalista, e esta, a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadoria. Todo esse movimento tem, assim, a aparência de um círculo vicioso, do qual só podemos escapar admitindo uma acumulação primitiva, anterior à acumulação capitalista (*previous accumulation*, segundo Adam Smith), uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é o seu ponto de partida.

Se no processo de circulação de mercadoria ocorre a troca de valores iguais, então como extrair excedentes? Na sociedade vigente isto é possível a partir de outro tipo de mercadoria: a força de trabalho humana, que tem seu valor dado pelo tempo de trabalho na produção de bens. O valor desta mercadoria, a força de

que sempre vem vinculada ao seu valor de uso: a sua faculdade de ser trocada, vendida (o seu valor de troca). Assim, portanto, **a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca**".

trabalho, tem o seu preço que será expresso na forma de salário, no entanto, este valor pago é inferior ao que o comprador pode extrair do trabalhador, então, deste trabalho adicional que não é pago, há a extração da mais-valia que irá incrementar o capital (BENJAMIN, 2008; NETTO & BRAZ, 2008).

Portanto, o modo de produção capitalista consiste na existência de

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias [que] têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como os escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. Estabelecidos esses dois pólos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista. O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho (MARX, 2005, p.828).

As relações como se encontram hoje, teve seu início no momento em que o homem deixou a sua condição de servo e escravo para se tornar trabalhador “livre”, que no modo de produção capitalista, é a sua transformação em trabalhador assalariado. De acordo com Marx (2005, p.829-830), “O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso consistiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista [...]”, em que o produtor rural ao ser expropriado e privado de suas terras, constitui a base deste processo.

Para que isto se desse

O produtor direto, o trabalhador, só pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser escravo ou servo de outra pessoa. Para vender livremente sua força de trabalho, levando sua mercadoria a qualquer mercado, tinha ainda de livrar-se do domínio das corporações, dos regulamentos a que elas subordinavam os aprendizes e oficiais e das prescrições com que entravavam o trabalho. Desse modo, um dos aspectos desse movimento histórico que transformou os produtores em assalariados é a libertação da servidão e da coerção corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos historiadores burgueses. Mas os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência. E a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade. (MARX, 2005, p. 829, grifo meu).

Reportando-se a Marx, Hobsbawn (1986, p.17) esclarece:

Esta separação se completa finalmente, sob o capitalismo, quando o trabalhador é reduzido à simples força-de-trabalho e, podemos acrescentar, inversamente a propriedade se reduz ao controle dos meios de produção, inteiramente divorciado do trabalho.

Como resultado da especialização do trabalho, as relações estabelecidas entre os homens (em especial a troca) sofisticam-se, e com a invenção do dinheiro, a produção de mercadoria e a troca tornam possível a acumulação do capital, rompendo assim a relação trabalho e propriedade, separando meios de trabalho e objeto de trabalho (FIALHO, 1997). Portanto, não percebendo limites nas suas possibilidades de lucro, procurando várias vias que possibilitassem a acumulação.

E qual seria o resultado deste tipo de relação para a natureza? Vivemos numa sociedade que acredita no triunfo e na produção sem fim das mercadorias, que gerariam mais lucros para os capitalistas que poderiam contratar mais trabalhadores - que possuem como única moeda de troca a sua força de trabalho - fechando o ciclo com a possibilidade de compra de mais mercadorias (IASI, 2008). No entanto, sabemos o quanto é falaciosa esta concepção da economia burguesa. Quanto a isto Marx (2004, p. 124) nos apresenta:

[...] O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A *desvalorização* do mundo humano aumenta na razão direta do *aumento de valor* do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens.

A concepção de lucro ao se centrar na produção infinita de mercadorias (no qual também irá identificar o próprio homem como tal) terá como consequência a exploração indiscriminada do objeto/alvo do qual o seu trabalho incidirá: a natureza, que oferece não só os objetos de trabalho, mas também os instrumentos de trabalho (os meios de produção) ²⁸.

De acordo com Bernardes e Ferreira (2008), até o século XIX, as relações entre a sociedade e a natureza, por estarem vinculadas aos processos de produção capitalista, consideraram como polos excludentes o homem e a natureza, sendo esta

²⁸ No entanto, é possível verificarmos que atualmente, tem havido um reconhecimento sobre a crise ambiental, não só pelos movimentos ecológicos ou ambientalistas (que em alguns casos se apresentam como contrários a lógica predadora da acumulação capitalista), mas também pelos próprios capitalistas, como prova disto, vemos o próprio conceito de *sustentabilidade*, que é mais uma estratégia e não uma alternativa de desenvolvimento desatrelado do modo de produção vigente (FERNANDES, 2006).

última percebida como objeto de ilimitada fonte de recursos, em que a partir desta concepção, por meio da industrialização, foram desenvolvidas práticas de intensa exploração dos recursos naturais.

Sobre o sistema capitalista, Fialho acrescenta:

[...] sistema capitalista [...] se assenta na lógica da expropriação do homem de seus meios de produção, transformando em capital os meios sociais de subsistência e de produção e convertendo em assalariado os produtores diretos. A sociedade capitalista se assenta, assim, não somente na exploração do homem pelo homem, mas na prévia expropriação do homem de seus meios de produção, condição daquela exploração. (FIALHO, 1997).

Ao estarmos inseridos em uma sociedade que segue uma lógica que é economicista, tratando o trabalho não no seu sentido geral, mas um tipo de trabalho centrado no modo de produção burguês, compreendendo-o apenas como atividade dirigida, não livre, como o trabalho assalariado, ligado ao lucro, em que “[...] o trabalhador é reduzido à simples força - de - trabalho e [...] inversamente a propriedade se reduz ao controle dos meios de produção, inteiramente divorciado do trabalho” (Idem).

Neste processo de separação do homem dos seus meios de produção, aquele é reduzido à mera força de trabalho, em que a atividade trabalho representa meio de sobrevivência material e de satisfação de necessidades do ser orgânico, reduzindo o caráter ontológico e de realização do ser social. Consequentemente, com a exploração do homem se dá também a exploração da natureza que passa a ter não só valor de uso, mas também de troca, portanto, também mudando a relação entre o homem e a natureza.

A crise ambiental instaurada pressupõe a evidente contradição e antagonismos de classe que está posta em todos os níveis, seja local/global, norte/sul e periferia/centro, pois as suas consequências são de alcances diferenciados, em que os seus ônus e bônus atingirão de maneira específicas determinadas classes, pois enquanto os países pobres vão sendo atingidos pelas problemáticas ambientais, os países ricos criam formas de “sobrevivência”. Realidade que nos indica que, a médio prazo, a crise ambiental não compromete o modo de produção capitalista, pois

Na esfera do ambiente natural, o capital representa uma barreira, ou, mais exatamente, uma ameaça premente *para a humanidade* – e, no imediato, para certas parcelas específicas dessa -, *mas não para o capital em si*. No plano econômico, o capital transforma as poluições industriais, bem como a rarefação e/ou a degradação de recursos, como a água e até o ar, em ‘mercados’, isto é, em novos campos de acumulação [...] No plano político, o capital é plenamente capaz de transferir o peso das degradações para países e classes mais fracas. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 42).

Em que podemos concluir que, assim como o processo do trabalho é ampliado, os seus frutos são tomados por poucos, o processo de exploração da natureza é também generalizada, porém as consequências negativas atingem mais profundamente aos que não têm como consumir às “alternativas” de sobrevivência buscada pelo grande capital diante da situação de esgotamentos de recursos naturais e das catástrofes ecológicas.

A chamada “questão ambiental”, na maneira que foi e vem sendo tratada, deixa lacunas sobre o modo como a nossa sociedade se reproduz econômica e politicamente, não contemplando questionamentos que dizem respeito à sua viabilidade (ou não viabilidade), e se pretende efetivar políticas que se preocupem realmente com os limites dos recursos naturais e de suas consequências sociais, ou se somente correspondem a interesses de expansão e acumulação do capital.

2.1 A RETÓRICA DA SUSTENTABILIDADE E DAS CIDADES SUSTENTÁVEIS – CONFORMAÇÃO DOS INTERESSES DO MERCADO COM A NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E URBANA.

Atualmente, o modo de produção capitalista se estrutura sobre a Globalização e o Neoliberalismo, sendo fato que nenhum sistema se sustenta sem um corpo de ideologias que o estruture e justifique a sua visibilidade política e social. Este grande capital, a fim de respaldar esta globalização, resgata o estatuto ideológico do século XVIII, o liberalismo, adaptando-o às novas condições da economia do mundo globalizado. (COSTA, 2008, p.12).

Costa (2008) nos diz que para os “*apologistas da globalização*”, a Globalização Neoliberal tem como fundamento básico

O mercado [como] uma espécie de entidade mítica, um demiurgo capaz de regular desde as trocas de mercadorias nas mais distantes aldeias até o comércio internacional, passando pela oferta e procura de trabalho, oferta e procura de saúde, de previdência social, educação, lazer e entre outros (COSTA, 2008, p. 12).

A globalização não é simples resultado do avanço tecnológico ou dos mercados competitivos, mas sim um fenômeno econômico, político e também ideológico, em que a estrutura internacional do poder influi decisivamente para o desmonte do *welfare state*, em que seu epicentro concentra-se em grandes corporações, nas quais algumas se encontram distribuídas nos países ricos (FIORI *apud* MARICATO, 2002, p.129).

De acordo com Maricato (Idem), nas décadas de 1980 e 1990, a vitória da chamada ideologia neoliberal é incontestável, haja vista que se argumenta que a liberdade das forças de mercado se dá pela via da desregulamentação, garantindo assim o equilíbrio, que, aparentemente, no ideário neoliberal representaria “[...] o fim do intervencionismo, da burocratização, da ineficácia, do autoritarismo, das certezas e das receitas”.

Seguindo esta mesma lógica de regulação dos mercados, os recursos naturais passam a ser tratados sobre o mesmo viés economicista e mercadológico, resultando no apelo individualizado - via mercado - a esta chamada “questão ambiental”. Contudo, Moraes e Turolla (2004, p.8) afirmam:

Os problemas de meio ambiente estão largamente associados a falhas do sistema de mercado. A maioria dos economistas tende a enxergar os problemas ambientais como meros defeitos na alocação de recursos, que poderiam ser corrigidos através de taxações específicas. Argumentam que as externalidades negativas devem ser incorporadas ao sistema de preços, restabelecendo a coincidência entre o ótimo individual e o ótimo coletivo [...] Na realidade, entretanto, a incorporação das externalidades negativas ao sistema de preços não é um processo trivial e não raro está associado a um papel ativo do Estado na execução de um papel de alocador de recursos que, se deixado à mercê das forças do mercado livre, produz depleção de recursos naturais ou ambientais a taxas que não se sustentam intertemporalmente.

O mercado entra em cena e o Estado (aparentemente) se torna mínimo, havendo a predominância de intervenções públicas realizadas pela iniciativa privada. Em que este tem como responsabilidade proteger contratos privados e incentivar os mercados competitivos. Estes tipos de ações correspondem a políticas ambientais para os capitais, como define Acserald (2009).

Segundo este autor, é possível verificar na literatura das políticas ambientais uma análoga duplicidade das políticas ambientais em que há constatação²⁹ da existência de dois tipos de políticas: as políticas ambientais para os ambientalistas e

²⁹ Para esta conclusão o autor recorreu ao sociólogo Frances Jean Louis Fabiani.

de políticas ambientais para os capitais. A primeira corresponde às políticas de caráter estritamente simbólico que deveriam ser fomentadas pelo Estado, no entanto, este se limita a elaborar leis e normas e aplicá-las às áreas de reserva e de proteção de ecossistemas, tidos como essenciais, porém exclui outras áreas, dando a entender que outras áreas já estão submetidas aos objetivos de expansão do capital.

A segunda

[...] seria aquele que procura acionar instituições que regulam a apropriação agregada da base material pelos capitais múltiplos. Desde o seu início, é próprio do capitalismo que a dinâmica fragmentária dos capitais individuais conviva com a possibilidade de emergência de crises, em função da ausência de coordenação com as dinâmicas macroeconômicas do capital em geral. A idéia é que ao Estado caberia fazer esse papel de administrador da crise, de agente estratégico de um modo de regulação. A regulação no campo ambiental consistiria em encontrar o que, aparentemente, certos agentes dominantes estão procurando: instituições que possam regular os efeitos predatórios indesejáveis da descoordenação dos capitais múltiplos. Essa regulação do tamanho agregado da pressão dos capitais individuais sobre a base de recursos resumiria o que podemos chamar de uma 'política ambiental para os capitais', em oposição àquela que opera no campo simbólico, 'para os ambientalistas'. (ACSERALD, 2009, p.23).

Portanto, o Estado Neoliberal assumiria uma postura de regulador dos recursos naturais, no sentido de administrar o atual quadro – alicerçado em bases antigas - da crise ambiental, porém sem comprometer a circulação e a expansão do capital, legitimando, assim, as leis do mercado no gerenciamento destes recursos.

Este caráter estratégico para a circulação de mercadoria e, conseqüentemente, do capital, mostra-nos o quanto este sistema é capaz de se recriar e de se manter, no entanto, de maneira predatória sem se importar com as dimensões humana, sociais e ambientais, ampliando a “questão social” que é latente e que se metamorfoseia (IAMAMOTO, 2001). Na atual fase de concorrência, as estratégias do mercado globalizado vinculam-se ao âmbito local e regional, ou seja, o mercado estará presente tanto em regiões distantes dos principais centros de decisões da economia quanto nos países centrais capitalistas (CASTRO, 2005).

Somada a isto, verificamos a emergência da discussão sobre problemática ambiental, associada à categoria “sustentabilidade” na retórica das agências financiadoras e dos governos, que, juntamente com a sociedade civil, formulam e executam as políticas públicas voltadas para as problemáticas ambientais e urbanas,

estando este termo presente na Política Nacional de Meio Ambiente, na Política Nacional de Educação Ambiental e no Estatuto das Cidades.

Sendo importante verificarmos que para manter a circulação do capital, através da produção e consumo de mercadorias, a sociedade moderna burguesa faz com que os seus valores sejam diariamente ratificados, daí porque observamos um forte discurso ideológico sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável, embora, na prática, não haja a mesma mobilização e afinco em torno de sua realização. Sobre isso, Coutinho (2004, p.22) é categórico ao expressar:

[...] o conceito de *desenvolvimento sustentável* busca estabelecer o pressuposto da efetiva possibilidade de uma ordem social ecológica e democrática, *sem que isto implique necessariamente a ultrapassagem do capitalismo*, ou seja, o desenvolvimento sustentável tem como diretriz a organização da economia [...].

O modelo de Desenvolvimento Sustentável surgiu como resposta chave para uma crise ambiental que é planetária, sendo resultado de um “*aparente*” consenso internacional, no entanto, o que se observa é a expansão das políticas ecológicas dos governos dos países desenvolvidos para os países do Sul, que concentram as principais áreas ricas em recursos naturais, tais como, as florestas tropicais, com uma vasta biodiversidade, no que dizem respeito à fauna e à flora. (FERNANDES, 2006, p.140).

Fernandes (Idem) é bastante coerente ao nos falar sobre a preocupação central da política ambiental global, pensada e formulada pelas principais potências mundiais, sob o aval do conceito de Desenvolvimento Sustentável, que seria o de

[...] assegurar a gestão internacional dos principais ecossistemas, com o objetivo de garantir a durabilidade e disponibilidade de importantes estoques de recursos naturais funcionais ao desenvolvimento econômico, atendendo à continuidade da lógica do próprio capital. Assim, uma das principais metas dos que propõem o modelo do Desenvolvimento Sustentável, seria, diante da escassez de recursos e dos altos níveis de poluição atualmente existentes, assegurar àqueles povos ou grupos de indivíduos já beneficiados pelos seus estágios de desenvolvimento social, em termos de acesso aos recursos naturais abundantes, **a manutenção dos seus níveis de crescimento econômico e de consumo, em detrimento daqueles grupos e países do terceiro mundo**, que embora vivam em regiões e/ou ecossistemas ricos em recursos naturais não têm assegurados o direito de usufruto dessas riquezas. (FERNANDES, 2006, p. 140, grifo meu).

Quanto à emergência da noção de “sustentabilidade”, é possível também verificarmos que há o reconhecimento mundial sobre o contexto de crise e de insustentabilidade ambiental, porém, isto não significa que a noção de sustentabilidade esteja consolidada em torno de objetivos e projetos consensuais, na qual essa categoria faz parte de um campo de disputas por projetos e retóricas em conflito para a sua construção (GUIMARÃES, 2008; ACSERLALD, 2007).

Ao estar imersa em um campo de disputa e em processo de construção, a categoria “sustentabilidade” apresenta incoerências no que diz respeito a ideais e realidade, pois foi pensada dentro de um modelo de desenvolvimento voraz que traz em si a “insustentabilidade ambiental”, baseada na concepção de desenvolvimento ilimitado diante de recursos finitos.

E ao aplicarmos esta categoria na discussão sobre os dilemas do espaço urbano, entendido como meio ambiente construído, será possível notar a mudança de sua abordagem, apesar dos objetivos, princípios e ideais da política ambiental urbana não estarem desassociados da discussão ambiental.

Acsehrad (2005, p.129) nos aponta que há uma dupla tendência sobre o desenvolvimento das cidades: primeiro, ocorre uma *ambientalização* do discurso sobre as políticas urbanas; e a outra diz respeito à introdução das questões urbanas no debate ambiental. E, complementa:

No debate especificamente urbano, as principais inquietações se exprimem através da incerteza quanto ao futuro, no que diz respeito tanto às condições como à qualidade da duração das cidades. O debate se inicia pela evocação dos futuros idealizados e desejáveis que se quer tornar realidade nos espaços urbanos. Para inscrever esses projetos de futuro em uma trajetória de viabilidade, procura-se ligar, logicamente, os fins que se deseja alcançar às realidades do presente. Procura-se, assim, discriminar tudo o que se acredita hoje inviabilizar a duração desejável das cidades - a poluição, a congestão urbana, a violência. Tendo as cidades se tornado cada vez mais centrais à acumulação de capital e, ao mesmo tempo, atravessadas como estão pelos efeitos da reestruturação produtiva e da flexibilização da acumulação - leia-se segregação sócio-espacial, sobrecarga das vias de transporte urbano, disseminação de violentos conflitos infra-políticos - as mesmas passaram a ser objeto de diferentes discursos sobre a “sustentabilidade urbana”, tanto por parte das agências multilaterais como de um conjunto de agentes sociais que pretendem construir as chamadas redes mundiais de cidades sustentáveis. Para tanto, dedicam-se a elaborar os atributos que seriam constitutivos da noção de ‘cidade sustentável’ (ACSELRAD, 2009, p.19).

Então, como se realiza este debate no espaço urbano, que se vê cada vez mais em volto de debates e discussão referentes à violência, o crescimento

populacional, o aumento do desemprego e do trabalho informal, adensamento de moradias nas periferias, aumento de empresas e comércios nas áreas centrais das cidades, e assim por diante, que geram inquietações quanto o seu futuro e duração?

Não ignoramos que a questão ambiental nas áreas consideradas rurais tem proporções enormes atingindo a sua população diretamente, que, ao ter a sua força de trabalho hipotecada aos grandes proprietários de terras, a mesma se vê descartada do processo de produção. No entanto, centramos nos efeitos também deste processo para as cidades.

Acserald (2009, p.11) cita a “revolução verde”, que representou a modernização e mecanização da agricultura, resultando na crescente emigração de trabalhadores rurais para as cidades. A mecanização da agricultura e pecuária, além de gerar um excedente de mão de obra nestes espaços, também ocasionou expulsão desta população para as cidades, que serão percebidas como local de novas possibilidades e de oportunidades de emprego. Contudo, estes não são os únicos a serem atraídos pelas cidades.

A cidade torna-se espaço de atração tanto para os detentores do capital (os burgueses) quanto para a classe pobre que a vê como oportunidade de melhorias sociais (SINGER, 1973). Fatos que tornam este local um espaço de dualidade, pois é dividida em cidade formal e cidade informal, haja vista que os segundos não têm condições para manter e se manterem na cidade formal, então estes procuram alternativas de sobrevivência, resultando em maior ocupação deste em áreas, consideradas, informais e ilegais (como as áreas de favelas e de invasões).

Maricato (2000, p.151) afirma que as cidades “consideradas” informais representam uma nova alternativa à moradia popular, implementada pela própria dinâmica da produção da cidade, e não pela regulação urbanística ou pela política habitacional. Sendo que o valor de “custo da reprodução da força de trabalho não inclui o custo da mercadoria habitação [...]” (MARICATO, 2000, p.157), o que obriga grande parcela dessa população a buscar por moradias alternativas, aquelas que não são abrangidas pelas representações da cidade legal. Porém, os detentores da riqueza utilizam este fato de maneira controvertida, acusando as classes mais pobres pela problemática ambiental.

Apesar de ser produtora desta depredação social e ambiental das cidades, e lucrar com ela, como nos dizem Chernais e Serfati (2003), o capital também necessita que este espaço esteja preparado para dar base para a sua circulação por

meio de infraestruturas físicas e sociais. É nesta lógica que se assenta a essência do paradoxo, nos dizeres de Harvey (2005, p.149), seria:

A capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infra-estruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço. No entanto, as infra-estruturas necessárias absorvem capital e força de trabalho na sua produção e manutenção. Aqui, aproximamo-nos da essência do paradoxo.

As infraestruturas sociais e físicas objetivam sustentar a circulação do capital, em que essas estruturas em processo de consolidação ou já consolidadas, assim como atraem a classe burguesa, também atrai a classe trabalhadora para as áreas urbanas. Porém, Rattner (2009, p.9) nos aponta que nestes espaços ocorre um “crescimento sem emprego” que passa a ser padrão das políticas econômicas oficiais, havendo uma expulsão do mercado de trabalho e massificação do trabalho precário.

Os principais beneficiados com tais infraestruturas são as empresas e outras organizações, pois esses necessitam de locais adequados e estruturados, que tenham acesso facilitado aos serviços de contabilidade, de computadores, de manutenção de equipamentos e aos bancos, bem como o fácil acesso à burocracia administrativa, além de escolas, hospitais e entretenimento culturais que atraem uma classe com forte potencial consumidor. (ACSERALD, 2009, p.11).

Estas questões tomam sentido quando observamos as tendências atuais do sistema capitalista, no que diz respeito ao aprimoramento do modelo de desenvolvimento. Harvey (2005) discorre sobre a “circulação do capital”, chamando atenção para o investimento e aprimoramento do mesmo, argumentando que para este ter continuidade é necessário a “expansão ininterrupta do valor de mercadorias produzidas”, em que neste sistema para se ter uma economia considerada “saudável”, deve apresentar um “índice de crescimento positivo”. Situação que traduz a ideologia do crescimento que não se importa com as consequências “ambiental, humana ou geopolítica”.

O trajeto da degradação ambiental nas cidades confirma as influências da lógica de acumulação capitalista no modo de apropriação dos homens sobre a natureza (COUTINHO, 2004), pois, apesar de alertar sobre esta problemática ambiental, criando símbolos que apelem para a busca de soluções, “[...] o capital

transforma as poluições industriais, bem como a rarefação e/ou a degradação de recursos, como a água e até o ar, em “mercados”, isto é, em novos campos de acumulação”. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.42).

A cidade, além de ser espaço de produção e circulação de mercadorias, também se constituirá em mercadoria, no sentido de que esta passa a criar imagens de eficiência e eficácia para que seja vendida, sendo uma mercadoria especial com estratégias especiais, conseqüentemente, o processo de produção do espaço social é objetivo e subjetivo³⁰. Acrescentando que a cidade como mercadoria deve se expandir e se tornar atrativa para o capital, e nisto cria infraestruturas com o objetivo de atrair consumidores em potencial, oferecendo outros tipos de mercadorias.

Este contexto de forte concorrência e disputas por mercados acarretará ao espaço urbano forte e rápido crescimento populacional, concentração de infraestruturas em algumas áreas e acentuada desigualdades econômicas, pois a cidade passa a ser pensada e planejada para atender às necessidades das grandes empresas, no entanto, atraindo também a classe trabalhadora, população esta que não será totalmente absorvida pelo mercado de trabalho.

Gomes³¹ percebe que a questão ambiental atinge de maneira diferenciada os segmentos sociais do planeta, conseqüentemente, as problemáticas ambientais no espaço urbano também se constituem em uma das várias contradições e antagonismos da sociedade de classe. David Harvey compreende que

[...] sofreremos profundamente os impactos e todo gênero de eventos, em particular por mudanças físicas nos fluxos de energia da terra, do ar, e do mar, por adaptações da parte de outras espécies, bem como por mudanças provocadas por nós mesmos. Isto não significa afirmar que todos nós somos afetados da mesma maneira pelos problemas ambientais. Pelo contrário: segundo esse autor, as expressões da questão ecológica que comprometem os pobres, os marginalizados e as classes trabalhadoras são ignoradas, enquanto aquelas que envolvem os ricos são enfatizadas. Assim, as discussões ambientais não são antagônicas à política de classe. [...] Os riscos ambientais estão ligados à produção industrial, à geração de resíduos, à **urbanização desordenada, realizada sem infra-estrutura adequada**, ao consumo de combustíveis fósseis, à extração de recursos, à poluição das águas entre outros aspectos, repercutindo negativamente no meio ambiente (DAVID HARVEY *apud* GOMES, 2008, p.162; grifo nosso).

³⁰ Ver em Sánchez (2001).

³¹ Gomes (2008) vem realizando pesquisas sobre a situação das favelas cariocas, tendo-as como panorama local para analisar os rebatimentos da questão ambiental sobre a população pobre, questionando se esta atinge de maneira indistinta todos os segmentos sociais do planeta, bem como refletir sobre as estratégias utilizadas por esta classe para enfrentar tal questão.

Coutinho (2004) ao ter como objetivo discutir sobre os problemas ambientais presentes nos processos de urbanização, pensando na construção de novas abordagens jurídicas para as questões ambientais urbanas, indo na contracorrente das abordagens que tendem a naturalizar as contradições sociais e da socialização das contradições da destruição da natureza, mostra-nos como o Direito, o sistema jurídico, contribui para a instrumentalização e fortalecimento das relações de mercado, indagando em especial, o modo como o espaço urbano é apropriado, e sua relação com a qualidade de vida e a desejada “sustentabilidade”, constatando que esta é uma *perspectiva ingênua*.

Acsehrad (2005) ressalta que no discurso de sustentabilidade há a busca por uma imagem de competição entre as cidades, apelando para a semelhança e particularidades, desenvolvendo um modelo único de cidades e conseqüentemente um meio ambiente único, a fim de “soldar as forças sociais da cidade”, haja vista que a cidade é percebida no modo capitalista de produção como mais uma mercadoria que gera lucro e que possibilita a circulação do capital.

Podemos concluir, inclusive, que este modelo de cidades sustentáveis segue a mesma lógica das cidades-mercadoria, citada por Vainer (2000), que nos indica que a cidade no discurso capitalista sai da posição de objeto e passa a assumir a postura de sujeito ao ser vista como cidade-empresa, que deve competir com outras cidades que têm como alvo os mesmos consumidores; portanto tenderão a serem semelhantes ao oferecerem as mesmas estruturas apesar do incentivo às especificidades de cada cidade para incentivar o turismo.

Podemos compreender que a sociedade vigente alcançou um nível de complexificação, que garante aparente autonomia à mercadoria, como se esta pudesse auferir a si mesma o seu valor de uso. (MACIEL, 2007, p.79). Portanto, esta cidade-mercadoria, vista como cidade-objeto, que sofre intervenções, coexiste com uma cidade que aparece como sujeito, ganhando identidade, sendo vista como empresa (VAINER, 2000); no entanto, ela realmente assume posição de sujeito?

De acordo com Rattner (apud ACSERALD, 2009; p.13) dentre os efeitos paradoxais do crescimento urbano, haverá a substituição do mito do crescimento ilimitado pela dramática evidência da deterioração humana e ambiental, ao mesmo tempo em que é produzida mais riqueza material, concentrada em “alguns conglomerados poderosos”.

Além de que ao apontarmos para a necessidade de realizarmos este debate sobre a questão ambiental a partir do viés marxista, pressupõe a compreensão de que a exploração da natureza, do meio ambiente, não exclui e nem separa o próprio processo de exploração do homem pelo homem na sociedade burguesa, que cria símbolos sob as suas mercadorias, e também, evidentemente, cria novas mercadorias, no entanto, não podemos esquecer que a base de todas elas é a mercadoria força de trabalho.

Assim como Acserald (2005, p. 129), compreendemos que os debates sobre a sustentabilidade no urbano, além de estarem ligados à preocupação com o futuro das cidades - dizendo respeito a sua duração, passando a ser objeto de diferentes discursos –, também escondem o objetivo de competição entre as cidades, que apela pela semelhança, porém recorrendo às particularidades, desenvolvendo um modelo único de cidades e, conseqüentemente, um meio ambiente único, a fim de “soldar as forças sociais da cidade”.

E, atualmente, vem sendo notório o apelo às particularidades da cidade belenense, que acabam conformando aspectos diferenciados à paisagem do local, em que a sua relação com o rio, como algo historicamente dado (como será abordado posteriormente), passa a ser valorizado e revitalizado pelos governantes, na busca da formação de uma identidade ribeirinha e cabocla - pelo menos a nível de discurso- para a “venda” da cidade. As figuras seguintes ilustram bem esse dado.

Figura 2: Forte do Presépio - Belém/PA



Fonte: <http://mondobelem.wordpress.com/2008/12/03/museu-do-forte-do-presepio/>

Figura 3: Mercado do peixe - Belém/PA



Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/blog/blogturismo/index.phtml?mes=201005>

Figura 4: Ver o Peso - Belém/PA



Fonte: <http://malinche.wordpress.com/page/53/?archives-list=1>

Figura 5: Vila da Barca - Belém/PA



Fonte: <http://megbarros.blogspot.com/2011/01/vila-da-barca.html>

3 A CONSTITUIÇÃO DAS CIDADES AMAZÔNICAS – ENFOQUE EM BELÉM/PA

As ações governamentais, na região amazônica, tiveram fortes influências na configuração dos centros urbanos, mudando substancialmente o desenho da cidade, inclusive, realizando uma nova configuração no circuito de poder até então existente, haja vista que empreende recursos nacionais e estrangeiros para a integração da Amazônia brasileira aos centros nacionais e internacionais (RODRIGUES, 2010. p. 114).

Ao nos focarmos sobre a cidade de Belém - enquanto uma cidade amazônica - observaremos que não foram somente as intervenções mais recentes que modificaram a estrutura e o desenho urbano desta cidade, mas também as influências datadas do período da Economia Gomífera.

Para abordarmos a construção das cidades amazônicas, e, especificamente, do município de Belém, realizando uma articulação com as suas particularidades e a sua ligação íntima com o rio, que influencia na sua dinâmica espacial e na vivência dos sujeitos, é fundamental realizarmos um resgate histórico do processo de ocupação da Amazônia.

Portanto, refletir sobre a cidade de Belém necessita, primeiramente, resgatar o próprio histórico de ocupação da Amazônia, e assim, salientar as suas especificidades enquanto cidade localizada na região amazônica, cada vez mais povoada, urbanizada e fortemente influenciada pelos processos macros da economia mundial.

3.1 A FORMAÇÃO DA CIDADE DE BELÉM

Nas cidades amazônicas as vias flúvio-marítimas sempre foram os principais meios de circulação, no entanto, com a abertura das rodovias, tiveram as suas dinâmicas modificadas, demarcadas por um novo momento na economia regional, redefinindo inclusive o espaço, em especial, os espaços urbanos da Amazônia, marcando o processo de metropolização de Belém (TRINDADE JR; SANTOS; RAVENA, 2005, p.18).

De acordo com Leal (1991), os quatro grandes períodos da história da Amazônia são os seguintes: 1) **período exploratório**, correspondente ao século

XVI; 2) **período colonial português**, entendido como o momento entre 1616, a fundação de Belém e 1822, o início do Império; 3) o **período de vinculação às economias capitalistas hegemônicas**, momento em que o Brasil está subordinado economicamente não mais a Portugal, mas sim à Inglaterra; 4) a fase da atualidade recente, em que as relações internacionais e nacionais com a Amazônia passam a ser redefinidas devido a **redefinições na Divisão Internacional do Trabalho**, pós-segunda guerra mundial, consolidando-se com a emergência da ditadura militar.

O segundo momento, referente ao século XVII, é marcado pelas ameaças do avanço das potências mercantis - Inglaterra e Holanda -, exigindo dos portugueses estratégias que visassem impossibilitar tais avanços sobre as suas colônias, em que aqueles eram uma ameaça para estes devido o caráter atrasado da colonização ibérica, assentado em uma formação social que dava privilégios à nobreza e ao clero (LEAL, 1991).

É com a Fundação da cidade de Belém que se dá início à colonização portuguesa na Amazônia, sendo uma estratégia de oposição dos portugueses às tentativas dos ingleses, franceses e holandeses de se estabelecerem na região. Em que, com a construção do Forte do Presépio, localizado na confluência da Baía do Guajará com o Rio Guamá, fizeram com que a cidade se mantivesse sob a influência do rio (PINHEIRO; LIMA; SÁ; PARACAMPO, 2007), balizando o domínio territorial da Amazônia pelos portugueses (SANTANA, 2006).

Este objetivo de defesa do território, de acordo com Corrêa (1987 *apud* TRINDADE JR; SANTOS; RAVENA, 2005) fez com que a criação urbana de Belém antecederesse a sua própria hinterlândia, haja vista que posteriormente, o seu centro de conquista tornou-se tal. Portanto, Belém foi fundada como estratégia de expulsão dos concorrentes. Neste período, dá-se início ao processo de dizimação dos indígenas, seja por meio da “mansidão”, catequese ou da “espada” (LEAL, 1991).

Quanto a este processo de ocupação da Amazônia pelos portugueses, Castro (2008) nos diz que conforma duas motivações: a primeira diz respeito aos interesses políticos, em que o poder de conquista de um território levou a fixação de pontos em lugares de relevância estratégica e distantes, a fim de demarcar a presença dos portugueses na região norte por meio de fortificações.

E foi justamente esta posição de relevância estratégica que definiu o lugar de nascimento de Belém, diante da geopolítica portuguesa do século XVII e da necessidade de consolidação do domínio territorial ao norte de sua colônia, pois esta

localização permitia maior controle sob a sua principal via de acesso, o rio Amazonas (TRINDADE JR; SANTOS; RAVENA, 2005, p.20).

A segunda motivação apontada por Castro (2008) está ligada aos interesses econômicos verificados na legislação e nas ações do Estado colonial, bem como no modo de produção e na exploração da mão de obra realizada pelas missões religiosas nos territórios do Grão-Pará e Maranhão, com a fixação de sítios estratégicos em áreas de interseção entre as florestas e os cursos d'água, sendo que este modelo de povoamento persistiria mesmo depois dos primeiros assentamentos de núcleos urbanos. Conseqüentemente, estas duas motivações também deram contornos e bases às cidades coloniais na Amazônia.

Haja vista que os núcleos portugueses do litoral atlântico tiveram como atividade econômica a lavoura da cana-de-açúcar, a Amazônia seguiu a mesma lógica, no entanto, este tipo de atividade não progrediu diante das dificuldades naturais dos rios e florestas, apesar de alguns engenhos terem progredido.

Com o fracasso da cana-de-açúcar na região, os colonizadores, em especial, os religiosos, realizaram a coleta das “drogas do sertão” a partir da exploração da mão de obra indígena (PINHEIRO; LIMA; SÁ; PARACAMPO, 2007), em que neste período esta força de trabalho era disputada por colonos e pela Igreja, que se acreditava em uma colonização “humanizada”, em que a própria coroa prevenindo-se da extinção de mais este “bem natural” – como a que aconteceu com o pau-brasil - passou o controle dos índios aos padres, principalmente os jesuítas (LEAL, 1991).

Como bem nos aponta Leal (Idem), em uma formação social que possibilitava privilégios a uma classe doentamente parasitária, estando no seu modo de produção e consumo muito mais próximas do feudalismo, as sociedades ibéricas (Portugal e Espanha) ficaram atrás perante os avanços mercantilistas de outras nações que estavam indo no rumo da acumulação de capital, resultando em grandes disparidades entre estas sociedades, obrigando Portugal a criar estratégias políticas para as suas colônias na segunda metade do século XVIII.

Nesse processo de busca por novas estratégias nas colônias, a Amazônia também teve que passar por um processo de modernização. Para isto, Marquês de Pombal (1750-77), que havia sido diplomata na Inglaterra em meados do século XVIII, e que presenciou o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista, assume o poder. Dentre as providências tomadas pelo Primeiro Ministro português

Marquês de Pombal, houve a promoção da divisão política da Amazônia, a partir da criação de capitanias, criou a Companhia do Grão Pará e Maranhão e atacou os privilégios dos jesuítas (LEAL, 1991, p.10).

Para realizarem a coleta das “drogas do sertão” foram utilizadas vias de acesso aos rios, formando em suas margens os primeiros córregos e povoados. Esta atividade de coleta se estendeu até metade do século XIX, não dando muitos resultados materiais à Amazônia, apesar de ter possibilitado significativo progresso à região, principalmente ao Pará, com a criação desta companhia no governo de Pombal, durante o reinado de D. José I. Pombal. (PINHEIRO; LIMA; SÁ; PARACAMPO, 2007).

A sede da Companhia ficou na cidade de Belém, incentivando o cultivo do café, fumo, cacau e a pecuária, bem como ampliou a utilização da mão de obra escrava africana. Neste período do governo de Pombal, Belém avançou para o interior no sentido da mata, que eram as partes mais altas do sítio, logo se afastando do rio e da baía, evitando igarapés e igapós, resultando num perfil irregular da cidade³². Neste período houve um expressivo crescimento demográfico, passando a receber os seus primeiros equipamentos urbanos. (Idem).

Após a queda de Pombal em 1777, seguida pela extinção da Companhia de Comércio do Grão-Pará, em que simultaneamente se deu a diminuição das vendas das especiarias da Amazônia no mercado europeu e o fim da mão de obra escrava, acabaram por afetar a economia paraense. (Idem)

Enquanto que na segunda metade do século XIX desenvolve-se a extração da borracha na Amazônia, especialmente no Pará. Em 1880 fica mais intensa a extração gomífera devido à grande demanda e subida do preço nos Estados Unidos e na Europa.

Para Castro (2008), o surgimento das cidades amazônicas está estritamente vinculado ao *boom* da borracha, que, decorrente dos interesses do mercado exterior, fez surgir vilas e povoados que, posteriormente, deram lugar às cidades, onde a borracha foi importante para a formação da rede urbana, mesmo que incipiente, em função dos fluxos econômicos.

³² De acordo com Pinheiro; Lima; Sá e Paracampo (2007), estas áreas, hoje, formam os bairros do Reduto, Batista Campos, Nazaré e Umarizal, em que a Avenida Nazaré foi o vetor que orientou o crescimento de Belém rumos ao bairro do Marco, no sentido de Ananindeua prolongando-se até São Brás, indo da Estrada Real até o marco da 1ª Légua Patrimonial.

Cidades como Belém e Manaus foram fortalecidas de maneira mais expressiva; a primeira pela proximidade do Atlântico e por estar na porta de entrada da Amazônia; a segunda por ocupar posição privilegiada no escoamento de produção do Médio Amazonas, e seus afluentes serem os portos de exportação para o exterior, que tiveram o crescimento mais expressivo, em que os lugares de produção eram os seringais e o lugar do comércio eram as cidades (CASTRO, 2008).

Derenji (2009), tendo como objetivo analisar a relação entre as medidas do planejamento urbano e a cidadania nas cidades na Amazônia brasileira - a autora ao se deter sob o caso da cidade de Belém -, verifica que as mudanças modernizadoras na capital paraense se iniciaram no século XIX, em 1858, no governo do presidente da província Jerônimo Coelho.

Neste período, o espaço da cidade belenense passa por um processo de modernização, refletindo as novas tendências europeias e o desenvolvimento das ciências. Seguindo esta tendência, Jerônimo Coelho, lançou um plano que tinha como proposta padronizar a ocupação das áreas de expansão da cidade, por meio de abertura de vias e quarteirões, arborizar e pavimentar as ruas (SANTANA, 2006).

Neste período, em Belém, houve a implantação de inúmeros serviços urbanos. Santana (2006) nos mostra que devido à expansão da extração da borracha, entre o período de 1850 a 1920, há modificações na rede urbana amazônica, sobretudo na cidade de Belém, que ganha destaque no cenário amazônico e significativo crescimento demográfico ao atrair mão de obra, tornando-se o principal ponto de escoamento do produto.

No entanto, esse padrão urbano em Belém será exponenciado pela administração de Antônio Lemos, de 1897 a 1911, através da instalação de serviços de esgoto, iluminação pública, limpeza urbana, corpo de bombeiros, calçamento nas ruas e avenidas, e forno crematório, ou seja, aplicando modificações urbanísticas baseadas nos moldes europeus, a fim de aproximar a cidade de Belém às grandes metrópoles europeias (DERENJI, 2009).

No entanto, como bem nos diz Derenji (2009, p.264-265)

A substituição das plantas e fachadas anti-higiênicas ou anti-estéticas – reflete mais que preocupações higiênicas ou estéticas, as radicais modificações sócioeconômicas ocorridas na capital do Pará, em especial a ascensão de segmentos da sociedade ligados à economia da borracha e ao empobrecimento de camadas da população alijadas da mesma.

O governador Antônio Lemos foi um dos principais personagens imortalizado deste período, sendo responsável pela criação de leis e normas de uso do espaço urbano e de construção de obras públicas, como praças e teatros, com a finalidade de controlar não só o espaço público, mas também os seus moradores, disciplinando-os, estendendo o seu controle ao ambiente privado da população, especialmente, a pobre (VALENTE, 2000).

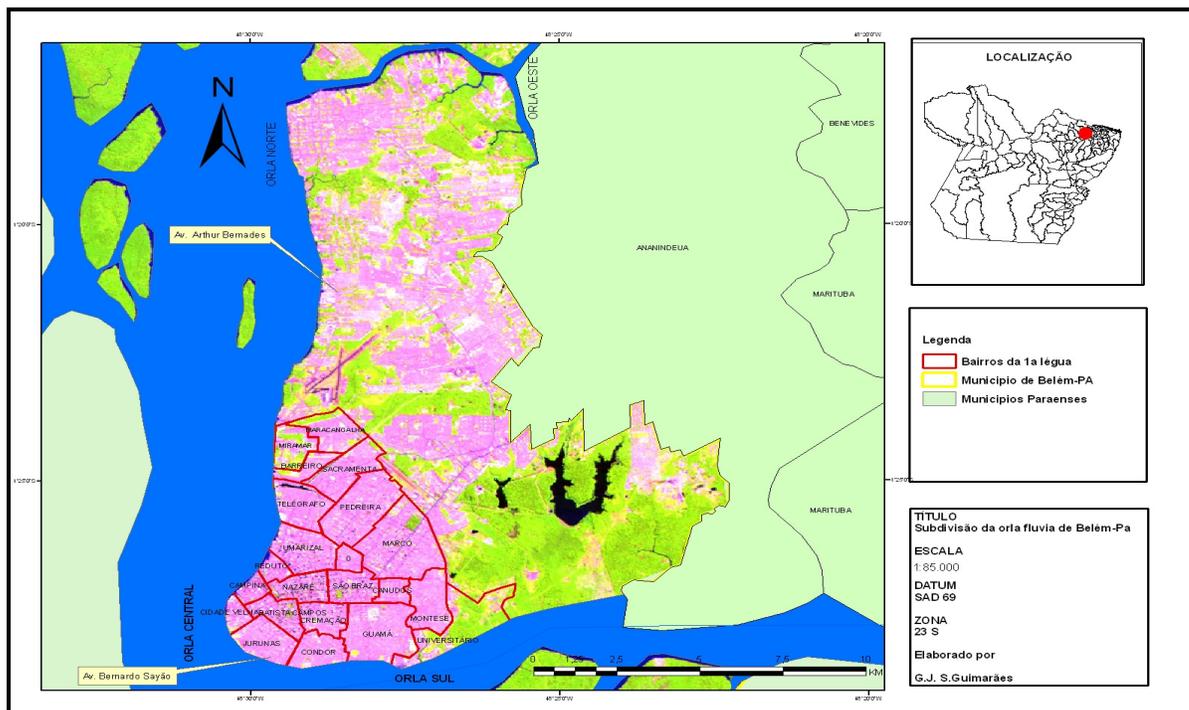
Valente (2000) afirma que a política lemista se caracterizou como uma política elitista e excludente, favorecendo as elites urbanas, pessoas enriquecidas pelo “boom” da borracha. Era excludente porque inviabilizava o acesso da população aos requintes da “modernidade” planejada pela elite para Belém.

A economia da borracha provocou um rápido enriquecimento de uma elite de seringalista e comerciantes na região. Este grupo experimentou um período de invejável prosperidade econômica. Esta elite, embalada pelo desejo ‘modernizante’ do período, buscou afirmar publicamente seu prestígio econômico através de um projeto de **embelezamento** e **urbanização** de cidades como Belém e Manaus. Este projeto modernizador sofreu forte inspiração francesa obediente ao espírito da chamada *Belle-Époque* (bela época), pois na época a Europa, e particularmente a França, eram consideradas o berço da ‘civilização’ ocidental (VALENTE, 2000, p. 03).

Como uma das heranças da política lemista, na cidade de Belém, é possível percebemos a exclusão das áreas alagadas, pois os planos urbanísticos pensados até o limite da 1ª Légua Patrimonial³³ (ver Figura 6), havia somente a priorização dos terrenos de áreas firmes e altas, em detrimento dos locais alagados ou alagáveis. (SANTANA, 2006).

³³ Em setembro de 1627, o Governo da Província do Maranhão e Grão-Pará, através da Carta de Doação e Sesmaria, doaram ao Conselho da Câmara de Belém uma légua patrimonial para fins de exploração econômica, exercendo deste modo o *jus domine*. O Conselho da Câmara tomou posse em março de 1698, por meio do Auto de Posse da Légua Patrimonial da Câmara de Belém. (CARDOSO et al, 2006) Esta área é contada a partir do marco da fundação de Belém, em que o seu limite é o bairro do Marco. (RODRIGUES, 2010).

Figura 6 – Os limites da 1ª Légua Patrimonial



Fonte: INPE (LandSat 5) e SIGIEP. Elaborado por: Joicy Guimarães.

De acordo com Derenji (2009, p. 264), as questões referentes à habitação na capital paraense se deram por volta de 1905, momento em que se conjugou o aumento populacional, decorrente da fase áurea da comercialização gomífera, com os desníveis socioeconômicos resultantes do papel centralizador do comércio da borracha na economia regional. Situações que se consubstanciaram na construção de vilas populares mais com o objetivo de combater os cortiços e barracas, do que possibilitar a organização da produção de moradias no meio urbano e de reordenamento do uso do solo. (DERENJI, 2009, p. 264).

Com a decadência do Ciclo da Borracha, nas palavras de Costa (2006), o ideário da “modernidade” na floresta teve seu fim. Para Leal (1991, p.26), o chamado Ciclo da Borracha

[...] delimita [...] mudança, assim como consolida a imposição, pela ordem produtiva internacional capitalista, de uma ‘vocação’ extrativista   Amazônia. Isso se associa ao primado de um novo parasitismo de dois níveis em rela o a ela: o parasitismo do Capitalismo a nível internacional, sugando dela uma gigantesca quantidade de valor para a Acumula o no período

industrial sob a forma de riquezas naturais – e que tem seu marco histórico inicial com a exploração gomífera – e, a nível regional, o parasitismo dessa classe dominante subsidiária, dessa subburguesia, que se nutre da miséria social redefinida pela inserção da Amazônia a esse circuito da Acumulação. Portanto, essa situação configura o parasitismo associado de segmentos da burguesia ao âmbito regional e internacional, sobre as camadas exploradas da sociedade amazônica, num quadro característico do Desenvolvimento Combinado.

A decadência da borracha se deu com o contrabando das sementes da seringueira para as possessões asiáticas pertencentes à Inglaterra, haja vista que as características naturais da região representavam obstáculos à produtividade do trabalho para a obtenção de matéria-prima para as indústrias, em que o sistema de plantagem ordenada permitia a obtenção de maior taxa de produtividade em relação à exploração florestal, possibilitando, inclusive, o maior controle deste segmento pelos organizadores da produção industrial capitalista e assim reforçando a imposição de estratégias imperialistas orientadas pela Grã-Bretanha (LEAL, 1991).

Esta manobra descarta a Amazônia como região de produção de borracha, desarticulando e fragmentando a burguesia assentada na economia gomífera, e, em 1911, o sistema extrativista entra em crise, gerando a falência do projeto de “modernidade” da cidade de Belém, além de levar a um decréscimo populacional e econômico nos períodos entre 1920 a 1940, havendo uma crescente emigração de parcela da população que ficaram na cidade sem ocupação (LEAL, 1991, p. 26; COSTA, 2006; p. 153; BORGES, 1992 *apud* SANTANA, 2006).

A substituição da borracha nativa pela borracha cultivada marca o fim do primeiro período histórico de contribuição da Amazônia à acumulação mundial, em que esta passa por um período de miséria social, sendo tal momento interrompido, brevemente, pela Segunda Guerra Mundial, por meio do “*Acordos de Washington*”, que perdurou até a década de 1950.

Decorrente desse processo, a cidade de Belém retorna ao processo de crescimento populacional como consequência do “*segundo ciclo da borracha*”, sendo que, entre 1940 a 1950, a população da capital paraense que era de 206.331 passa para 254.494 habitantes, no entanto, se comparado aos períodos anteriores, esse crescimento não foi tão significativo (SANTANA, 2006).

Ainda na década de 1950, houve a construção da Rodovia Belém-Brasília, que colocou a capital paraense como uma importante cidade no âmbito regional e nacional, pois essa passaria a exercer as funções de “[...] capital cultural,

administrativa e econômica regional, consolidando sua vocação de tornar-se uma metrópole, ainda que sua metropolização tivesse ampliado uma série de problemas urbanos que ao longo da história veio se acentuando [...]” (RODRIGUES, 1996 *apud* SANTANA, 2006).

A construção desta rodovia representava os interesses do governo federal de integrar a região ao restante do país e assim aproveitar o potencial extrativista da região. Este empreendimento criou um paradoxo, porque ao mesmo tempo em que aproximou a região economicamente ao Sul e Sudeste do país, também aumentou as diferenças regionais, desagregando e enfraquecendo as indústrias de pequeno porte; facilitando o acesso de outras indústrias do país à Amazônia, conferindo uma relação desvantajosa destas com as indústrias regionais, em que ao possibilitar o escoamento dos produtos agrícolas de outras regiões, cria uma crise nos municípios paraenses (SANTANA, 2006; CARDOSO; LIMA; GUIMARÃES, 2008, p. 316).

De acordo com Cardoso et al (2006, p 144), o governo federal ao priorizar este potencial da região, implantando projetos minerais e energéticos, acabou por fortalecer a posição de entreposto de serviços e a grande concentração da população de baixa renda na cidade de Belém, pois - diferente de Manaus - esta não recebeu investimentos que possibilitassem a sua inserção na dinâmica do capital internacional.

Então, a cada Grande Projeto, intensificou-se o fluxo migratório para Belém, correspondendo a um expressivo aumento da informalidade no mercado de trabalho e no processo de ocupação do espaço urbano, que ainda não tinha disponível uma infraestrutura compatível ao processo de ocupação, ocorrido nas cidades próximas aos locais de implantação dos projetos e na região metropolitana de Belém (RODRIGUES, 2010; CARDOSO, 2006).

A partir da década de 60, logo após a abertura da rodovia Belém-Brasília, foi acentuado o fluxo migratório das áreas em que foram implantados os projetos de desenvolvimento, situação que impactou diretamente nas “baixadas”³⁴ que passaram a ser ocupadas pela população pobre, que percebem esses espaços

³⁴ De acordo com Saint-Clair Trindade (1997, p.22) “As baixadas existentes em Belém são áreas inundadas ou sujeitas às inundações – decorrentes, em especial, dos efeitos das marés - e ficaram conhecidas, principalmente a partir da década de 60, por serem espaços de moradia das camadas sociais de baixo poder aquisitivo”.

como uma alternativa à problemática de moradia na capital paraense. (RODRIGUES, 2010, p. 113)

É possível observarmos que, até meados do século XX, o modelo de ocupação da cidade belenense será de apropriação das áreas altas, que ultrapassavam a cota quatro. Com o tempo, esta tendência de ocupação se modifica, pois, na década de 50, houve a intensificação dos processos de migração campo-cidade, resultando na ocupação dessas áreas mais baixas por migrantes do interior do Estado, surgindo assim, as baixadas, pois apesar de possuir uma topografia plana, nesse período há uma modificação no modelo de ocupação da cidade.

Estas áreas conhecidas como baixadas passam a ser alternativas de moradia para a população pobre sem acesso às áreas altas e com infraestrutura urbana. Neste processo de ocupação foram criados os principais bairros periféricos de Belém, como o Guamá, Jurunas, Terra Firme, Cremação, Pedreira, Marambaia e outros (SANTANA, 2006, p.207; COSTA, 2006, p. 164).

Ainda na década de 60, os gestores municipais diante do reconhecimento de suas limitações econômicas para a promoção da integração das terras firmes às baixadas da cidade, por meio de ações de macrodrenagem, em suas campanhas, prometiam a construção de estivas. Situação que se modificou no período da Ditadura Militar, em que os investimentos federais chegaram à cidade para a realização de obras de saneamento e habitação. O saneamento permitiu a transposição dos obstáculos presentes nas áreas consolidadas, enquanto que o financiamento de habitações era pensado para áreas além da primeira légua patrimonial (CARDOSO et al, 2006, p. 149).

De acordo com Rodrigues (2010), a partir de 1975, surgem os primeiros conflitos pela posse de terra na capital paraense, especialmente nas áreas da Sacramenta, Pedreira, Jurunas, Cremação, Guamá, Terra Firme, Marco, Canudos e Jabatiteua. Neste mesmo ano, foi criada a Secretaria de Planejamento do Pará (SEP), sendo um desdobramento do convênio entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS, a SUDAM e o governo do Estado do Pará, a fim de sanear as baixadas de Belém, indicando a centralidade do planejamento urbano neste período sob o discurso de urbanização e drenagem das áreas problemáticas, com a finalidade de implantar benefícios sociais para a população das baixadas. No entanto, isso não se efetivou, sendo realizado somente estudos e levantamentos das

áreas, para ao final uma ser escolhida como piloto para os técnicos em um projeto de saneamento.

De acordo com Cardoso et al. (2006, p.148), a partir da primeira década do século XX, a administração municipal implantou plano de alinhamento em toda a primeira légua patrimonial, que, em longo prazo, e após a vários investimentos em macrodrenagem, durante as décadas de 70 a 90, serviram como instrumentos de superação das iniciais dificuldades de acessibilidade.

Rodrigues (2010, p.114-115) afirma que a ausência de infraestrutura de serviços de saneamento e habitação na RMB, motivou uma série de conflitos acerca das áreas de ocupação e em terrenos desocupados, especialmente nos bairros periféricos, desencadeando fortes discussões referentes à situação fundiária na Amazônia urbana, acirrando assim a luta pelo poder econômico e político na região.

Sendo latentes no histórico desta cidade a segregação socioespacial e conflitos decorrentes do uso do solo, em que ainda no período Colonial - exponenciado pelo Ciclo da Borracha -, verificamos isso nas formas de ocupação do espaço, em que as áreas altas e firmes eram ocupadas pela elite, enquanto que as áreas alagadas e alagáveis (as baixadas) eram e são ocupadas pelas classes pobres.

Abelém (1989 *apud* RODRIGUES, 2010, p. 120) nos aponta que em função do aumento da população no município de Belém, foram criadas novas formas de ocupação, como: a ocupação de “miolos dos quarteirões”, que aumentaram o número de vilas e passagens, contribuindo para um maior adensamento nas áreas de terras altas da cidade; a concentração da população nos espaços alagados permanentemente; e a apropriação do chamado “Cinturão Institucional” por novas indústrias e conjuntos habitacionais.

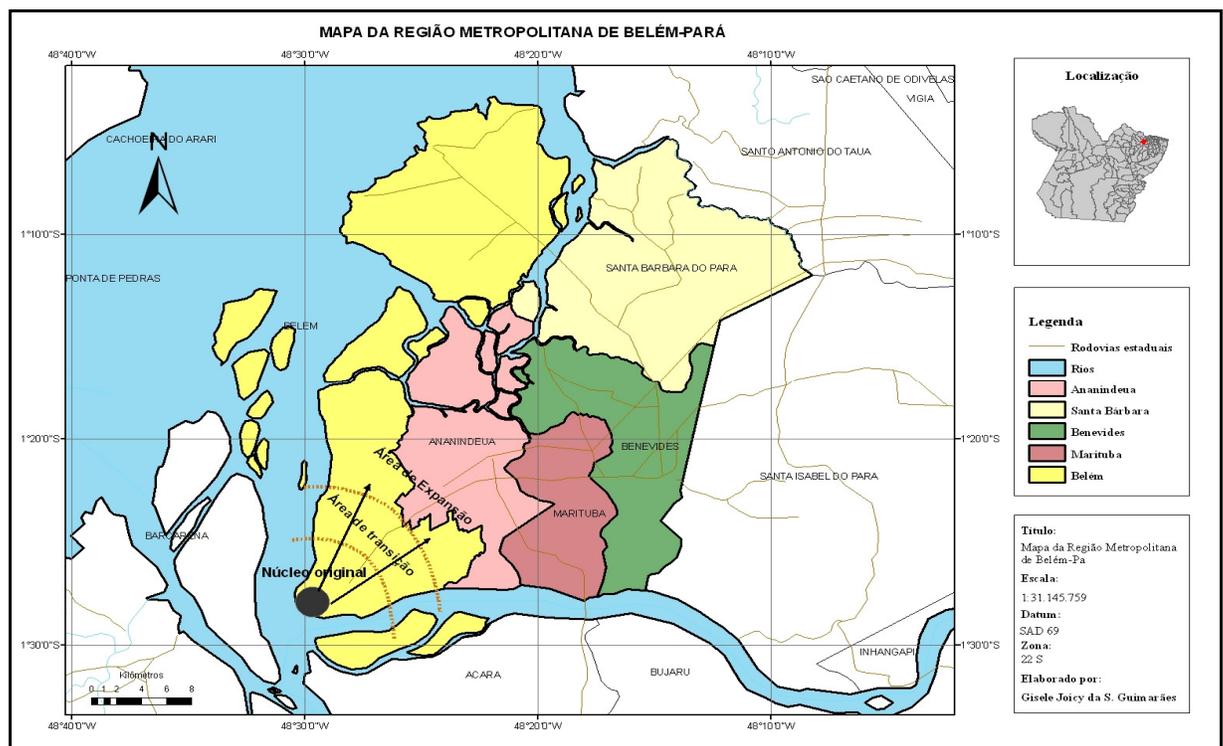
Para Cardoso et al. (2006, p.149), a construção de conjuntos habitacionais em áreas (que na época eram consideradas) rurais, afastadas do centro da cidade, ou seja, no limite da primeira légua patrimonial, “constituíram-se interstícios que se tornaram objeto de invasões”. Em que, no período das décadas de 80 a 90, as invasões eram incentivadas abertamente pelos políticos, que utilizavam como “promessa de campanha” a regularização destes espaços.

Ao longo da rodovia Augusto Montenegro, a área de expansão de Belém foi sendo estruturada, e, a partir da década de 70, ocupada por diversos conjuntos

habitacionais de grande porte³⁵, tornando-se rapidamente alvo dos investimentos de outro segmento do mercado de habitação: os condomínios fechados, surgidos nos anos 90 como alternativa de moradia horizontal para a elite (CARDOSO *et al*, 2006).

Em 1993, foi realizada a redefinição dos limites entre Belém e Ananindeua, enquanto que em 1995 houve a ampliação da RMB, que incorporou os municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara (Idem, p. 151), (ver Figura 7).

Figura 7 – A Região Metropolitana de Belém



Fonte: SIGIEP. Elaborado por: Joicy Guimarães.

No entanto, Abelém ressalta:

Mesmo diante dessa nova configuração urbana em que a cidade adquiriu uma maior densidade populacional e se expandiu em direção a BR 316 ou para o município de Ananindeua, a infra-estrutura de serviços continuava a ser concentrada na 'Primeira Léguas Patrimonial' e nas terras mais altas o que concorreu para que a população mais pobre 'preferisse habitar próximo ao centro devido o problema de acessibilidade a esses serviços e ao custo dos transportes.' (ABELÉM, 1989 *apud* RODRIGUES, 2010, pg 121).

³⁵ Cidades Novas, via rodovia do Coqueiro, Maguari, Satélite, Pedro Teixeira e outros (CARDOSO *et al*, 2006).e

As principais ações tanto da gestão estadual quanto da municipal (com o incentivo do governo federal), na década de 90, foram marcadas por políticas de apoio ao turismo, através da restauração de monumentos históricos, tais como: Estação das Docas, Complexo Feliz Lusitânia e o complexo do Ver-o-Peso. Além do que, neste mesmo período, deu-se início ao processo de apropriação da orla da cidade pela população, a fim de fortalecer as atividades de contemplação, haja vista a superposição das atividades produtivas nestes espaços, como exemplo, Cardoso *et al.* cita a reforma dos pavilhões do porto, transformados na Estação das Docas (CARDOSO *et al.*, 2006, p. 151). Como bem argumentam:

As transformações citadas [a redefinição dos limites dos municípios de Belém e Ananindeua; a ampliação da RMB, a restauração dos principais centros históricos da capital e o fortalecimento do turismo], no território e em sua gestão, foram muito bem interpretadas e apropriadas pelo setor privado. A obsolescência da infra-estrutura do bairro comercial, o crescimento urbano e as melhorias de infra-estrutura realizadas na primeira léguas patrimonial de Belém ensejaram movimentos sucessivos de dispersão pelas principais empresas do setor (CARDOSO *et al.*, 2006, 151)

Rodrigues (2010, p. 123) afirma que tivemos vários exemplos de programas de projetos de intervenções na cidade de Belém, no sentido de beneficiar a população das áreas periféricas, realizados pelo poder público. Porém, ao serem concluídos, há uma “inversão de prioridades”, em que estes passam a ser assumidos pelas classes de maior poder aquisitivo. E ao considerarmos este histórico de intervenção da cidade, ainda hoje verificamos que em

Alguns bairros e eixos de expansão abrigam, desde a segunda metade do século XIX, a elite dirigente local e intelectual, os prósperos comerciantes portugueses, os proprietários fundiários, fazendeiros, empresários da navegação, seringalistas, etc. e, atualmente empresários e profissionais liberais. Trata-se dos bairros da Cidade Velha e da Campina, cujas áreas correspondem às cotas mais altas do núcleo original da cidade, estendendo-se a partir delas em direção às margens dos rios internos, da baía e do rio Guamá, aproximando-se das baixadas. (CARDOSO *et al.*, 2006, p. 148-149).

Os aspectos levantados sobre a formação e as mudanças ocorridas no espaço urbano da capital paraense, somadas ao surgimento das baixadas e do processo de ocupação da orla fluvial, mostram-nos que desde o momento de sua fundação, Belém, já possuía uma profunda relação com o rio, mesmo no momento em que era somente uma pequena extensão de terra com reduzida densidade

demográfica, revelando, inicialmente, a forte tendência de não ocupação das áreas alagadas ou alagáveis, havendo o aproveitamento dos terrenos de cotas mais altas, e no sentido de acompanhar a orla fluvial³⁶ (TRINDADE JR; SANTOS; RAVENA, 2005, p.19).

Em suma, observamos que

Do ponto de vista intra-urbano, a cidade de Belém destaca-se como principal formação urbana da região metropolitana de Belém. **Sua estrutura espacial tem relações claras com sua estratificação social.** A ocupação do território é marcada desde o seu início por limitações impostas pela formação geográfica e pelas condições físicas do sítio. De acordo com a concepção inicial de expansão da cidade, as áreas altas e firmes destacaram-se como local de agregação de investimentos em infra-estrutura e foram dotadas como local de moradia da elite local, caracterizando-se pelo alto padrão construtivo das edificações. Observe-se que essas áreas adensaram-se durante o ciclo da borracha, época em que a referência de urbanidade na cidade era Paris, e receberam ruas e passeios públicos amplos, praças de rica composição e concentração de palacetes ecléticos [...] Por outro lado, a população pobre subdividia-se em dois grupos: um nascido em Belém, que ocupava áreas intermediárias entre as terras firmes e as alagadas; outro formado pelos pobres migrantes, a princípio oriundos do interior do Estado, que se estabeleciam nas 'baixadas' da cidade, áreas alagáveis, mas fortemente ligadas à dinâmica ribeirinha, graças à proximidade de portos que favoreciam a mobilidade entre a cidade e suas ilhas e o interior. Além disso, as baixadas, tornaram-se historicamente o espaço disponível para a população de baixa renda [...] (Idem, p. 146-147, grifo nosso).

Corrêa (2005) é enfático ao elucidar que o espaço urbano compreende os diferentes usos de terras de maneira fragmentadas e articuladas, e que a sua utilização irá definir a área, onde cada uma possui uma forma espacial, sendo modelado por diversos agentes, que são os proprietários dos meios de produção (principalmente os grandes industriais); os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos.

Então, ao nos centrarmos no papel dos agentes produtores do urbano - em especial os que se situam na orla da cidade de Belém -, observaremos que a estética urbana será definida das seguintes maneiras: a primeira estará de acordo com as práticas formais de produção do espaço e, a segunda, serão as

³⁶ De acordo com Trindade Jr, Santos e Ravena (Idem, p. 12), a orla fluvial urbana são as faixas de contato da cidade com a baía do Guajará e com o rio Guamá, em que a orla corresponde ao espaço de imediato de interação entre terra e água, considerando tanto os rios de maiores dimensões, quanto os igarapés, que no caso de Belém recortam a cidade em quase toda a sua extensão. Fato que nos indicam a necessidade de percebermos na cidade de Belém a sua histórica relação com o elemento hídrico, que define a sua primeira fase de crescimento, assim como em outras cidades amazônicas, como "ribeirinha" (MOREIRA, 1989 *apud* TRINDADE JR; SANTOS; RAVENA, 2005, p.18).

espontâneas, que são de caráter não formal e de situações mais espontâneas de definição de formas espaciais urbanas (RODRIGUES, 1988 *apud* TRINDADE JR; SANTOS; RAVENA, 2005).

Rodrigues (2010, p. 120) complementa ainda:

A urbanização da cidade, tal como nos projetos de colonização na Amazônia, traz à tona uma série de questões e atores que até então não haviam sido suscitados como o problema fundiário, que move diversos interesses no interior do município. Dentre os atores envolvidos no contexto da urbanização da cidade encontram-se os empresários do setor de empreiteiras e imobiliárias: o setor do planejamento urbano que na maior parte das cidades brasileiras representa e trabalha em nome de uma elite local: e ainda, a população de baixa renda que não tem opção de escolha por não possuir recursos suficientes para suprir suas necessidades de habitação nas cidades.

Ao termos a compreensão de que o espaço urbano reflete as contradições e conflitos de interesses da relação capital e trabalho, que se materializarão nas relações de classe, que são conformadas a partir das relações de poder, será possível compreendermos que o local ao estar ligado ao global, terá que atender aos objetivos e interesses do mercado globalizado, que afetam diretamente as cidades amazônicas (CASTRO, 2008, p.33). Portanto,

Os interesses de mercado sempre orientaram a constituição dos espaços urbanos na Amazônia, a exemplo da Belém da *Belle Époque* em pleno *boom* da borracha, nos seus monumentos que não são senão traços da relação da cidade com o ideário urbano ocidental, emergente em um momento em que a cidade européia e sua urbanização romantizada se tornou expressão maior da modernidade. Mas esse contexto é, não se pode esquecer, de uma economia que alimenta e tece laços com o mercado mesmo em continentes tão distantes. Das drogas do sertão à borracha, ao pescado, à banhas, à madeira, ao minério e outros produtos, a economia dos recursos do território esteve sempre presente nas estratégias de desenvolvimento das cidades e no povoamento da Amazônia. Cada cidade, por menor que tenha sido no passado, foi certamente um posto avançado de apoio para escoar a produção de mercadorias. (CASTRO, 2008, p. 34).

Há uma forte articulação do surgimento e estruturação da cidade com os acontecimentos internacionais, não sendo a articulação do local ao global algo exclusivo da atualidade, ou seja, da globalização capitalista neoliberal. Porém, nos dias atuais, isto acaba se potencializando e ampliando ainda mais o processo de segregação socioespacial, presente desde o momento de constituição da cidade de Belém, que de uma maneira irônica

Permite-se o direito de contemplar a paisagem principalmente, mas o direito de uso do espaço na sua plenitude está limitado à condição econômica do indivíduo. Neste caso, o direito ao espaço é camuflado por um direito à paisagem. Da mesma forma, ocorre o emuralhamento da vida social, quando se nega o espaço público da orla na sua plenitude por meio de espaços 'exclusivos' de uma ou de outra classe social. (TRINDADE JR; SANTOS; RAVENA, 2005, p. 41).

Ao imporem às cidades um modelo único na realização de “urbanismo espetáculo” (denominado por autores como Trindade Jr.), os manuais das agências multilaterais também exigem destas o apelo de suas particularidades. Em que neste processo a população pobre fica à margem das formas de uso do solo. Em Belém percebemos a atenção dada à sua Orla Fluvial e à sua proximidade com o rio, em que podemos citar como exemplo de intervenções urbanísticas na capital as obras como “Estação das Docas”, “Feliz Lusitânia”, “Mangal das Garças” e o mais recente projeto “Portal da Amazônia”³⁷.

Observa-se que os projetos são de caráter diferenciado, no entanto, atendem a objetivos e finalidades semelhantes: tornar a cidade belenense mais atraente para o mercado. E, neste momento, indagamos: como os sujeitos são envolvidos neste processo de “democratização” do espaço urbano, que, a partir do discurso único, são plenamente aceitos pelas camadas mais pobres, porque propõem melhorias físicas e de infraestrutura?

³⁷ O projeto Portal da Amazônia está sendo desenvolvido desde 2005, objetivando mudar a frente da cidade, ou seja, abrir uma grande “janela” para o rio, com ações de melhorias no saneamento e incrementando o turismo. Para o início das obras do PAC, no Estado do Pará, no município de Belém, foram assinados dois contratos de financiamento para a realização de obras na Bacia da Estrada Nova. Um dos projetos prevê a retirada de famílias que vivem em **palafitas próximas a canais e ao longo do Rio Guamá**, na área entre o Arsenal da Marinha e o campus da Universidade Federal do Pará. Estando prevista a construção de 1,2 mil unidades habitacionais de 42 metros quadrados e a implantação de redes de água, esgoto, energia elétrica e iluminação pública. O outro projeto vai **desobstruir os canais** responsáveis pelo escoamento da água das chuvas em três bairros da capital: **Cidade Velha, Batista Campos e Jurunas**. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). Este projeto também recebe recursos do Ministério das Cidades, através do Programa de Erradicação de Palafitas do Governo Federal, objetivando a urbanização das áreas alagadas ou alagáveis.

4 A DIMENSÃO EDUCATIVA DO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL – TRABALHO SOCIAL EM PROJETOS HABITACIONAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A gênese da profissão do Serviço Social está intimamente ligada à realidade da produção e reprodução social impostas pelo modo de produção capitalista, que, para a sua manutenção, busca novas formas de circulação e expansão, acarretando novas proporções à questão social, que é o conjunto das diversas expressões da desigualdade produzida pela sociedade capitalista madura, fundada na produção social e no trabalho coletivo e ampliado, enquanto que os seus frutos e lucros são privatizados e monopolizados por uma pequena parcela burguesa (IAMAMOTO, 2006, p. 27). É notório que, na atual conjuntura, esta questão social assumiu novas formas e expressões, não estando desassociada do modo de produção vigente, incidindo os seus efeitos sobre a classe trabalhadora (YAZBEK, 2004; IAMAMOTO, 2004).

O redimensionamento da divisão internacional do trabalho diante do capital financeiro e as novas formas de internacionalização da economia (globalização), em um contexto de crise, próprio da expansão da economia capitalista desde a década de 70, despertará como contratendência a ampla reestruturação produtiva, incorporando avanços científicos e tecnológicos, associados às mudanças nas maneiras de gerir a força de trabalho. (IAMAMOTO, 2006).

Tais processos implicam em modificações nas relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade, que giram em torno das “reformas do Estado” a partir de recomendações políticas dos organismos internacionais no sentido de realizações de ajustes da economia dos países periféricos, resultando num agravamento da questão social, em especial sobre o desemprego e o subemprego (Idem).

Nesta mudança na forma de gerir a força de trabalho, um dos principais profissionais requisitados a esta “função” foi o profissional do Serviço Social, haja vista que a própria origem da profissão é marcadamente relacionada à história do Capitalismo e com as suas variáveis: a alienação, contradição e antagonismo (MARTINELLI, 2006, p. 66). O que lamamoto realça:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. *É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.* (IAMAMOTO, 2006, p.28)

De acordo com Abreu (2002, p.39), o Serviço Social, enquanto profissão, consolida-se e expande-se nas primeiras décadas deste século, estando vinculado às inovações organizacionais da produção e do trabalho, introduzidas pelo fordismo/taylorismo, que imprimiram modificações, conseqüentemente, agravando a questão social e as exigências resultantes do novo padrão produtivo de trabalho; estando esta prática profissional inscrita nos processos de mediação do sistema de controle social, na qual situamos as práticas assistenciais, que cravaram a esta profissão um caráter “educativo” e “ressocializador” que atendessem às necessidades da produção e da reprodução social.

Então,

[...] o Assistente Social é solicitado não tanto pelo caráter propriamente ‘técnico-especializado’ de suas ações, mas, antes e basicamente, pelas funções de cunho ‘educativo’, ‘moralizador’ e ‘disciplinador’ que, mediante um suporte administrativo-burocrático, exerce sobre as classes trabalhadoras a ‘clientela’ das instituições que desenvolvem ‘programas sócio-assistenciais’. Radicalizando uma característica de todas as demais profissões, o Assistente Social aparece como o *profissional da coerção e do consenso*, cuja ação recai no campo político. Esta é, pois, uma característica que, não lhe sendo exclusiva, aparece nele com maior intensidade, tanto pelo significado da atividade assistencial, como pelas características mais peculiares da profissão, derivadas de sua trajetória histórica constantemente atualizadas. Sua demanda pelos canais ‘oficiais’ está relacionada, desde os seus primórdios às tensões e mudanças significativas nas oposições de classes configuradas na ‘questão social’. (IAMAMOTO, 2006, p.42)

Deste modo, a origem e gênese do Serviço Social, bem como as novas exigências do mercado de trabalho para este profissional, estão intimamente relacionadas ao contexto macroeconômico, pois há uma estreita relação da profissão com a reprodução do capital em que as atuais demandas acompanharam as mudanças do modo de produção.

Teixeira (2004), ancorada em Lukács, aponta três tendências evolutivas do desenvolvimento econômico, ainda presentes na atualidade, que incidem

diretamente as suas marcas sob a “questão social” e na realidade amazônica. A primeira diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, que levaram à diminuição do tempo de trabalho, necessário à produção, e reprodução social, que, num processo contraditório, aumenta a riqueza, que passa a ser concentrada nas mãos dos grandes proprietários e massifica a força de trabalho excedente.

A segunda, refere-se ao processo de produção e reprodução cada vez mais social e coletiva, em que envolve várias regiões e territórios - invadindo áreas até então considerados fora da lógica de circulação do capital -, fato que não só explora e devasta a força de trabalho, mas também a natureza, ampliando as dimensões da questão social e da questão ambiental, que têm a mesma gênese. A terceira tendência aponta para a rápida e grande expansão do mercado mundial, e como resultado disto, observa-se (não sendo isto algo novo) a forte subordinação da Amazônia ao Brasil e aos grandes centros mundiais.

Abordar estes aspectos do contexto macroeconômico é de fundamental importância para localizarmos o *saber e o fazer profissional do assistente social*, e com isso, refletirmos sobre as novas exigências e demandas colocadas, e assim visualizando as especificidades da Amazônia e de suas cidades como foram abordadas anteriormente, em que é evidente a procura deste profissional na realização de projetos que exigem “participação popular” e “controle social”, com forte apelo a profissionais que tenham experiências de trabalho com as comunidades, a fim de realizarem ações de caráter socioeducativo.

Haja vista que o perfil “ressocializador” e “educativo” desta profissão se expandiu para outras políticas que visam atingir a classe trabalhadora, havendo um redimensionamento da função pedagógica tradicional com a atual crise da cultura dominante, intensificada com as medidas neoliberais (ABREU, 2002, p. 36). A exemplo disto, citamos a política habitacional, que, na realização de seus programas e projetos populares, exige o trabalho social, em que o assistente social é o profissional mais requisitado para compor as equipes multidisciplinares, formada por engenheiros, arquitetos, psicólogos, pedagogos e sociólogos (RAICHELIS *et al.*, 2008, p. 238).

De acordo com Raichelis *et al.* (Idem), o trabalho social dos projetos de habitação populares ainda necessita de acúmulo teórico e sistematização metodológica no campo do Serviço Social, porém, nesta colocação, somamos a constatação do despontamento deste profissional enquanto educador inserido na

realidade amazônica. Como este pensa, elabora e executa as ações socioeducativas que trazem no seu bojo a educação ambiental? Quais são as particularidades e contribuições do assistente social na fomentação da educação ambiental para as comunidades residentes nas áreas de baixadas ou florestadas?

Resgatar esses pontos nos permite, inclusive, refletir sobre as especificidades dos efeitos da acumulação e expansão do capital para esta região, que, ao mesmo tempo, localiza-se no centro das discussões internacionais, também é periferia econômica e social, constituindo-se no que Becker chama de a “mais antiga periferia do mundo”.

Teixeira (2004), ao proferir sobre as tendências ocupacionais para os assistentes sociais, especificamente, aos profissionais da região amazônica, alertamos que para abordarmos sobre estas tendências ocupacionais de uma categoria profissional como a assistente social, é necessária, primeiramente, analisar as tendências do processo de produção e reprodução da chamada “questão social” ampliada e as suas particularidades na Amazônia.

Porém, também sinalizamos sobre as dificuldades de tal tarefa, havendo a necessidade de estarmos atentos às várias mediações que perpassam e preenchem a questão social na atualidade, neste sentido, Iamamoto afirma:

Exatamente por isso decifrar as *novas mediações* por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma *dupla perspectiva*: para que se possa tanto *apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais* – sua produção e reprodução ampliada - quanto a projetar e forjar *formas de resistências e de defesa da vida. Formas de resistência já presentes, por vezes de formas parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência.* Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas *formas de pressão social de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano*, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado. (IAMAMOTO, 2006, p.28).

Ao estar imerso nesta dinâmica e em contato direto com as expressões da questão social, na qual situamos a questão ambiental, tais como com os seus processos contraditórios e antagônicos, ressaltamos a particularidade deste profissional que, historicamente, mostra o seu forte caráter educativo (NICOLAU, 2004). No entanto, devendo estar atento à sua prática e à forma que irá desenvolver este potencial, refletindo sobre a sua própria atuação.

4.1 TRABALHO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PROJETOS HABITACIONAIS

Atualmente uma das principais intervenções urbanísticas do Governo Federal é o Programa de Erradicação de Palafitas, realizada através do Ministério das Cidades (MCidades), que visa urbanizar as áreas alagadas ou alagáveis (BELÉM, 2008). Ações realizadas a partir dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi lançado em janeiro de 2007, com o objetivo de promover diversas ações de infraestrutura em todo o país. Em agosto de 2008, o Pará recebeu quase R\$ 1 bilhão do PAC Urbanização e Saneamento³⁸.

As ações fomentadas pelo governo devem seguir as diretrizes gerais da política de habitação, das quais citamos três:

Implementar uma política nacional de habitação descentralizada e articulada com os estados e municípios, garantido o direito à moradia popular adequada, entendida como aquela regularizada e dotada de infraestrutura básica, com acesso a transporte, a equipamentos públicos de saúde e educação;

Tornar a função social da propriedade no principal eixo de uma política urbana inclusiva que modifica a realidade, combinando os diversos instrumentos de Reforma Urbana, visando à regulação pública da propriedade privada, à justa distribuição dos custos e benefícios do processo de urbanização, ao reconhecimento da cidade informal, à gestão democrática e ao *desenvolvimento sustentável*;

Garantir a efetiva *participação popular* na elaboração dos planos diretores municipais, na definição e implementação de uma política habitacional de interesse social na gestão democrática das cidades. (BELÉM, 2008).

No município de Belém, a instituição responsável pela formulação e implementação da política habitacional é a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), criada em 1998, com a atribuição de promover o planejamento, ordenação, execução, controle e avaliação das atividades da Política de Habitação do Município (BELÉM, 2003). A SEHAB, como agente promotor das políticas habitacionais do município, elabora os projetos de trabalho técnico físico e o trabalho técnico social, seguindo as orientações do agente financiador, Caixa Econômica Federal (CEF).

³⁸ Mais informações, acessem: <http://www.noticiasdaamazonia.com.br/1020-para-obras-do-pac-inci-nciam-em-belem-castanhal-e-ananindeua/>

Os principais projetos habitacionais e urbanísticos que estão sendo desenvolvidos no momento na capital paraense são os seguintes: Portal da Amazônia; Macrodrenagem da Estrada Nova; Projeto de Habitação e Urbanização da Vila da Barca; e Projeto do Paracuri³⁹.

O Portal da Amazônia compreende dois grandes projetos: a **Macrodrenagem da Estrada Nova** e o da **Orla de Belém**, que visam dar à cidade uma orla com extensão de 6 km que - no discurso oficial - pretende possibilitar um potencial turístico à região e gerar emprego e renda para a população⁴⁰. O Projeto Portal da Amazônia está sendo desenvolvido desde 2005, objetivando mudar a frente da cidade, ou seja, abrir uma grande “janela” para o rio, com ações de melhorias no saneamento e incrementando o turismo. Este projeto está inserido no projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova⁴¹.

O Projeto de Urbanização da Vila da Barca foi iniciado em 2003, estando, atualmente, dividido em quatro etapas. A primeira foi concluída em 2007, sendo entregue 136 unidades habitacionais; a segunda etapa prevê a entrega de 92 unidades, e a terceira objetiva entregar 406 apartamentos. A quarta etapa está em processo de elaboração dos projetos físico e social.

Ao termos como objetivo refletir sobre a atuação profissional do Serviço Social, bem como o seu entendimento acerca da questão ambiental e sobre Amazônia, centramos nossas análises sobre o trabalho social dos projetos habitacionais e de urbanização, que tem a educação ambiental como uma de suas frentes socioeducativa, indicando qual seria a centralidade da discussão ambiental em tais iniciativas fomentadas pelo poder público, assim como a importância e compreensão do assistente social sobre esta demanda.

³⁹ O Projeto do Paracuri é visa promover habitações populares no distrito de Icoaraci, estando em processo de levantamento socioeconômico, não havendo ainda informações publicadas sobre o mesmo pela prefeitura.

⁴⁰ **Portal da Amazônia muda cara de Belém.** Disponível em http://www.belem.pa.gov.br/new/index.php?option=com_content&view=article&id=414&Itemid=293; acesso em 24/02/2010.

⁴¹ A Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova abrange os bairros: Condor, Jurunas, Cremação, parte de Batista Campos e Guamá, sendo constituída pelos canais Caripunas, Timbiras, Quintino, Dr. Moraes, 14 de Março, Euclides da Cunha e Bernardo Sayão, em que 72,7% do solo são alagáveis, sendo a terceira maior em extensão na cidade de Belém, compreendendo a totalidade de 9,54 km² (BELÉM, 2000 *apud* SEHAB, 2008). O projeto Portal da Amazônia/Orla de Belém começa na Rua Osvaldo de Caldas Brito e se estende Avenida Mundurucus, contendo neste trecho a área de abrangência que vai da Avenida Bernardo Sayão até as margens do Rio Guamá (PMB, 2007b).

Apresentamos relatos de assistentes sociais que trabalham no Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) de diferentes projetos habitacionais do município de Belém. Os entrevistados serão identificados da seguinte maneira: Assistente Social A; Assistente Social B; Assistente Social C; e Assistente Social D. Esses profissionais possuem perfis diferenciados, portanto, achamos necessários detalhar algumas de suas características.

A assistente social A tem 37 anos, formou-se em 1998 e é especialista em Gestão e Responsabilidade Social. É funcionária do Departamento Social (DESO) da SEHAB desde o ano de 2006, sendo que no início exercia a função de técnica social, e atualmente é chefe de Divisão de Desenvolvimento de Comunidade do Departamento Social, estando na coordenação dos projetos Vila da Barca, Portal da Amazônia, Macrodrenagem da Estrada Nova e Paracuri.

A assistente social B tem 31 anos, formou-se em 2004 e é técnica social da Construtora Uni Engenharia⁴² há três anos, desenvolvendo atividades voltadas para o acompanhamento do remanejamento realizado pela contratante SEHAB; a mesma já atuou nos seguintes projetos: Projeto Tangarás, do município de Castanhal; Projeto de Macrodrenagem da Estrada Nova e atualmente Projeto da Vila da Barca.

O assistente social C possui 31 anos, técnico social da consultora EFECCE⁴³ desde 2009, participou do levantamento socioeconômico da Macrodrenagem da Estrada Nova na Bernado Sayão sub-bacia I, II, III e IV pela SEHAB e outras empresas contratadas.

A assistente social D tem 25 anos, formada em 2009, é técnica social do projeto da Vila da Barca desde 2009 pela consultora EFECCE, antes de ter sido técnica social, foi estagiária na SEHAB, participou do levantamento socioeconômico do Projeto de Macrodrenagem da Estrada Nova e do Projeto do Paracuri.

A explicitação das particularidades da profissão anteriormente nos permite compreender a natureza interventiva desta, e o motivo que faz do assistente social um dos principais profissionais solicitados para o desenvolvimento do trabalho social dos projetos habitacionais e de urbanização, assim como entender as finalidades do PTTS.

⁴² Construtora responsável pela execução do trabalho físico da Vila da Barca e de outros projetos que estão sob responsabilidade da SEHAB.

⁴³ Agência contratada pela prefeitura para desenvolver o trabalho técnico social da terceira etapa da Vila da Barca, estando sob responsabilidade da SEHAB.

De acordo com as “*Instruções Específicas para Desenvolvimento de Trabalho Social em Intervenções de Urbanização de Assentamentos Precários*”, elaborado pelo Ministério das Cidades⁴⁴, o trabalho social

[...] na urbanização de assentamentos precários ou de favelas é um conjunto de ações que visam promover a autonomia, o *protagonismo social* e o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a *sustentabilidade do empreendimento*, mediante a abordagem dos seguintes temas: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda. (BRASIL, 2009, grifo nosso).

Portanto, o PTTS tem como norte a mobilização e a organização comunitária; educação sanitária e ambiental; capacitação profissional e geração de renda; participação popular, por meio de atividades que envolvem reuniões, visitas domiciliares, plantão social, oficinas e cursos, palestras e levantamento socioeconômico. (BELÉM, 2007).

As orientações da política habitacional são elaboradas pelo MCidades e sob acompanhamento e fiscalização da CEF, sendo as diretrizes gerais do PTTS as seguintes:

A participação da comunidade deve ser entendida como um processo pedagógico de construção de cidadania e um direito do cidadão.

Deve-se promover a capacitação dos moradores, através de suas organizações representativas para a autonomia na gestão democrática dos processos implantados. Em se tratando de intervenções com habitação verticalizada, deverá ser dada ênfase aos processos de gestão condominial em que as regras de convivência coletiva sejam discutidas e expressas pelos grupos de moradores que serão usuários desta construção.

Deve-se viabilizar o processo permanente e constante de informação da população sobre o desenvolvimento do projeto físico, sendo a transparência um elemento essencial na construção do processo participativo e na relação de confiança entre técnicos e população.

O Trabalho Social deverá promover parcerias para o atendimento das necessidades dos beneficiários e para a implantação das políticas sociais na área de intervenção, contribuindo para o acesso das famílias a serviços de educação, saúde, esporte, lazer, cultura, assistência social, segurança alimentar e segurança pública, dentre outras (BELÉM, 2007).

⁴⁴ Verificar em: MINISTÉRIO DAS CIDADES/Secretaria Nacional de Habitação. **Instruções Específicas para Desenvolvimento de Trabalho Social em Intervenções de Urbanização de Assentamentos Precários** - ANEXO II INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 26 DE MARÇO DE 2009.

De acordo com as orientações da CEF (2008), o objetivo do Trabalho Técnico Social é desenvolver ações que visem a geração de renda, educação sanitária, ambiental e patrimonial. Divididas em três eixos básicos de atuação que norteiam a intervenção: Mobilização e Organização Comunitária e/ou Condominial; Educação Sanitária Ambiental e Patrimonial; Capacitação Profissional e Geração de Trabalho e Renda.

O trabalho técnico físico são as ações referentes à infraestrutura do empreendimento, enquanto que o trabalho técnico social é referente às ações realizadas junto à população beneficiada, a fim de possibilitar a participação destes no momento de elaboração e execução, por meio de programas de natureza político-institucional e socioeducativa. Raichelis et al (2008, p. 247) nos diz que

[...] trabalho social é mais amplo do que o chamado 'acompanhamento social', englobando múltiplas dimensões complementares: planejamento, articulação e integração das ações públicas, trabalho direto com a população, como também no território, supervisão, monitoramento e avaliação

Assim como, o trabalho social terá que seguir orientações, a educação ambiental também terá que seguir uma linha de ações educativas que serão tratadas no eixo Educação Sanitária e Ambiental, devendo atender os seguintes objetivos, conforme regido pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2009):

- a) promoção do processo educativo que esclareça e valorize a infraestrutura implantada e busque mudanças de atitudes em relação ao meio ambiente e à vida saudável;
- b) esclarecimento e valorização da infraestrutura implantada no empreendimento como colaboradora na redução de doenças e na melhoria dos níveis de saúde da população, na inserção urbana, mobilidade social e a elevação da qualidade de vida das famílias;
- c) preparação da comunidade para a correta utilização das habitações, especialmente no que diz respeito às unidades sanitárias e à rede de esgoto;
- d) demonstração das responsabilidades dos beneficiários na correta utilização e preservação dos serviços implantados, tanto os individuais como os coletivos;
- e) promoção de campanhas educativas de saúde e de utilização e preservação dos serviços implantados evitando o desperdício de água e energia elétrica e contribuindo para a melhoria do orçamento familiar;
- f) estímulo à busca de parcerias com o objetivo de dar continuidade em caráter permanente às ações de educação ambiental;

g) divulgação de informações, programas e projetos de natureza ambiental de modo a possibilitar a ampliação da consciência ecológica das populações;

h) fomento e implementação de atividades educativas ligadas à separação e reciclagem de resíduos sólidos.

Verificamos nestas orientações os objetivos de democratizar o processo de planejamento e implementação da política urbana e habitacional, abrindo os espaços de discussões junto à comunidade, em que a utilização do termo *sustentabilidade* representa a busca pela durabilidade e “manutenção” dos empreendimentos e dos “possíveis” resultados das ações socioeducativas do trabalho social. No entanto, devemos estar atentos ao modo como são realizadas essas ações, que, apesar de estarem inseridas em uma política que se pretende democrática, e visualizar o caráter de durabilidade e de longo prazo, devem atender prazos e aprovações para o recebimento de recursos financeiros para a sua realização.

De acordo com Raichelis et al⁴⁵ (2008, p. 238), o aspecto socioeducativo do trabalho social, que também se estende a outras políticas sociais, na política habitacional, normalmente, assume a perspectiva de divulgador de novos códigos de condutas individual e familiar, com a finalidade de enquadrar a população nos padrões de sociabilidade, “considerados adequados socialmente e que se reproduzem no âmbito da gestão pública”, havendo um reforço às práticas disciplinadoras e de controle, pautadas em relações moralizadoras e de tutela entre técnicos e população.

O caráter disciplinador e centralizador das decisões destas ações podem ser observados, primeiramente, pelo planejamento das ações socioeducativas, em que o projeto é elaborado antes mesmo da realidade social ser conhecida pelos gestores, estando pouco passíveis de modificações, devendo responder mais às exigências do agente financiador, que objetiva seguir as principais linhas da política urbana (pelo menos no nível formal), em detrimento das escolhas e necessidade da população, como podemos observar nos seguintes relatos:

⁴⁵ Os referidos autores desenvolveram pesquisas sobre o trabalho técnico social de projetos de habitações populares realizados a partir do Programa de Locação Social – PLS voltado para os moradores de favelas do Rio de Janeiro.

Elaborei e executei as primeiras fases do projeto da Vila da Barca [...] dificilmente os projetos passam por modificações [...] já aconteceu de termos que modificar o projeto, mas isso depende muito da imediaticidade do mesmo, porque às vezes temos que executar logo [...] e como o projeto social tem que acompanhar o projeto físico temos que resolver imediatamente algumas questões, pois a engenharia [o projeto de trabalho técnico físico] tem que seguir [...] (Assistente Social A).

[...] a proposta é fechada [...] eles te dão as orientações, pedem palestras, cursos [...] então tem uma linha [...] ao longo do desenvolvimento do projetos você percebe que eles [os projetos] devem ser passíveis de modificações, mas pelo fato de já terem sido firmados antecipadamente, então isso não ocorre [...] então as modificações que foram verificadas como necessárias passam a ser utilizadas como base para projetos futuros [...] eu vejo eles muito fechados. (Assistente Social B).

[...] na verdade ele [o projeto] tem que se adequar aquela população, tanto que há o precedente de realizar aquilo que não estava previsto no projeto [...] inicialmente você elabora o PPTS [...] mas só naquelas bases do levantamento; vamos à área e verificamos se é viável aquela atividade ou não [...] essa reprogramação só pode ser feita com a avaliação dos técnicos da Caixa Econômica, pois eles devem estar ciente da reprogramação daquelas atividades [...] (Assistente Social D)

Dentre as exigências do agente financiador, há o ideal de que o trabalho Técnico Social seja compatível com as intervenções físicas. Deste modo, é dada a mesma importância às duas frentes, apesar do projeto físico se destacar em termos financeiro. Esta situação acarreta conflitos ao trabalho social, que nas orientações e nos próprios projetos elaborados se diz em longo e médio prazo, no entanto, isto não se efetiva, haja vista que os mesmos têm que responder às questões imediatas, por tais como a ausência de repasse de recursos ou à exigência de alcançar o projeto físico.

Deste modo, assim como todo projeto social, a educação ambiental também é influenciada pela lógica de trabalho da instituição responsável, que segue orientações para poder receber recursos do órgão financiador, devendo documentar todas as suas ações, mostrando resultados imediatos por meios de relatórios e fotos, esquecendo-se do caráter de longo prazo das atividades socioeducativas.

[...] pelo atraso da obra do projeto físico e do social [...] a palestra 'Educação Patrimonial, poluição sonora em ambiente condominial' voltada para os moradores já reassentados na terceira etapa do projeto [Vila da Barca] ainda não aconteceu [...] só que os moradores reassentados estão só no papel [...] a grande maioria está ainda está na palafita e ainda não foram pro auxílio moradia [...] pelo cronograma do projeto, agora, nesse período já era estarmos reassentando esses moradores [...].essas famílias [...] era pra estarmos trabalhando essa parte ambiental [...] está fazendo esse trabalho com os moradores [...] está muito atrasado a gente vai ter que fazer alguma palestra [...] então vamos trazer sobre poluição sonora só que em área de palafita, não como deveria está que era nos apartamentos [...] (Assistente Social C)

Ao estar subordinada a esta lógica institucional, verificamos que os conteúdos a serem trabalhados na educação ambiental também acabam sendo pontuais

A Caixa Econômica exige a educação ambiental [...], o Ministério das Cidades também, mas acho que isso não é objetivo deles não [...], pois é algo muito superficial [...] porque assim eu também entendo que o direito habitacional também está ligado ao meio ambiente, só que as ações acabam sendo muito pontuais. Consideramos a realidade de cada comunidade [...] por exemplo, na Vila da Barca não realizamos como atividades da educação ambiental a arborização, situação que foi diferente das áreas do Paracuri [que fica em Icoaraci] e da Estrada Nova, que são espaços mais amplos. Mas nesses locais o que há de comum é a grande quantidade de lixo jogados nas ruas e nos rios. (Assistente Social A)

Como resultado desta situação, há o descrédito do trabalho social não só por parte da população, mas também pelos profissionais que elaboraram e executam as atividades, pois são ações que devem ter momento certo para iniciar e encerrar. O projeto físico e o social, evidentemente, são de ordem e escala diferentes, em que o primeiro apresenta resultados imediatos, enquanto que o segundo envolve subjetividades e modos de vidas diversos, suscitando conflitos entre os envolvidos: técnicos e moradores.

[...] há maior receptividade ao [trabalho] físico do que ao social [...] do projeto [...] se levarmos em conta o trabalho físico desde dezembro de 2007 não entrega uma casa [...] então daí já dá pra ver a receptividade [...] os moradores reclamam mesmo! [...] quando as coisas acontecem a comunidade está de braços abertos pra nos receber [a equipe do PTTS], que nem agora [...] (Assistente Social C)

Um traço comum das ações do trabalho social é o reforço das práticas disciplinadoras e de controle, que estabelecem relações de cunho moralizador e de tutela entre os técnicos e a população, individualizando os problemas sociais, culpabilizando assim a população por suas vulnerabilidades e carências, fatores que nos indicam a importância de explicitarmos as concepções, diretrizes e valores que são informados no trabalho social (RAICHELIS et al, 2008).

Então, como uma das primeiras limitações da educação ambiental no trabalho social é a sua realização junto à educação patrimonial e sanitária, que se referem aos usos e cuidados com a estrutura física dos imóveis. Apesar das tentativas de atender algumas particularidades das áreas, ainda assim estas intervenções não perdem o seu caráter “*demésticador*”, pois primeiramente visam repassar aos moradores códigos de conduta e de comportamento para adequá-los a uma “nova” realidade.

Já tivemos momentos em que o próprio morador se dirigiu a nós muito irritado, perguntando se nós achávamos que eles eram uns selvagens, pois nas palestras sobre ‘Educação Sanitária, Ambiental e Patrimonial’ estávamos falando como se deveria usar o vaso sanitário [...] então eu conversei com eles, perguntei quantos não tiveram ou não têm vasos sanitários na suas casas [...] então num numero de 27 pessoas 6 levantaram as mãos [...] porque assim muitos vieram do interior e de locais que não tinham esgotamento sanitário (Assistente Social A).

É muito bem explícita nas falas dos profissionais que a compreensão da questão ambiental está reduzida aos seus aspectos meramente naturais, além da percepção limitada da problemática ambiental no espaço urbano à questão do lixo, situação que se refletirá no próprio planejamento da educação ambiental.

[...] como problema ambiental nestas áreas identifico o problema de muito lixo jogado nas ruas e nos rios [...] isso acontece tanto na Vila da Barca como na Estrada Nova, em que as pessoas têm o hábito de jogar o lixo nos rios. Também tem a questão de que nesses locais não há esgotamento sanitário, então vai tudo direto para o rio [...] no Paracuri identifico a questão do desmatamento, pois neste local havia muitas árvores, só que como a maioria dos moradores são artesões havia muita retirada de madeira [...] outro fato é que eles também cavavam muito a área para a retirada de barro para fazerem vaso e outros artesanatos para serem vendidos lá em Icoaraci [...] no Canal da Quintino [área correspondente ao Projeto da Estrada Nova] tiveram que tirar as árvores que os moradores plantavam próximo ou sob o canal [...] aquele espaço era o lazer deles, porque tinha sombra, ventava, e nos finais de semana eles se recolhiam no local para beber com os amigos [...] realizamos reuniões para conversar sobre isto com os moradores [...] só que o trabalho físico tinha que continuar [...] (Assistente Social A).

[...] aqui na Vila [...] é mais a questão do rio mesmo [...] mas acho que assim que não é um problema ambiental que seja causado pela empresa [...] é algo culturalmente alimentado pelos próprios moradores [...] se você andar por aqui vai observar constantemente o acúmulo de lixo [...] lixo doméstico [...] é lixo [...] de construção [...] tudo é jogado na baía [...] mas não é que a empresa (UNIENGENHARIA) não realize ações [...] temos o *botafora* [...] que tem essa preocupação [...] até porque é contratual é exigência [...] mas a empresa não trabalha com a comunidade [...] quem trabalha com a comunidade é a SEHAB [...] acho que dentre as linhas do PTTS a educação ambiental é um traço à parte. Na Estrada Nova [...] os canais [...] acho que está tudo ligado né? [...] na Estrada Nova é o lixo também [...] que vai todo pra baía [...]. (Assistente Social B).

Percebemos este quadro como resultado da ausência de reflexões teóricas por parte do profissional, que, pelo fato de não ter se atualizado sobre o assunto, recorre aos discursos hegemônicos, que responsabiliza e percebe como solução o comportamento individual, e que principalmente *culpabiliza* a população por estas problemáticas, excluindo o caráter social das suas constatações. Como consequência deste contexto, na postura e no fazer profissional, percebemos o descrédito e desmerecimento das ações socioeducativas no tratamento das problemáticas ambientais, e a valorização das ações taxativas, que apontam os

deveres da população para a garantia da qualidade do meio ambiente do espaço urbano.

[...] eu acho que o poder público tem que exigir mais da comunidade [...], dar responsabilidades mesmo [...], não assumir pra si somente [...], vemos o poder público atuando, como exemplo disto, percebemos a campanha sobre a dengue [...], as pessoas pensam que é só da prefeitura este dever, mas não é [...] as pessoas devem saber que cada um tem que fazer a sua parte, porque no final todo mundo é penalizado. Certa vez li que estavam dizendo que na Amazônia, quer dizer no Pará, [...] que Belém é uma cidade muito suja [...], e é verdade [...], as pessoas jogam lixo nas ruas, que acabam parando nos bueiros e quem depois é responsabilizado? A prefeitura. Acredito que devem ser feitas campanhas, palestras e também a aplicação de multas [...] quem quiser colocar entulho na rua vai ser multado, pois esse tipo de lixo não é de responsabilidade da prefeitura [...] é só do lixo domiciliar [...], então tem que deixar claro [...], num desses países desenvolvidos a pessoa é multada se jogar papelzinho [...], não pode plantar uma árvore sem comunicar ao poder público. E também essa questão do não cumprimento daquela lei, daquela diretriz. Então deve ter é a fiscalização, tem que multar! Quando as pessoas sentirem no bolso vão logo mudar. E quem não puder pagar, não faz mais. (Assistente Social C).

[...] assim, eu acho, que deveria ser mais cobrado da população mesmo e o Estado também deve fazer valer as suas leis, tem tanta lei aí que fala que não se deve ocupar áreas que são protegidas, mas mesmo assim as pessoas fazem [...], tudo bem que eu sei que as pessoas também têm o direito de morar, pois todo mundo quer algo que seja seu [...] mas está faltando mais rigor para que essas leis sejam respeitadas, falta mais fiscalização. (Assistente Social A).

Apesar dos profissionais apontarem a ausência de cumprimento das leis referentes ao meio ambiente e argumentarem sobre a taxaçoão como soluçoão, nas orientaçoões da educaçoão ambiental do PTTS e nas falas dos próprios técnicos, não percebemos a proposiçoão de açoões que pudessem divulgar as leis referentes ao meio ambiente e ao espaço urbano, restringindo a educaçoão ambiental a palestras sobre água, lixo e arborizaçoão, esvaziados dos seus conteúdos jurídicos.

[...] na verdade, isso já vem de lá a diretriz do que deve ser trabalhando essa questão aí [...], acho que é a questão lixo, questão água, né [...] tratamento da água e tal e utilização dos recursos hídricos [...], já tivemos uma palestra sobre isso [...], arborização [...], já era pra ter feito [...] caminhada ecológica também tudo isso [...], conscientizando a comunidade sobre a importância da natureza, de manter e conservar [...] (Assistente Social C)

[...] assim nas nossas atividades de educação ambiental trabalhávamos muito a questão do lixo [...], não se conscientiza ninguém, e sim sensibiliza [...], a educação ambiental, ela tem resultados não é a médio e nem a curto prazo, mas é de longo prazo [...], não tendo como ver estes resultados de imediato [...], só que na educação ambiental a gente trabalha muito com as crianças, porque parece que eles dão muito mais atenção a isso, são mais receptivas do que os adultos [...], e quando a criança aprende ela acaba falando para os pais também. Pra mim isso é de responsabilidade dos moradores que acabam ocupando locais que não são adequados, mas também é do Estado que não faz valer as suas leis [...] porque assim [...] todo mundo quer ter um lugar pra morar, ter algo que é seu. (Assistente Social A)

[...] eu vejo eles [os projetos habitacionais] muito fechados [...], a educação ambiental que seria aberto [...] a palestra e aí você pergunta para a comunidade qual o assunto, os cursos que você quer aprender? [...] acho isso muito limitado [...] aqui água, porque estamos num meio onde as famílias [trabalham e o sustento] delas é o rio [...], o outro é o lixo, aqui tem muito lixo [...] (Assistente Social B)

Entre os profissionais entrevistados, foi constante o apontamento de dificuldades para o tratamento da questão ambiental, principalmente pela via da educação ambiental, em que muitos ainda não se viam preparados para trabalhar com esta demanda, o que também consideramos isto como um dos fatores que fazem das ações de educação ambiental pontuais.

Eu não entendo muito bem sobre isso [...], prefiro trabalhar com a comunidade muito mais as atividades de geração de trabalho e renda [...], já as ações de educação ambiental é mais complicado [...], nos exigem a educação ambiental só que normalmente quem realiza essas atividades são outras secretarias como a SESAN [Secretaria de Saneamento] e a SEMMA

[Secretaria de Meio Ambiente], com certeza a assistente social dessas secretarias vai saber lidar melhor com a educação ambiental. (Assistente Social A).

Acho que instrumentais a gente [o Serviço Social] tem [...], podemos realizar palestras, elaborar projetos, mas tudo isso precisa de fundamentação teórica [...], há a necessidade de elaborar conhecimentos, refletir e depois executar [...], o serviço social, a gente atua no sentido de desenvolver atividades que despertem os próprios profissionais e o cliente que ele está atuando [...], apropriação de conhecimento [...], ninguém conscientiza ninguém, então é despertar as pessoas para isso [...], tem instrumentos específicos do serviço social, mas qual deles se encaixariam melhor para o meio ambiente? Essa reflexão deve ser realizada por todos os profissionais não só o assistente social [...], não é algo singular. (Assistente Social B).

[...] a gente tem essa dificuldade [...] de formação mesmo, de como trabalhar sobre meio ambiente, tanto é que quando tem esse tipo de palestra chamamos outro tipo de profissional, um profissional mais capacitado, que tenha mais experiência nessa área, pra poder fazer esse serviço pra gente [...], não é como uma palestra de planejamento familiar, de álcool, que a gente mais convive, tem mais intimidade, que é a própria formação nossa [...], a gente acaba fazendo o que nos é orientado [...], se tem mutirão ecológico, então vamos fazer, vamos procurar parcerias, pra quem a gente tem que passar isso aí, qual é a secretaria [...], a gente pode fazer, mas tem a questão da empresa, que é uma questão de gasto, de custo, porque a gente pode fazer [...], o nosso relatório é assim: atividade realizada e atividade não prevista, porque pode fazer, quando a gente faz uma atividade que não está no projeto a gente coloca lá: atividade realizada e não prevista [...] já trocamos palestras por questão de reunião aqui [com os moradores], só que assim [...] tem que seguir as orientações que vem já lá de cima. (Assistente Social C)

Somado a isto, há dúvidas quanto ao assunto e ao termo meio ambiente, não só no que se refere à sua atuação profissional, mas enquanto sujeito, fazendo com que este profissional ainda se sinta inseguro para trabalhar com esta demanda e recorra ao discurso hegemônico, que exclui o caráter político da discussão ambiental.

Ai [...], eu não quero responder sobre isso [...], pois é muito complicado [...] assim, eu sei que é algo muito amplo e complexo, pois me lembro da época do meu curso de especialização e percebi que nisso há muito jogo de interesse em que todos falam que querem proteger e conservar, mas há muito interesse econômico por parte das empresas [...] (Assistente Social A)

[...] é difícil [...], assim, eu acredito que essa reflexão ambiental parte [...] porque não trabalhar com o indivíduo? Porque o ambiente é onde vivemos [...], o ambiente é desde onde moramos até o que está fora; todos os nossos hábitos vão gerar consequências, até o hábito de jogar lixo no rio, isso vai trazer consequências futuras para os meus descendentes como para os animais, os peixinhos [...] Então, assim eu acredito, que essa compreensão parte da particularidade, eu enquanto pessoa quanto os meus valores e pra depois multiplicar isso para os funcionários, os seus familiares e assim sucessivamente [...], deve ser trabalhado tanto com os profissionais quanto com os funcionários, porque é uma atitude minha não é de um grupo somente, mas cada pessoa tem a sua parcela de responsabilidade [...], eu acho que é cultural [...], digamos que já vem de uma cultura negativa [...], eu penso assim. (Assistente Social B).

No entanto, assim como é bem argumentado por Maciel (2009, p. 214), compreendemos que este quadro se constitui como um dos resultados do caráter contraditório da nossa própria formação e prática, em que este profissional é formado para trabalhar em uma realidade social que o renega, pois ao ter como objetivo de lidar com os direitos e cidadania em uma sociedade que é regida pelas leis e hábitos do mercado, que não se interessa em indivíduos conscientes quanto a seus direitos e que muito menos lutem por eles, portanto, sendo insuficiente somente conhecer a rotina de trabalho do assistente social para podermos compreender a constituição da identidade de uma profissão que, assim como a identidade do sujeito assistente social, ainda está em processo de construção, em que

[...] os atores que produzem e reproduzem, consciente ou inconscientemente, a própria instituição em suas ações rotineira, vão cimentando as estruturas vivas da própria instituição. Esse processo se realiza de uma forma tão intensa que os atores que formam a instituição, invariavelmente são absorvidos pelo senso comum do cotidiano institucional e, assim, tendem a 'desvincular a ação e a experiência humana da moldura contextual que lhe confere realidade e compreensibilidade (SOUZA, 2003 *apud* MACIEL, 2009, p.217).

Contudo, mesmo sendo uma profissão que ainda está em processo de construção de identidade e de projetos societários, apontamos que a dimensão educativa do profissional do Serviço Social está na sua particularidade, em que o assistente social além de trabalhar com a sua própria consciência, também trabalha com a consciência dos outros indivíduos sociais, a fim de alcançar mudanças nos atos e comportamentos, portanto, possuindo uma dimensão educativa (NICOLAU, 2004).

Temos a perspectiva de que o cotidiano oferece à prática profissional do assistente social possibilidades de refletir sobre a questão social e suas expressões, podendo contribuir para o rompimento de valores, que tem por objetivo alimentar os hábitos consumistas que fundamentam a sociedade capitalista, que ao mesmo tempo em que depreda, também procura combater a questão ambiental, no entanto, recaindo suas estratégias de controle somente sobre uma classe que ainda é vista como "vilã", ou melhor, como responsável pelo quadro de crise ambiental, sendo esta ideia reproduzida, inclusive, por profissionais que os têm como usuários.

[...] mas acho que, assim que, [a grande quantidade de lixo produzido], não é um problema ambiental que seja causado pela empresa [...] assim é culturalmente alimentado pelos próprios moradores [...] se tu andas por aqui você constantemente vê o acúmulo de lixo [...] é de lixo doméstico, é lixo de construção [...] tudo é jogado na baía [...] mas não é que a empresa não realiza ações [...] (Assistente Social B)

Além do mais, a formação deste profissional é estabelecida a partir de uma relação de comunicabilidade entre os indivíduos sociais, não sendo um mero discurso teórico, porque as informações advêm do fazer, o assistente social reestrutura saberes, podendo estas informações muitas vezes ser contrapostas ao saber adquirido no seu processo formativo. O trabalho profissional tem nas suas informações ideias complexas e fontes acerca de suas características e atividades,

havendo “uma pluralidade de discursos (teórico, histórico, político e ideológico) sobre esse fazer profissional, suas características e finalidades, bem como sobre a formação requerida para o mesmo, às exigências, condições e relações que devem caracterizá-la.” (NICOLAU, 2004, p. 90)

Apesar dos equívocos quanto às possíveis contribuições do profissional assistente social para trabalhar nos projetos de habitação popular e urbanização, do mesmo modo, com a problemática ambiental, é comum nas considerações dos entrevistados a percepção de que o diferencial da profissão é a de que trabalhamos e devemos considerar as particularidades do nosso usuário: a situação de pobreza e exclusão.

A atuação do assistente social é importante, porque ele não fica somente na realização do projeto, mas ele percebe quais são as outras necessidades da comunidade, que não se restringe somente aos problemas de moradia [...], pois aqui há idosos, deficientes, crianças [...], pessoas que necessitam ter esclarecido os seus direitos e serem encaminhados para outros serviços. (Assistente Social A).

[...] quanto à importância do assistente social acho que é por conta da nossa formação, os instrumentais técnicos [...], estamos aptos para trabalhar com a comunidade, fazer visitas domiciliares [...], estamos mais perto [...], eles [a comunidade] também exigem o assistente social [...] porém estamos um pouco limitado aqui no projeto [...], seguimos as orientações do Trabalho Técnico Social, que é a COTS que é da Caixa Econômica Federal, que está pautada nos três eixos: educação ambiental, patrimonial, sanitária.; capacitação, geração de trabalho e renda, mobilização social comunitária [...], participação popular [...], é comum eles perceberem assistente social como alguém que pode resolver tudo, mas aí dizemos que não, então encaminhamos [...] o que não é da responsabilidade do projeto, acabamos encaminhando [...], encaminhamos para o CRASS do Barreiro, Ministério Público, a defensoria [...], temos uma receptividade maior [...], o morador já chega falando que não quer o psicólogo, não quer o pedagogo (Assistente Social C).

O assistente social, ao trabalhar com as diversas expressões da questão social, deve esclarecer à população quanto aos seus direitos sociais e os meios de ter acesso a estes (IAMAMOTO, 2004, p. 26), e ao ter esta percepção, o profissional deve estar atento à sua prática profissional, não utilizando essa sua particularidade

de lidar diretamente com os sujeitos sociais, de maneira alienante, como nos aponta Abreu:

[...] uma profissão de cunho educativo, inscrita, predominantemente, nos processos de organização/reorganização/afirmação da cultura dominante – subalternizante e mistificadora das relações sociais – contribuindo para o estabelecimento de mediações entre o padrão da satisfação das necessidades sociais, definido a partir dos interesses do capital, e o controle social sobre a classe trabalhadora. (ABREU, 2004, p.44).

Considerando que a realidade envolve um múltiplo de interesses e discursos, perceberemos como emergência de novas demandas para o profissional do serviço social - principalmente para o profissional que está inserido na realidade amazônica - a discussão sobre meio ambiente que exige deste profissional novas respostas tanto no campo investigativo quanto no campo de intervenção (TEIXEIRA, 2004). Haja vista que nas cidades amazônicas esta problemática terá dimensões diferenciadas, como foi possível observar nas falas anteriores e nas seguintes:

Lá no Tangarás [Projeto habitacional realizado em Castanhal], o grande problema que eu posso lhe dizer é que foi o desmatamento da área [...], o desmatamento sem fazer um projeto, uma proposta de reflorestamento, pois se desmatou aquela área [...], acho que ali no Tangarás, uma transição [rural e urbano], pois tinha algumas unidades habitacionais [...] e só tinha uma linha de ônibus para ir pra lá [...], já aqui na Vila [da Barca] é mais a questão do rio mesmo. (Assistente Social B)

Vila da Barca [...] eu acho que aqui é a questão de infraestrutura mesmo [...], a questão do lixo [...], é muito lixo e os moradores não tem outra opção [...], a única solução é colocar o lixo nas palafitas [...], eu ainda não vi assim outro local para despejar o lixo [...], eu ainda não vi [...], aqui mesmo dentro do projeto já tentaram colocar aquelas lixeiras pra separar o lixo [...] como o vidro e outros materiais, só que não deu certo. Então é uma das barreiras mesmo [...] (Assistente Social C)

Considerando que a realidade envolve um múltiplo de interesses e discursos, perceberemos a emergência de novas demandas para o profissional do serviço social: a discussão sobre meio ambiente, exigindo deste profissional novas respostas tanto no campo investigativo quanto no campo de intervenção (TEIXEIRA, 2004). Situação que se complexifica para o profissional que está inserido na

realidade amazônica, haja vista que nas cidades amazônicas esta problemática terá dimensões diferenciadas, como foi possível observar nas falas anteriores e nas que se seguem:

[...] as intervenções acabam sendo um choque no cotidiano das famílias, pois saem de uma forma e vão ter que morar de outra forma [...] , conseguem moradia, saneamento, infraestrutura, mas não é compensativo [...], pois no outro lugar tinha o rio que tirava a subsistência [...], os valores são os mesmos [...], só melhorou o espaço físico [...], continua com a mesma qualidade de vida, pois não proporciona melhor qualidade econômica [...] [vai ter que] pagar luz, energia [...] fora do orçamento [...] as ações atingem só uma necessidade que é de melhoria do espaço físico [...], há cursos de geração de renda, mas não encaminha para o emprego [...], então as intervenções são médias e muito pontual, temos que ampliar as intervenções que são muito limitadas [...], é cultural sim [...], é de pai para o filho [...], na verdade, existe todo um sistema: o governo não traz programas e ações de incentivo [...], acaba sendo tudo marketing, é mais logomarca [...], Amazônia [...], Amazônia [...], mas em que sentido é isso, [...] não está sendo realizado [...] não consigo visualizar isso, apesar de existir até uma vontade. (Assistente Social B)

O assistente social lida diretamente com as expressões da questão social, nas quais situamos a questão ambiental que vem emergindo nas discussões políticas e econômicas, passando a ser visionada pelo Poder Público nas suas intervenções e exigindo profissionais qualificados para lidar com esta demanda. As discussões referentes ao espaço urbano não estarão livres desta percepção do caos ambiental que vem se instaurando, portanto, havendo a necessidade deste profissional está se instrumentalizando e refletindo sobre este espaço de contradição.

Iamamoto (2004, p.18) nos alerta que não devemos cair numa “dupla armadilha”, devemos estar atentos às demandas dos indivíduos sociais, que são atingidos pelas expressões da “questão social” e não desatrelá-la da totalidade social, que envolve um amplo esquema de contradições nos processos sociais, ao depositarmos num indivíduo a problemática da questão social. Decorrente deste raciocínio, também percebemos a problemática ambiental dentro do contexto amplo,

e dentro disto, as possibilidades de trabalhá-las de maneira articulada, partindo da totalidade para as particularidades.

Yazbek (2004) nos aponta o risco de regressão dos direitos sociais, chamando a atenção para a postura do assistente social, que é uma categoria que lida com as políticas sociais, com o direito social, e que tem como intermediação com a realidade a questão social; levando-nos a refletir sobre uma prática que possa dar conta desta contradição, na busca de estratégias e mediações que possibilitem a articulação do modo de vida dos espoliados com os direitos e a cidadania.

Como avanços da política urbana, há a constante busca pela democratização de tais espaços por meio da participação e controle social nos projetos habitacionais destinadas às áreas de interesse social, sendo uma tônica destas políticas a busca pela parceria da sociedade civil nas resoluções das problemáticas urbano-ambientais, considerando a realidade social e espacial na elaboração e execução nos projetos habitacionais.

O assistente social ao ter como “pontes” para efetivar a sua relação com as classes sociais, os organismos da sociedade civil, em especial, o Estado (IAMAMOTO, 2004b, p.45), não deve engessar as suas estratégias por recomendações e critérios, pois, apesar desta concretude do cotidiano profissional, a sua subjetividade e processo de reflexão lhe oferecem possibilidades de ruptura e de ampliação destas ações que são meramente formais, tornando este profissional não somente um executor terminal de políticas públicas, mas também propositivo.

Apesar de relatos que se centram mais nas normas impostas ao trabalho, também há falas que demonstram a preocupação deste profissional em buscar novas estratégias.

[...] a questão ambiental na Amazônia, ela deveria ser trabalhada de forma mais eficaz hoje, verifico assim pelo pouco que conheço do local que eu trabalho assim: a questão ambiental ainda precisa ser pensada e discutida e pensar estratégias para de fato executar isso nos projetos, pensar as características da região, deveria haver um cuidado maior para que isso de fato fosse concretizado, pois isso retrata o nosso espaço, a gente está numa região que tem mananciais, então o meio ambiente esta relacionado com o espaço urbano então a gente tem que ver isso e trabalhar da melhor maneira possível, só que não é isso que a gente vê. Os locais que estão havendo intervenções urbanas já são áreas degradadas devido às

ocupações irregulares, em que não há o planejamento desses locais, temos pessoas que são carentes e que não tem onde morar, onde residir, que vai morar na beira do rio, vai morar em locais precários porque é a única opção. Essa questão do ordenamento é uma questão que deve ser bem trabalhada para que não se repita, por exemplo, a situação que está hoje o Paracuri, a Estrada Nova e a Vila da Barca que já são situações que já estão no seu limite [...], isso não falo só em nível de Belém, mas de todas as cidades amazônicas que sofrem que estão sendo urbanizadas, mas sem perceberem o meio que está sendo ocupado. (Assistente Social D)

Assim, devem-se buscar possibilidades de formulação de propostas para as ações de educação ambiental pelo assistente social a partir do próprio fazer profissional. Tendo em mente que a formação profissional não se faz somente por meio da informação teórica, mas também por meio do trabalho, como fazer profissional potencializador de novos conhecimentos, onde o profissional realiza a filtragem e a articulação do que lhe é apresentado (no concreto, no viver cotidiano) na sua prática, permitindo o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, e nisto percebemos a dimensão educativa do trabalho (NICOLAU, 2004).

A discussão fomentada por Maria Nicolau nos permite a compreensão da importância da atuação do fazer profissional para avanço da discussão teórica; e da reflexão teórica para o *fazer profissional* - pois não há teoria sem prática e vice-versa. A experiência concreta do trabalho é “[...] complexa, pois mobiliza a totalidade do indivíduo com sua história, experiências e o que foi apropriado na formação, bem como a dinâmica do espaço no qual a experiência se efetiva e o movimento da totalidade social lhes dá concretude” (NICOLAU, 2004, p.85).

Esta realidade concreta, como bem nos diz lamamoto (2006, p. 10):

Requisita um repensar coletivo do exercício e da formação profissionais, no sentido de construir respostas acadêmicas, técnicas e ético-políticas, calcadas nos processos sociais em curso. Respostas essas que resultem em um desempenho competente e crítico, capaz de fazer frente, de maneira efetiva e criadora, aos desafios dos novos tempos, nos rumos da preservação e ampliação das conquistas democráticas na sociedade brasileira.

É necessário tornar possível, para este profissional propor ações de educação ambiental coerente com as aspirações e demandas postas por aqueles, pois

A experiência acumulada pelos/pelas assistentes sociais com as camadas excluídas e marginalizadas é de fundamental importância para o desenvolvimento da perspectiva da educação ambiental como educação política, de intervenção, participação e voltada para a construção de uma sociedade justa e *sustentável*. (REIGOTA *apud* GÓMEZ; AGUADO; PÉRZ, 2005, grifo nosso).

O assistente social, enquanto profissional que viabiliza e implementa programas e projetos que visam os direitos sociais, deve compreender o contexto de contradições que estará inclusive no seu ambiente de trabalho, devendo assumir uma postura mais crítica perante tal situação, e lançar proposições de maneira estratégica, indagando orientações técnicas que lhe são postas, em que estes são os principais envolvidos na elaboração dos projetos técnicos sociais dos projetos habitacionais e urbanos, que incluem a educação ambiental como simples eixos de atuação, porém, mesmo assim, o assistente social deve vislumbrar enquanto demanda a questão do meio ambiente.

[...] é muito fácil eu falar que educação ambiental é isso, é aquilo, se eu não faço nada à respeito [...], acho que a prática é fundamental [sobre Amazônia e questão ambiental], não sei [...], dá nó [risos], acho que o assistente social não percebe isso na prática dele, porque como te falei: a questão ambiental ela é muito individual, é algo que precisa ser pensada, tanto a discussão ambiental quanto a Amazônia, precisam ser refletidas pelos profissionais e pensar em propostas [...], pois isso não tem no nosso currículo, mas a gente tem que trabalhar com isso [...], olha a disparidade [...] temos que ter fundamentação teórica para atuar [...], acho eu que está precisando, é algo que não é foco, mas que está em pauta, temos que nos aprofundar no assunto para buscar propostas [...] (assistente social B)

Fato que nos mostra que não devemos ver as teorias que perpassam o nosso currículo como simples critérios de formação distanciada do trabalho, mas vê-las como meios de intervir na realidade social de maneira coerente, possível de modificações, pois a vivência não é fixa e nem determinada, utilizando a experiência como maneira de reformular o saber. E hoje percebemos que apesar de discussões em torno da questão ambiental e das discussões em torno do projeto ético - político do Serviço Social, ainda há lacunas quando se trata desta temática.

Portanto, esta experiência mostra-se muito rica para o profissional do Serviço Social que possui uma longa trajetória na luta por direitos sociais e na capacitação e fomentação dos movimentos sociais, mostrando-se como ideal na discussão sobre a participação popular e controle social nas políticas que envolvem os direitos urbano-ambientais, o que demonstra que este profissional é capacitado para trabalhar como educador ambiental, ou até mesmo de planejar as ações de educação ambiental.

Porém, o assistente social necessita se instrumentalizar sobre a temática e formar um discurso condizente com o histórico da profissão e com o projeto ético-político ainda em construção. Para que a dimensão educativa se concretize, é necessário o profissional ter conhecimento da realidade vivida pelo indivíduo sem descolá-la da realidade social, ou seja, do concreto, para poder propor “intencionalidades e objetivos a seus projetos iniciais”, portanto, envolvendo o campo político-ideológico enquanto espaço de atuação do assistente social. (NICOLAU, 2004).

De acordo com Nicolau (2004, p.89), na totalidade social, há uma “polissemia de discursos” de determinadas profissões, que refletem “*sínteses ideoculturais dos conflitos e contradições, historicamente engendradas a partir da base material na qual as profissões são exercidas*”, e neste processo incluímos o discurso da sustentabilidade ambiental e Amazônia, bem como cidades amazônicas, que apesar de serem termos contidos nos manuais das políticas habitacionais, estes foram poucos mencionados nas falas e reflexões dos profissionais entrevistados. Estes, assim como a identidade da profissão, ainda estão em processo de construção, de disputa e em emergência, necessitando serem apropriados pelo Assistente Social que não os verá somente nas políticas ambientais e urbanas, mas também nas políticas sociais.

Ao termos o entendimento de que a questão ambiental é uma das expressões da questão social, na qual o assistente social é tão requisitado a intervir e de que “pensar a sustentabilidade sem pensar a justiça social, [é] no mínimo, inadequado” (REIGOTA, 2005), é de que há a necessidade de profissionais que possam visualizar e refletir sobre a dimensão social da questão ambiental, principalmente para uma região que é historicamente atravessada pelos efeitos negativos do processo de acumulação do capital, que, igualmente ao seu território, tem a sua população subordinada às decisões externas, apesar de termos

avançados em políticas e leis que buscam pelo protagonismo destes sujeitos, portanto sendo crucial estarmos aproveitando os espaços que nos possibilitem romper com esta realidade. Aqui, como oportunidade, visualizamos a educação ambiental, que ainda necessita ser instrumentalizada, apropriada e utilizada como ferramenta para a formação de indivíduos conscientes quanto aos seus direitos e deveres.

4.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

A Política Nacional de Educação Ambiental foi instituída pela Lei Federal nº 9.795 e sancionada no dia 27 de abril de 1999, regulamentada em 25 de junho de 2002, por meio do decreto nº 4.281, no qual são definidos os princípios referentes à Educação Ambiental que deve ser seguido em todo o país, retomando os ideais defendidos nos diversos eventos nacionais e internacionais (CARVALHO, 2006, p.85). De acordo com a Lei 9.795/99 (grifo nosso), a educação ambiental compreende

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua *sustentabilidade*.

Após a promulgação da PNEA, foi criada a Coordenação Geral de Educação Ambiental, no Ministério da Educação (MEC), e a Diretoria de Educação Ambiental, no Ministério do Meio Ambiente (MMA), ambas como instâncias de execução desta política, inserindo a educação ambiental nas políticas públicas do Estado brasileiro. No âmbito do MEC, é entendida como estratégia de incremento da educação pública, e no interior do MMA como uma nova função de Estado. (SORRENTINO et al, 2005, p.209). Os mesmos pautam-se no Programa Nacional de Educação Ambiental/PRONEA, que é responsável pela implantação de

[...] programas e projetos junto às redes públicas de ensino, unidades de conservação, prefeituras municipais, empresas, sindicatos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, consórcios e comitês de bacia hidrográfica, assentamentos de reforma agrária, dentre outros parceiros .

A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99) tem como um dos seus principais objetivos a priorização da participação popular e o combate à visão

unilateral e unidisciplinar do meio ambiente, presente no artigo 5º, inciso I, enfatizando a importância da interdisciplinaridade metodológica e epistemológica na educação ambiental (SORRENTINO *et al*, 2005, p. 289). Indicado no artigo 2º, como

[...] componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

O reforço a esses dois princípios tem por finalidade mobilizar a responsabilidade coletiva na implementação dos princípios básicos, objetivos e estratégias, no qual esta lei fornece um roteiro para a prática da educação ambiental e na sua regulamentação (Decreto 4281/02), indicados no Ministério da Educação e do Meio Ambiente como órgãos gestores dessa política (Idem, p.290).

Carvalho (2006, p.87) nos aponta que apesar da Lei 9.795 salientar no seu artigo 5º, inciso III, a importância e o “estímulo e o fortalecimento de uma *consciência crítica sobre a problemática ambiental e social*”, por meio da Educação Ambiental que dará base para a “construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade”, isto ainda não se apresenta como consenso quando diz respeito à sua natureza, definição e conceitos-chaves⁴⁶, devido a sua complexa herança histórica, ligada ao viés apaixonado dos primeiros movimentos ambientalistas radicais, indo até a formal disciplinarização proveniente dos PCNs.

Guimarães (2008), objetivando oferecer subsídios teóricos aos educadores ambientais, afirma que as categorias educação ambiental e sustentabilidade ainda necessitam ser estabelecidas e serem alvos de reflexão, haja vista que o modelo de desenvolvimento da sociedade contemporânea possui paradigmas que o reafirmam, portanto, resultando em um campo de disputa diante da multiplicidade de interesses e projetos sociais.

Carvalho (2006) afirma que do mesmo modo que a Educação (de maneira geral) pode ser mal utilizada no sentido de fortalecer e servir como instrumento de seleção, exclusão e de controle, a Educação Ambiental pode ser manipulada por

⁴⁶ E dentre estes conceitos-chave há a noção de sustentabilidade, mais um dos motivos que nos mostra a necessidade de irmos além dos pressupostos jurídicos da Educação Ambiental.

ideologias e valores, mostrando-se descompromissada com o exercício consciente da cidadania ou com uma reflexão ambiental mais ampla e interdisciplinar.

No discurso ambientalista governamental brasileiro, há dois tipos de matrizes discursivas: o discurso ecológico oficial e o discurso ecológico alternativo. O primeiro legitima a ideologia hegemônica e objetiva manter o *status quo*, sendo apropriado tanto pelo governo⁴⁷ quanto pelo empresariado brasileiro; enquanto que o segundo é o assumido pelo movimento social, articulados numa ideologia contra-hegemônica. O que nos faz compreender que a educação ambiental terá diferentes proposições pedagógicas de acordo com os interesses e a visão de mundo que lhe envolve. (LAYRARGUES, 2005, p.183).

A primeira matriz teórica articula-se ao projeto conservador liberal, divulgador da compreensão de que a transformação da sociedade depende de cada indivíduo, portanto, fazendo da educação (ambiental) um meio de transmissão de informações, e estritamente teórica, suficiente para a resolução de todos os problemas. Ideais fundamentados na ciência moderna que a partir de seu instrumental teórico-metodológico para a produção de conhecimento fragmentou a realidade em campos de estudos (GUIMARÃES, 2008, p.82/83).

Esse paradigma traz como consequências para a Educação Ambiental, a sua realização fragmentada e focada em aspectos ligados às problemáticas ecológicas, e assim, subsumindo o seu aspecto político, o que Loureiro (2005, p.70) identifica como “[...] mecanismos de promoção de um capitalismo que busca se afirmar como *verde* e universal em seu processo de reprodução, ignorando-se assim, seus limites e paradoxos na viabilização de uma sociedade sustentável”.

Como um dos indícios deste quadro que impõe limites teóricos e ideológicos à educação ambiental, citamos a própria reciclagem, que como uma das vias das ações socioeducativas, comumente é trabalhada como única maneira de formar “cidadãos comprometidos” com a questão ambiental. Acabando por alimentar a sociedade de mercado, pois não crítica e nem vai de encontro aos fins desta, pois não discute a redução do consumo, e nem coloca em xeque o fato de que os produtos, atualmente, estão cada vez mais descartáveis devido à diminuição de sua vida útil. (CARVALHO, 2006, p.184).

⁴⁷ E como representante do discurso ecológico oficial temos a Agenda 21, que de acordo com Philippe Layrargues omitiu a importância da redução do consumo.

Layrargues (2005, p.180) nos diz que ao estar inserida na lógica metodológica de resolução dos problemas ambientais locais, a reciclagem de lixo é utilizada de maneira pragmática e como atividade-fim na educação ambiental, resumindo-se a isto, não sendo vista como tema-gerador para questionamento das causas e consequências da questão do lixo, portanto, não atingindo diretamente a questão ambiental. Em que se percebe o incentivo à formação de catadores e sucateiros, que irão atuar como operários terceirizados da indústria de reciclagem, que trabalham sem qualquer benefício trabalhista (Idem, p.184). Deste modo, percebemos que a educação ambiental também se torna espaço de propagação dos interesses hegemônicos.

A partir do momento em que há uma forte concentração e enfoque do entendimento da problemática ambiental no espaço urbano à questão do lixo, ao seu processo terminal e ao descarte, subsumindo a sua relação com os padrões de vida incentivados e sustentados pela sociedade de consumo, massificando ações de combates limitadas à parte prática, a execução, tal como a reciclagem e os mutirões.

Para Limoeiro (1991 *apud* CARVALHO, 2006), a Educação Ambiental é um processo educativo que deve permear todas as disciplinas e todos os projetos de desenvolvimento que envolva a temática ambiental, ou seja, não é simplesmente uma nova disciplina que deve ser ensinada nas escolas, mas sim deve ter como objetivo informar e formar uma nova mentalidade, despertando nos cidadãos a responsabilidade individual e coletiva sob a questão ambiental.

Loureiro (2005, p. 72) nos aponta que uma das graves falhas dos processos educativos considerados transversais ou temáticos - como Educação Sexual, Educação em Saúde, Educação para o Trânsito e entre outros, dentre os quais também localizamos a Educação Ambiental - é a falta de clareza quanto ao significado da dimensão política em educação, tanto que a atuação dos educadores limitou-se à sensibilização dos indivíduos para os problemas ecológicos, pregando que esta situação será “corrigida” ou “atenuada” por uma correta gestão dos recursos naturais.

A educação ambiental por englobar as relações estabelecidas entre a sociedade, natureza e a solução para os problemas suscitados pela sociedade na natureza, possui um conteúdo amplo; podendo ser situado na educação aberta - que envolve a educação formal e institucional - e estendido à população. O autor ainda afirma que a educação ambiental propõe um ensino vivo e ativo, estando em

oposição ao “rigor academicista e o ensino livresco” (MUNÕZ, 1999 *apud* DUVOISIN, 2002, p.93).

Para Loureiro (2005, p.69)

A Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova visão ética da relação sociedade-natureza. Dessa forma, para a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos, a Educação Ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza [...]

De acordo com Guimarães (2008, p.62)

Em uma concepção crítica de Educação (Ambiental), acredita-se que a transformação da sociedade é causa e consequência (relação dialética) da transformação de cada indivíduo, havendo reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nessa visão, educando e educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas sociais e ambientais, sendo estes conteúdos do trabalho pedagógico. Aqui, a compreensão e atuação sobre as relações de poder que permeiam a sociedade são priorizadas, significando uma Educação Política [...]

Tais compreensões sobre a educação ambiental subjazem discussões sobre a própria educação, que não está limitada ao espaço escolar ou aos âmbitos formais. Assim, Marcos Reigota (1991 *apud* RUTWOSKI, 1993) reforça:

[...] não falemos mais em Educação Ambiental, mas simplesmente em Educação, como direito inalienável do homem, visando não só a utilização racional dos recursos naturais, mas também a participação nas decisões que lhe dizem respeito, estabelecendo uma nova relação com a natureza, desenvolvendo uma nova razão que não seja sinônimo de autodestruição.

A educação ambiental, enquanto educação política, deve preparar os cidadãos para exigirem os seus direitos e os capacitar para a autogestão nas relações sociais com a natureza, pautada num comportamento ético (REIGOTA, 2006). Contudo, estamos inseridos numa conjuntura, em que no país proliferam ações de cunho assistencialistas e paternalistas, portanto pontuais, não havendo o interesse da autonomia da população, onde os principais promotores da Educação

Ambiental são empresas e instituições aliadas a estes tipos de política de dependência.

Saito (2002, p.56) nos apresenta quatro desafios a serem enfrentados pela educação ambiental: a busca por uma sociedade democrática e socialmente justa; a compreensão da interdependência entre ambiente e sociedade na condução do desvelamento das relações de dominação em nossa sociedade; o reconhecimento de que há vivências efetivas de ações concretamente transformadoras, não somente um compromisso com a transformação social, ou seja, práxis que articula o conhecimento com a ação visando a transformação da realidade; e a necessidade de constante busca de conhecimento, considerando que a realidade é dinâmica devendo-se estar sempre atentos aos impactos ambientais e sociais.

Carvalho (2006, p.56) nos apresenta a Educação Ambiental como um “importante agente fortalecedor e catalisador dos processos de transformação social”, não sendo meras ações técnicas, desatreladas das questões locais, o que possibilita a reflexão política e não a realização de atividades repetitivas.

E nisto podemos perceber a atuação do Estado e de agências multilaterais, por meio de instituições, para propagarem os seus ideais desenvolvimentistas, utilizando e aproveitando todos os espaços que tornem possíveis os seus objetivos de acumulação, difundido tal ideologia. E, como um meio de divulgação da ideologia capitalista e neoliberal, há a Educação Ambiental, que pode ser usada como meio de “domesticação” (LOPES, 2004).

Percebemos por parte do discurso governamental, o incentivo às ações de preservação ao meio ambiente natural, na utilização de temáticas universais, que podem ser trabalhadas com pessoas de todas as idades e de diferentes níveis de escolaridade; no entanto, as decisões e planejamento das ações são realizados pelos gestores e técnicos de projetos direcionados à moradia (importante ação na consolidação do direito à moradia, presente no Estatuto da Cidade), que seguem uma “cartilha de atuação”, realizando-a de maneira imediata, não relacionando as questões globais à realidade específica dos moradores, que envolve questões políticas e ambientais.

A educação ambiental deve estar presente nos âmbitos formais e informais do processo educativo, devendo ser de caráter inter e multidisciplinar, a partir das particularidades e do modo de vida dos sujeitos envolvidos para que estes se identifiquem com o contexto trabalhado, havendo a necessidade da compreensão e

articulação deste cenário com as determinações mais amplas da problemática ambiental e da questão social. Em que concluímos que a educação ambiental deve ser percebida não só enquanto educação política – como Marcos Reigota nos aponta -, mas também deve ser pensada enquanto política pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nas décadas de 60 e 70 que se dá o reconhecimento dos limites dos recursos naturais, havendo mobilizações em torno da discussão ambiental por meio de eventos e organizações, que apesar do caráter estritamente malthusiano e naturalista, contribuíram para o amadurecimento do debate. Coexistindo diferentes interesses e perspectivas quanto aos objetivos de preservação e conservação ambiental, havendo linhas teóricas diversas que esclarecem os principais argumentos utilizados tanto pelos países centrais quanto pelos países periféricos da ordem econômica mundial.

O histórico do debate ambiental teve como momento decisivo para a mudança de rumo da discussão - que até então se centrava nas problemáticas que assolavam os países desenvolvidos - a entrada dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, que trouxeram para reflexão as discussões referentes à própria lógica economicista, onde a maioria dos países tinha como meta o desenvolvimento econômico em detrimento do social.

Está evidente que a discussão ambiental vem sendo cada vez mais massificada na mídia e nos meios empresariais, como também na própria academia, no entanto esta situação não esgota a complexidade e as imensas lacunas presentes neste debate, em que a existência de diferentes posições ideológicas e políticas se desdobram nas perspectivas econômicas. Na bibliografia sobre a questão ambiental ou ecológica há posições tanto de viés estritamente economicista, associada à discussão sobre desenvolvimento; quanto vertentes que a percebem como uma discussão não só de caráter econômico, mas de importância política e social.

No tratamento teórico sobre população e meio ambiente há a existência de três abordagens: malthusiana, cornocupiana e marxiana. Como foi abordado anteriormente, a primeira indica que o aumento da população provocaria a escassez de alimento, enquanto que a segunda acredita que o aumento populacional poderia incentivar às inovações tecnológicas na produção de alimentos, ou seja, as tecnologias podem resolver ou amenizar as problemáticas ambientais.

A discussão em torno da questão ambiental nos leva a problematizar as proporções tomadas pelo caráter desenvolvimentista do Capitalismo, portanto sendo um debate de caráter político, social e econômico, diferente do que se acreditava no

início do movimento ambientalista (por volta da década de 60) centrando-o em um enfoque simplesmente naturalista. Então, trabalhamos a terceira perspectiva teórica, mostrando que estes processos de aumento populacional e escassez de alimentos que compõem a problemática ambiental são problemas político, econômico e principalmente social.

Resgatar a discussão de Karl Marx sobre o trabalho, permite compreender a relação próxima, íntima e simultânea do homem com a natureza, e vice-versa, sendo que este homem é natureza. Além disto, este enfoque possibilita a percepção de todas as dimensões da discussão ambiental, que vai além das questões restritas às ciências naturais já tão fragmentadas e especializadas à ecologia. Devendo reconhecer que esta relação homem/natureza é dialética, presente na base do processo desenvolvimento e de transformação das sociedades humanas (BERNARDES; FERREIRA, 2008).

O cerne da questão não é a simples relação homem e natureza, no qual comumente é mostrado como vilão desta relação o primeiro, que ao desenvolver e sofisticar os seus instrumentos de trabalho, passou a dominar a segunda, argumentação que desconsidera o processo histórico da humanidade e a influência do modo de produção vigente, que, evidentemente, acarretou específicas ações de transformação das sociedades humanas.

No momento em que há o divórcio entre o homem e os meios de produção (objetos e instrumentos de trabalho), se dá a exploração dos homens entre si e da natureza, a fim de possibilitar a acumulação e o lucro. Com o decorrer da história, ocorre mudanças no mundo do trabalho, onde a dimensão ontológica do trabalho na sociedade burguesa é reduzida ao simples caráter econômico, em que não só o homem é explorado, mas também a natureza é entendida e percebida como sem limites.

Em tempos não só de busca por mercados, mas também de discussões sobre o esgotamento dos recursos naturais e limites do crescimento econômico, que representam as incertezas deste mundo globalizado, não podemos esquecer que o capitalismo, para manter o seu crescimento, busca estratégias que não comprometam os seus objetivos de lucro e acumulação. A preocupação da sociedade burguesa com o meio ambiente é representada pela introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, como forma de racionalizar e

institucionalizar esta problemática que passou a fazer parte da agenda política dos governos dos países desenvolvidos e dos que estão em desenvolvimento.

E aqui estão situadas as contradições, pois ao lançarem como proposta a gestão dos recursos naturais acabam por realizar uma política que vem de cima para baixo, criando matrizes e modelos de políticas ambientais baseadas em valores e conceitos dos países desenvolvidos, mesmo ressaltando as particularidades de algumas regiões.

Essas discussões acabam fazendo parte de um discurso baseado num aparente consenso *de boas intenções*. Porém, apesar das constantes tentativas de fugas de tais armadilhas, às vezes nos encontramos nelas, e reproduzindo falas que reforçam ações que contribuem para o que está posto. É fundamental percebermos que a busca incessante pela acumulação, torna como fonte de lucro não só a natureza com potenciais a serem ou que já foram explorados, como também a natureza intocada (pelo menos teoricamente), em tempos de novos conceitos e termos como Ecoturismo, Arquitetura Sustentável, Turismo Sustentável e tantos outros, tendo em comum a blindagem do discurso de “*Sustentabilidade*” em todos os setores, que vão dos empresariais aos científicos.

E isto apresentasse como um dos principais desafios para os que têm como objetivo realizar um debate que se desvincule dos “discursos oficiais”, como o da mídia, do governo e dos órgãos internacionais, que, ao colocarem na pauta de suas agendas os limites dos recursos naturais, assumem dois tipos de postura: uma demasiadamente naturalista e outra extremamente antropocêntrica – despida de qualquer conteúdo crítico.

Estas complexidades são frutos de uma sociedade que está sustentada e edificada sobre a eficiência da técnica e da ciência, que, num discurso único e homogeneizador, tem por finalidade produzir e reproduzir este modelo de produção, que, de uma maneira superficial, dá importância à diversidade e especificidades dos atores e lugares.

A discussão ambiental - como bem discute Gomes (2008), fundamentada em David Harvey - não exclui a discussão de classes, das desigualdades com que o capital reflete seus ônus e bônus sob os sujeitos. Fica evidente que a problemática da degradação ambiental não atinge a todos da mesma maneira, e isto não se dá somente ao nível dos indivíduos, mas também ao nível das regiões.

A política ambiental brasileira se desenvolveu de forma tardia em relação a outras políticas setoriais do país, e, em sua maioria, tendo como objetivo responder às exigências dos movimentos ambientalistas internacionais. Então, verifica-se que, em virtude das políticas Ambientais terem como caráter a tentativa de dar respostas às pressões internacionais - mobilizadas especialmente sobre as áreas ricas em recursos naturais -, o governo Brasileiro planejou e executou políticas de cunho controlador e punitivo (multas e incentivos fiscais) para a prevenção de futuras degradações ambientais. Inclusive, é possível constatar a percepção limitada sobre o que seria meio ambiente, desarticulando-o de outras dinâmicas como as econômicas, políticas e sociais, que também tem especificidade e particularidades que serão ditadas por cada região, lugar e espaço.

Na trajetória da discussão ambiental é latente o apontamento dos condicionantes como poluição, industrialização e urbanização que movimenta e é movimentada pela lógica econômica, no entanto, no Brasil, estas políticas são descoladas destes contextos, predominando ações utilitaristas como a criação de unidades de conservação e de parques e bosques ambientais.

Diante deste quadro, em que as políticas ambientais emergem como resposta imediata às “exigências externas”, incluindo de maneira automática na agenda política brasileira a temática ambiental, ressaltando o seu caráter setorializado e focado, permite concluirmos que as ações educativas foram relegadas ao segundo plano.

Se a discussão em torno da temática meio ambiente/questão ambiental/problemática ambiental é complexa, ela se complexifica ainda mais quando se trata de Amazônia, ou melhor, - nos dizeres de Gonçalves (2005) - de Amazônias, pois, diante de debates que tratavam e tratam sobre recursos naturais em tempos de acirrada procura por mercados, esta região vem atraindo diversos interesses, seja nacional ou internacional, sejam de caráter preservacionista (pelo menos aparentemente) ou desenvolvimentista. Constatando que tanto as estratégias antigas quanto as atuais - que fundamentadas em ações e práticas compreendidas como “sustentáveis” – há o forte objetivo de desenvolvimento econômico da região, no entanto, não para a região e para os seus sujeitos, mas sim a perspectivas de integração à economia nacional e global.

Abordar sobre as políticas ambientais nos níveis internacionais e nacionais em paralelo com as políticas públicas na Amazônia em diferentes momentos,

permite observarmos e refletirmos sobre o modo que a região foi ocupada tanto pelo capital estrangeiro quanto pelo governo brasileiro, fazendo da ocupação desta região algo induzido, rápido e incompleto.

Fatores que nos levam a mais uma conclusão: a principal barreira para a efetivação dos projetos que pretendem a busca pelo equilíbrio ambiental são os interesses econômicos, que influem e alcançam até mesmo os locais mais distantes dos centros de decisões, portanto não sendo algo desconhecido a centralidade da discussão sobre Amazônia quando se diz respeito a patrimônio ambiental e ecológico. Decorrente desta “aparente” mobilização, é perceptível que discutir Natureza e Amazônia, atualmente, vem se apresentando como temática ligada a um “*modismo*”, reforçado não só pela mídia, mas também na academia.

As políticas públicas ambientais no Brasil - as principais datadas na década de 70 - não foram pensadas para esta região, até porque não era objetivo manter intocada uma região repleta de oportunidades de exploração e ocupação para um país que desejava permanecer na corrida pela acumulação, em que autores como Rodrigues (1997; 2010), Leal (1991) e outros nos mostraram as estratégias de ocupação e exploração dos recursos naturais em momentos que estavam fervilhando no país e no mundo discussão sobre a problemática ambiental, resultando no surgimento de políticas contraditórias, como bem nos aponta Becker.

Decisões que acarretaram uma urbanização desordenada e imediata à capital paraense, que podem ser observadas nos momentos que vão desde o início do período do Ciclo da Borracha, do momento da construção da Estrada Belém-Brasília até os dias atuais, com os grandes projetos. As influências do modo de ocupação da região amazônica no período Colonial - especialmente no Ciclo da Borracha – tiveram grandes influências na estruturação do desenho urbano na cidade de Belém, demonstrando que as influências da economia externa na constituição do espaço urbano da capital paraense é um processo antigo.

Para Rodrigues (2010, p. 108), o nível de urbanização do município é elevado, estando estritamente relacionado às recentes intervenções do governo federal no Estado do Pará, sendo recente o processo de migração do campo para a cidade. E esta mesma cidade hoje é atravessada, evidentemente, por modelos de urbanização que pretendem torná-la cada vez mais atraente para as grandes empresas e para o capital internacional, a fim de fomentar o turismo, e ao mesmo tempo atrair moradores de outros municípios e cidades, apesar da capital paraense

estar passando por um processo de desvalorização diante do crescimento das cidades médias que tiveram as suas economias dinamizadas pelos grandes projetos. Neste processo, Belém muda a sua função na configuração da economia paraense, contudo, não perde sua centralidade econômica e de decisão.

No segundo capítulo, discutimos sobre a entrada das cidades na lógica mercadológica, em que estas estarão se estruturando e se modificando, com a finalidade de atender aos interesses de circulação de mercadorias, deixando de serem percebidas como simples espaço de circulação, mas também como mercadoria, estas terão que competir entre si a partir de exigências ambientais que a coloquem como local adequado e eficiente para as grandes empresas e investimentos futuros. Porém, podemos perceber neste processo de atração e repulsão, que os sujeitos que serão atraídos para a capital é uma população espoliada e expulsa de seus municípios, que ainda veem Belém como local de “oportunidades” ou simplesmente realizam trocas comerciais na cidade, porém mesmo distantes, ainda reproduzem os costumes e modos de vidas de seu lugar de origem, que estão ligadas às dinâmicas ribeirinhas.

Como foi ressaltada no decorrer do trabalho, a cidade de Belém como uma cidade amazônica é fortemente influenciada pelo rio, sendo esta uma de suas especificidades, fazendo com que as intervenções urbanísticas na capital tenham como tônica a valorização da orla da cidade, a exemplo disto, como já foi citado, há o Projeto Portal da Amazônia.

Apesar da compreensão deste traço amazônico na cidade de Belém nos projetos e plano que visam atrair e valorizar economicamente este espaço urbano, não observamos este entendimento no trato com a população local, portanto esta especificidade é enaltecida para ser vendida e não para ser trabalhada junto à população no sentido de valorização da identidade destes sujeitos.

É inserida neste contexto de conflitos de interesses e de diferentes objetivos, que, observamos a realização da educação ambiental, que por si só já possui os seus aspectos contraditórios, e que incluída no trabalho social de projetos de desenvolvimento urbano, tem os seus antagonismos multiplicados. A realização da discussão sobre os seus aportes teóricos possibilita uma compreensão mais crítica e completa desta, em que abordá-la após a discussão sobre o Serviço Social e trabalho social, teve como objetivo demonstrar que a educação ambiental, assim como a referida profissão, está em momento de construção, com um caminho muito

longo a percorrer para que sua prática possa se efetivar, não como simples disciplina dos currículos escolares ou como exigência de outras políticas, mas como política pública.

Para a discussão ambiental nas cidades se dar de maneira coerente, é necessário considerar as principais diretrizes do Estatuto da Cidade, que aponta a importância da participação popular no planejamento e na gestão do espaço urbano, incluindo as ações direcionadas ao meio ambiente, assim, conformando a importância da garantia do direito humano à moradia com o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, levando-nos a pensar sobre a importância da discussão da problemática urbano-ambiental com as populações de áreas periféricas, em que a educação ambiental deve ser vista como espaço para a realização destas discussões.

Neste estudo, foi constatado que a educação ambiental ainda é erroneamente compreendida nos projetos direcionados à moradia, sendo feita de maneira imediata, não possibilitando ao cidadão a reflexão sobre as questões globais e a sua realidade específica que envolve questões políticas e ambientais, sendo comum o incentivo, por exemplo, à reciclagem de maneira mecânica sem qualquer discussão, escamoteando a real situação da questão ambiental.

A discussão sobre a grande quantidade de lixo produzido é importante, no entanto, esta não deve estar esvaziada do seu conteúdo político e econômico, na qual também diz respeito aos hábitos consumistas na sociedade moderna, em que devemos nos indagar também sobre os efeitos das mudanças de realidade sofrida por estes moradores, em especial, aos ribeirinhos que possuíam outra dinâmica de vida.

Como foi apontado durante este estudo, os projetos, por serem planejados com antecedência, têm as suas propostas não muito abertas a modificações - apesar da permissão de “atividades não previstas” -, e quando ocorrem, não são significativas, e se solicitadas são utilizadas para projetos futuros. Então, observamos que a elaboração, o planejamento e a execução são realizados de maneira unilateral, tornando os moradores meros receptadores.

Consequência: por serem critérios a serem seguidos não só pela instituição, mas também para os moradores, as ações de educação ambiental, assim como as outras ações socioeducativas, acabam sendo programações obrigatórias, não

potencializando a participação popular, em que estes não expõem a sua representação social de meio ambiente.

A divisão do PTTS por eixos - Mobilização e Organização Comunitária e/ou Condominial; Educação Sanitária e Ambiental e Patrimonial, capacitação Profissional e Geração de Trabalho e Renda – fragmenta as ações de caráter educativo, que deveriam ser contínua e articulada. Somados a isto, há a própria situação dos projetos de urbanização, que comumente enfrentam problemas quanto o repasse de recursos para a sua realização, em que na busca de redução de custos solicitam empresas terceirizadas para a sua execução, algo que era feito somente com o projeto físico, agora também atinge o projeto social.

A educação ambiental deve atender aos princípios e objetivos das políticas urbanas e ambientais, permitindo a capacitação profissional e deste modo à geração de trabalho e renda para a comunidade; além de possibilitar a autonomia destes sujeitos, não os deixando dependentes de instituições e de suas lógicas de trabalho e nem de seus técnicos. Logo, partimos da ideia de que as ações do trabalho social que estão divididas por eixos também devem ser inerentes à Educação Ambiental, pois esta não é pontual e nem exclusivamente naturalista, e é justamente este tipo de abordagens do meio ambiente que observamos ser tratada nos projetos técnicos sociais - apesar destes ressalvarem que a educação ambiental é uma ação de longo prazo.

É de suma importância a realização de um trabalho articulado que contemple as carências e necessidades da população e do espaço urbano, no entanto, com a constatação do caráter pontual do trabalho social, percebemos a necessidade da realização não só do projeto físico e social, mas também da elaboração de projetos ambientais nos projetos de urbanização e habitação, que incluísse a educação ambiental de forma centralizada, permitindo a articulação do assistente social com outros profissionais.

Uma das principais deficiências da Educação Ambiental realizada é o fato do educador ambiental não fazer parte do quadro de profissionais efetivos da instituição, impedindo deste modo um maior conhecimento por parte do profissional da realidade da área e dos seus moradores, devendo haver um planejador qualificado. Inclusive, trabalhar não só a compreensão de meio ambiente dos moradores, mas também dos agentes responsáveis pela realização da política

urbano-ambiental do município, e assim, compreender o tipo de Educação Ambiental vista como eficaz por estes.

Diante disto, acredito que se deve pensar na proposição da elaboração de um projeto técnico socioambiental, junto aos projetos de trabalho técnico físico e técnico social dos Projetos de Urbanização e Habitação, o que não excluiria o profissional do Serviço Social, pois viabilizaria a inter, multi e transdisciplinariedade prevista no artigo 5º da PNEA, portanto, possibilitando a articulação das três frentes.

É importante perceber e propor novas maneiras de atuação para o assistente social nos projetos de urbanização e infraestrutura, tornando possível a instrumentalização da discussão do meio ambiente e comunidades. Ressaltamos as colocações de Yamamoto, que diz que um dos maiores desafios dos Assistentes Sociais, atualmente, é o de desenvolver a capacidade de *“decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano”*.

Partindo da compreensão de que a questão ambiental se constitui um dos desafios dos novos tempos (IAMAMOTO, 2006), portanto, necessitando de respostas pensadas, ou melhor, repensadas pelos assistentes sociais na busca de uma atuação competente e crítica. O profissional deve estar atento à realidade, às novas requisições do seu espaço de trabalho e à realidade institucional em que está envolto, estando atento e questionando orientações de trabalho que lhe são posta. Não sendo meros executores de políticas públicas que seguem orientações técnicas verticalizadas, mas que indague conceitos e proponha ações condizentes com o projeto ético-político que visa à transformação social.

Lembrando que o poder público tem o dever de promover a educação ambiental e incorporar a dimensão ambiental nas políticas públicas. Quanto aos projetos habitacionais, que visam melhorias estruturais sem esquecer a dimensão socioambiental, são espaços da educação não-formal (junto às comunidades), exigindo avaliações constantes de suas ações, pois a educação ambiental não deve ser vista como um simples critério a ser seguido nos projetos de habitação e urbanização.

É importante a realização de uma educação que seja ambiental e amazônica, em sentido ontológico, que possibilite aos sujeitos identificação cultural e social, não sendo mera sensibilização, mas que capacite politicamente. Além disso, uma educação que não realize mutirões e reciclagem de maneira automática e

pragmática, desagregando poder público e sociedade civil, fortalecendo a identidade amazônica para que esta não seja simples *slogan* de venda da cidade.

A Amazônia como evidente espaço natural de vasta biodiversidade tanto na fauna quanto na flora, apresenta diversidade de sujeitos com interesses e vivências diferenciadas, que possuem uma estreita relação com a natureza, portanto, falar de Amazônia não exclui esta relação homem e natureza, em que se dá diversas relações sociais.

Neste trabalho, não temos a pretensão de dar respostas ou de procurar o “culpado”, mas sim de refletir e possibilitar o surgimento de novos questionamentos e debates, principalmente por se tratar de uma problemática fortemente apropriada e desenvolvida teórica e discursivamente por aqueles que estão a serviço do Capital.

A perspectiva que utilizamos tem a forte percepção da importância da articulação dos sujeitos sociais, de sua mobilização, pois a problemática ambiental e a Amazônia não dependem de ações individuais, como sempre nos colocam com a famosa frase “*Cada um deve fazer a sua parte*”, e assim, esvaziando o caráter político da discussão. E isto nos mostra a importância de ações que sirvam para dar base à articulação política da população em torno da questão ambiental, que é mais uma das várias expressões da “questão social” na Amazônia, sendo uma maneira direta de romper com esse ciclo de exploração na região. Dessa forma, indicando a importância do protagonismo dos sujeitos sociais, até então excluídos dos processos decisórios.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléia Gomes. Urbanização e Remoção – Por que e para quem? In: RODRIGUES, O. **Democratização e Gestão Pública na Amazônia**: um modelo de Orçamento Participativo. Jundiá: Paco Editorial, 2010.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e Organização da Cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XXIV, nº. 79, set. 2004.

ACSELRAD, Henri. A noção de sustentabilidade e Cidade. In: COELHO, M.C. N; MATHIS, A (Orgs.). **Políticas Públicas e desenvolvimento local na Amazônia**: uma agenda de debate. Belém: UFPA/NAEA, 2005. (p.129 - p.139).

_____. Vigiar e Unir – Agenda da Sustentabilidade Urbana. **Revista VeraCidade**. Ano 2, nº2, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v2/images/veracidade/pdf/artigo%20viagiar%20e%20unir.pdf>>. Acesso em: 19. mar. 2010.

_____. (Org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALVES, Giovanni. Verbete Trabalho, Dicionário Crítico do Trabalho. **Revista Estudos do Trabalho**. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em: 05. maio. 2009.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **O Estatuto da Cidade e a Questão Ambiental**. Consultoria Legislativa, abril. 2003.

BASSUL, José Roberto. **Estatuto da Cidade** – De onde veio e para que serve esta lei. Texto entregue no I Workshop Estadual de Desenvolvimento Urbano – A Regularização Fundiária Urbana no Pará, ocorrido nos dias 8 e 9 de novembro de 2007.

BATTINI, Odária (Org.). **Assistência Social**: constitucionalização representação práticas. São Paulo: Veras Editora, 1998.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12. set. 2001, p. 135-158.

_____. Geopolítica da Amazônia. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004. **Revista ELETRÔNICA ESTUDOS AVANÇADOS**, São Paulo, v.19 n. 53. Jan/Abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005>. Acesso: 20.mai.2009.

BELÉM. PREFEITURA MUNICIPAL. **Desenvolvimento da Política Habitacional do Município de Belém**. SEHAB, NOVEMBRO de 2003.

BELÉM. PREFEITURA MUNICIPAL. Secretaria Municipal de Habitação. **Projeto Social**. Belém: PMB, 2007.

BELÉM. PREFEITURA MUNICIPAL. Secretaria Municipal de Habitação. **Projeto de Trabalho Técnico Social – Portal da Amazônia/Orla Sub-Bacia 01**. Contrato nº 222.629-71/2007. Programa de Aceleração do Crescimento; Belém, 2007.

BELÉM. PREFEITURA MUNICIPAL. Secretaria Municipal de Habitação. **Plano de Reassentamento Portal da Amazônia/Orla – Contrato 222.629-71/2008 – Programa de Aceleração do Crescimento**. SEHAB, Belém, agosto/2008.

BENJAMIN, César (Org.). **Marx e o socialismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BERNARDES, J.A; FERREIRA, F.P de M. Sociedade e Natureza. *In*: CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T (Orgs). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BRANDÃO, A. G.; SOUZA, C. M de; FERNANDES, M. Natureza em pauta: Reflexões sobre a divulgação ambiental na ciência hoje. **Contemporânea**, vol. 7, nº1. Jun. 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Instruções Específicas para Desenvolvimento de Trabalho Social em Intervenções de Urbanização de Assentamentos Precários - ANEXO II INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 26 DE MARÇO DE 2009**.

BRASIL. **Estatuto das Cidades**. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: < www.cidades.gov.br >. Acesso em: 10. jan. 2010.

BRASIL. POLITICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Lei 6.938/8, de 31 de agosto de 198. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/en/administration/consultancy/consultancy-environment/legislation/doc_view/897-lei-693881.html>. Acesso em: 10 de dezembro de 2009.

BRASIL. POLITICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2009.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Caderno de Orientação Técnico Social**, 2007.

CARDOSO, Ana Cláudia et al. A estrutura socioespacial da região metropolitana de Belém: de 1990 a 2000. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 10, n. 1, p. 143 – 183, dez. 2006.

CARVALHO, Vilson Santos de. **Educação ambiental e Desenvolvimento Comunitário**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2006.

CASTRO, Edna. Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão Pública e Desenvolvimento. In: COELHO, M.C. N; MATHIS, A (Org.). **Políticas Públicas e desenvolvimento local na Amazônia: uma agenda de debate**. Belém: UFPA/NAEA, 2005.

_____. Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. **Ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas**. Crítica marxista, São Paulo, n.16, mar.2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

COSTA, Edmilson. **A Globalização e o Capitalismo Contemporâneo**. 1.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

COSTA, Antônio Maurício Dias da. “Uma metrópole na floresta”: representações do urbano na Amazônia. In: JR. FRÚGOLI, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Orgs). **As Cidades e seus agentes: práticas e representação**. Belo Horizonte: PUC Minas/Edusp, 2006.

COUTINHO, Ronaldo do Livramento. Direito Ambiental das Cidades: questões teórico-metodológicas. In: _____; ROCCO, R (orgs.). **O Direito Ambiental das Cidades**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____; ROCCO, Rogério. Apresentação. In: _____; _____ (orgs.). **O Direito Ambiental das Cidades**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CUNHA, Luís Henrique; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B. da GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

DERENJI, Jussara da Silveira. A seleção e a exclusão no meio urbano: Reformas do fim do século XIX em Belém do Pará. In: D’INCAO, M.A; SILVEIRA, I. M. da (Orgs). **Amazônia e a Crise da Modernização**. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA-UFPA), Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém-Pará, 2009.

DE PAULA, João Antônio. Amazônia: Fronteira e acumulação de capital. In: RIVERO, S.; JAYME JR., F. G. (Orgs.). **As Amazônias do século XXI**. Belém: EDUFPA, 2008. (p. 17-p. 39).

DULLEY, Richard Domingues. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Agric**. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004.

DUVOISIN, Ivane Almeida. A necessidade de uma visão sistêmica para Educação Ambiental: conflitos entre o velho e o novo paradigma. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). **Educação Ambiental – Abordagens Múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito. In: FERNANDES, M; LEMUEL, Guerra (Orgs). **Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável**. 2.ed.rev. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

FERREIRA, Leila da C. **A questão ambiental – Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

FIALHO, N.N.S. Desenvolvimento Capitalista e a “Questão Social”. In: Praia Vermelha. Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997. Não paginado.

FORTE do Presépio. 1 fotografia color. Disponível em:<<http://mondobelem.wordpress.com/2008/12/03/museu-do-forte-do-preseprio/>>. Acesso em: 24. fev. 2010.

Guimarães, Joice. **Os Limites da 1ª Léguas Patrimonial**. INPE (LandSat 5) e SIGIEP. 1 fotografia color.

_____. **A Região Metropolitana de Belém**. SIGIEP. 1 fotografia color.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Favela e Meio Ambiente – A corda arrebenta sempre do lado mais fraco. In: _____; FERNANDES, L.L.; MAIA, R.S (Org.). **Interloquções Urbanas: Cenários, Enredos e Atores**. Rio de Janeiro: Arco-íris, 2008.

GONÇALVES, Carlos W.P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

GRAZIANO, Xico. Primavera Silenciosa. **O Globo**. 12. out. 2004. Disponível em: <http://www.gabeira.com.br/cidadesustentavel/biblioteca/%7BB2D9C9D1-72AD-4873-97FC-39B1A19024E3%7D_ddt_xicograz.doc>. Acesso: 02. out. 2008.

GUIMARÃES, Juliana Pita. Competência constitucional dos municípios em matéria ambiental. In: COUTINHO, R; ROCCO, R (Org.). **O Direito Ambiental das Cidades**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In: CUNHA, S. B. da GUERRA, A. J. T. (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAUWN. Eric. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Brasília, Ano 2. n.3 (jan.jul.2001), ABEPSS, Grafile, 2004.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e Formação Profissional. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. O Cinismo da Reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B; LAYRARGUES, P.P; CASTRO, R.S. de (Org.). **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LEAL, Aluizio. **Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política)**. São Paulo, 1991 (mimeo).

LIMOEIRO, R. Concepções Sócio-Culturais de uma comunidade Favelada sobre o Meio Ambiente: Subsídios para um Programa Educacional. Dissertação de Mestrado. RJ: Faculdade de Educação, UFRJ, 1991. In: CARVALHO, Vilson Santos de. **Educação ambiental e Desenvolvimento Comunitário**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2006.

LISBOA, Pedro L. B. Prefácio à primeira edição. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. 2.ed. Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA-UFGA); Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009. Não paginado.

LOPES, José Sérgio Leite (et alii). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio: Relume Dumará, 2004 (em prelo).

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental e Movimentos Sociais na Construção da Cidadania Ecológica e Planetária. In: LOUREIRO, C.F.B; LAYRARGUES, P.P; CASTRO, R.S. de (Org.). **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. Da Família Moderna à Modernidade da Família: um caminho não percorrido/terminado. In: COCCO, Giuseppe... [et al] (Org.). **Gestão Local e Políticas Públicas na Amazônia**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

_____. A identidade profissional do assistente social: elementos para um debate. In: _____; VIDAL, J.P; RODRIGUES, O. Desafios Contemporâneos para o Serviço Social. Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/ UFGA, 2009.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O; MARICATO, E; VAINER, C. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2000.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 5. ed. São Paulo. Paz e Terra, 1986.

_____. (1818-1883). **Manuscritos econômico-filosóficos**. – tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri - São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. (1818-1883). **O Capital**: crítica da Economia Política: livro I. Tradução de Reginaldo Santa'Anna. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MERCADO do Peixe. 1 fotografia color. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blog/blogturismo/index.phtml?mes=201005>>. Acesso em: 24. fev. 2010.

MONOSOWSKI, Elizabeth. Políticas ambientais e Desenvolvimento no Brasil. **CADERNOS FUNDAP**, São Paulo, Ano 9, n. 16, p.15-24. jun. 1989.

MORAES, Sandra Regina Ribeiro de; TUROLLA, Frederico Araújo. Visão Geral dos Problemas e da Política Ambiental no Brasil. **Informações Econômicas**, SP, v.34, n.4, abr. 2004.

MOREIRA, Antônio Cláudio M.L. **Conceitos de ambiente e de impacto ambiental aplicáveis ao meio urbano**. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/a_moreira/producao/conceit.htm>. Acesso em: 12. Nov. 2007.

NETTO, J.P; BRÁZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do Assistente Social: trabalho e representações sociais. **Revista Quadrimestral De Serviço Social**, Ano XXIV, n.79, set. 2004.

OLIVEIRA, Adauto José de. **Estatuto da Cidade e Direito Ambiental**: maior autonomia para o poder público municipal. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/21/47/2147/>>. Acesso: 18. out. 2007.

PASQUIS, Richard (Coord.). **As Amazônias**: um mosaico de visões sobre a região. Relatório para o Banco Mundial. Maio de 2003.

PIRO, Patrick. De qual Amazônia o mundo precisa? **Revista Democracia Viva-41/Especial Amazônia**. jan. 2009.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. **Cidade e água**: Belém do Pará e estratégias de reapropriação das margens fluviais. Disponível em: <www.vitruvius.com.br>. Acesso: 9. out. 2007.

PROJETO Portal da Amazônia. Portal da Amazônia muda cara de Belém. 1 fotografia color. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/new/index.php?option=com_content&view=article&id=414&Itemid=293> Acesso em: 24. fev. 2010.

RAICHELIS, Raquel; DA PAZ, Rosangela Dias Oliveira; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e. Intervenções urbanas e trabalho. *In*: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; FERNANDES, Lenise Lima; MAIA, Rosemere Santos (Org.). **Interlocuções Urbanas**: Cenários, Enredos e Atores. Rio de Janeiro: Arco-íris, 2008.

RATTNER, Henrique. Prefácio. *In*: ACSERALD, Henri (Org.). **A Duração das Cidades – Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. - 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

REIGOTA, Marcos. Prefácio. *In*: GÓMEZ, Jorge Andrés Domingues; AGUADO, Octavio Vázquez; PÉRZ, Alejandro Gaona (Org.). **Serviço Social e meio ambiente**. – Tradução de Silvana Cobucci Leite; revisão técnica de Marcos Reigota . São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **Meio Ambiente e Representação Social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RODRIGUES, Daniel Levi de F. **Movimentos Ecológicos e Direito Ambiental**. Belém – Pará - Brasil, mar. 2000.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. **População e Meio Ambiente**: uma análise das abordagens malthusiana, marxiana e cornucopiana. Disponível em: <http://www.cidehus.uevora.pt/investigacao/progcien/linv/l3/ics/capitulos/autores/textos/demografia/malthus_marx_boserup_txfx.htm>. Acesso: 29. nov. 2009.

RODRIGUES, Olinda. (Re)ordenamento econômico-social: planejamento para o Brasil e Amazônia. **Zoneamento Ecológico-econômico e gestão ambiental e territorial**: uma proposta alternativa ou novas retóricas. Dissertação de Mestrado. Belém-Pará: NAEA/UFPA, 1997.

_____. **Democratização e Gestão Pública na Amazônia**: um modelo de Orçamento Participativo. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; SANTOS, Cleidiane de Oliveira Sena dos; CARDOSO, Welson de Souza. **Intervenção Urbanística e Trabalho Social na Bacia Hidrográfica do Tucunduba em Belém/ PA – 1997/2004**. *In* GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; FERNANDES, Lenise Limas; MAIA, Rosemere Santos.

Interloquções Urbanas: Cenários, Enredos e atores. Rio de Janeiro: Editora Arco Íris, 2008.

SAITO, Carlos Hiroo. Política Nacional de Educação Ambiental e Construção da Cidadania: Desafios Contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). **Educação Ambiental – Abordagens Múltiplas.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reivenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.16, p.31 – 49, jun. 2001.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis.** 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO. São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

SANTANA, Joana Valente. **Banco Interamericano de Desenvolvimento e Política Urbana no município de Belém:** tensões e compatibilidade no modelo de gestão e no discurso da participação social. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. (Cap.1, p. 202-214).

SILVA, Gerardo. Desenvolvimento Local e Novo Municipalismo na Amazônia. In: COCCO, Giuseppe [et al.]. **Gestão Local e Políticas Públicas na Amazônia.** Rio de Janeiro: E- papers, 2007.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SORRENTINO, Marcos; TRAIBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; JR. FERRARO, Luiz Antonio. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de. **A evolução da política ambiental no Brasil do século xx.** Disponível em: http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/ana_sousa_26.htm>. Acesso em: 28. set. 2009. Não paginado.

SOUZA, André Luiz Lopes de. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável:** uma reflexão crítica. Belém: FCAP. Serviço de Documentação e Informação, 1996.

SUDAM. **Coordenação de Planejamento Regional, Amazonia Legal:** estados e municípios (Área e Estimativa Populacional). Belém, 1976. In: RODRIGUES, Olinda. **(Re)ordenamento econômico-social: planejamento para o Brasil e Amazônia.** In: Zoneamento Ecológico-econômico e gestão ambiental e territorial: uma proposta alternativa ou novas retóricas. Dissertação de Mestrado. Belém-Pará: NAEA/UFPA, 1997. Citação da pagina 50 da dissertação

TEIXEIRA, Cristina. **Educação e Desenvolvimento Sustentável na Agenda 21 brasileira.** Disponível em:

<<http://revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/4237/3711>>. Acesso em: 10. set. 2008.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **As tendências ocupacionais das (os) assistentes sociais no contexto amazônico**. Apresentado à Semana do (a) Assistente Social, em Manaus, no dia 17.05.2004.

TRINDADE JR, Saint-Clair. **Produção do espaço urbano em Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 1997.

_____; SILVA, M.A.P. da; MALHEIRO, B.C.P. Belém, a cidade e o rio: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JR., S.C da; SILVA, M.A.P. da (Org.). **Belém: A Cidade e o Rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

_____; SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa dos; RAVENA, Nírvea. A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. In: _____. SILVA, M.A.P. da (Org.). **Belém: A Cidade e o Rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

VALENTE, Edilson. **Cultura, civilização e “modernização”**: os processos urbanísticos na Amazônia e suas contradições na virada do século XIX para o XX. Mimeo, 2000.

VER O PESO. 1 fotografia color. Disponível em: <<http://malinche.wordpress.com/page/53/?archives-list=1>>. Acesso em: 24. fev. 2010.

VILA da Barca. 1 fotografia color. Disponível em: <<http://megbarros.blogspot.com/2011/01/vila-da-barca.html>>. Acesso em: 24. fev. 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Ano 2. n.3 (jan.-jul.2001) Brasília, ABEPSS, Grafline, 2001.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Título da Pesquisa: “POR UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS CIDADES AMAZÔNICAS: UMA REFLEXÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL”

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Idade
- Endereço
- Formação acadêmica/ Titulação
- Qual é o tipo de atividade que você desenvolve nesta instituição e há quanto tempo?
- De quantos projetos você participa?
- Você os finaliza?
- Os projetos são passíveis de modificações de acordo com a realidade verificada?
- Na sua área de intervenção, o que você identifica como problema ambiental?
- Quais são as suas estratégias de intervenção para esta situação?
- Qual a sua compreensão quanto à questão ambiental na Amazônia?
- Como você elabora e executa a educação ambiental recomendada para o projeto técnico social?
- Qual é a receptividade da população-alvo diante de tais intervenções?
- Qual a sua compreensão de meio ambiente?